Os caminhos da Geografia Cultural no Brasil: de 1990 a 2020

Bruno Picchi



Pedro & João editores

Os caminhos da Geografia Cultural no Brasil: de 1990 a 2020

Pedro & João
editores

Bruno Picchi

Os caminhos da Geografia Cultural no Brasil: de 1990 a 2020

Pedro & João
editores

Copyright © Bruno Picchi

Todos os direitos garantidos. Qualquer parte desta obra pode ser reproduzida, transmitida ou arquivada desde que levados em conta os direitos do autor.

Bruno Picchi

Os caminhos da Geografia Cultural no Brasil: de 1990 a 2020. São Carlos: Pedro & João Editores, 2026. 208p. 16 x 23 cm.

ISBN: 978-65-265-3171-6 [Digital]
978-65-265-3172-3 [Impresso]

1. Geografia Cultural. 2. Espaço e Cultura. 3. Institucionalização. 4. Heterotopia Epistemológica. 5. Pensamento Geográfico Brasileiro. I. Título.

CDD – 900

Capa: Luidi Belga Ignacio
Ficha Catalográfica: Hélio Márcio Pajeú – CRB – 8-8828
Diagramação: Nicole Cavalcante Duque Gredilha Coelho
Editor: Valdemir Miotello
Diretores executivos: Pedro Amaro de Moura Brito & João Rodrigo de Moura Brito

Conselho Editorial da Pedro & João Editores:
Augusto Ponzio (Bari/Itália); João Wanderley Geraldi (Unicamp/Brasil); Hélio Márcio Pajeú (UFPE/Brasil); Maria Isabel de Moura (UFSCar/Brasil); Maria da Piedade Resende da Costa (UFSCar/Brasil); Valdemir Miotello (UFSCar/Brasil); Ana Cláudia Bortolozzi (UNESP/Bauru/Brasil); Mariangela Lima de Almeida (UFES/Brasil); José Kuiava (UNIOESTE/Brasil); Marisol Barenco de Mello (UFF/Brasil); Camila Caracelli Scherma (UFFS/Brasil); Luís Fernando Soares Zuin (USP/Brasil); Ana Patrícia da Silva (UERJ/Brasil).

Pedro & João Editores
www.pedroejoaoeditores.com.br
13568-878 – São Carlos – SP
2026

Prefácio

Os Caminhos da Geografia Cultural no Brasil: de 1990 a 2020

Caminhos e trajetórias em harmonia com o tempo e suas memórias. O geógrafo Bruno Picchi nos faz lembrar, em suas investigações intelectuais, os principais pensadores da cultura e da geografia. A leitura do livro de Picchi traz a presença dos estudos em geografia cultural por mais de cem anos. Trata-se da memória geográfica por períodos e autores. Ideias e reflexões que estabeleceram marcas que hoje estão, sem dúvida, incorporadas à História do Pensamento Geográfico.

A memória geográfica, contida nas pesquisas do geógrafo Picchi, manifesta-se nos caminhos percorridos por sucessivas gerações de geógrafos pesquisadores. A riqueza do texto está nos diálogos entre diferentes tradições intelectuais no espaço-tempo que atravessam épocas. O leitor, ao conhecer essa memória, pode compreender *o acontecer científico*: origem, arrumação, rearrumação e a capacidade da ciência geográfica de incorporar novos olhares entre espaço e cultura.

A linguagem clara do autor, no seu caminhar, faz (com que) essa publicação seja considerada o *Manual da Geografia Cultural*. O aluno verá um caminho mais interessante e divertido para aprender sobre a cultura no *ver* e *sentir* do geógrafo.

O livro *Caminhos da Geografia Cultural no Brasil* nos remete a *Carl Ortwin Sauer* e à sua obra *A Morfologia da Paisagem*. Na geografia saueriana, a cultura é definida em termos amplos. Bruno Picchi nos faz alimentar nossa memória geográfica ao refletir sobre *A Escola de Berkeley*, *A Escola Francesa* e os novos rumos. E continua a recordar a *Perspectiva Humanística* na geografia, como também nos atualiza nas reflexões fenomenológicas na ciência geográfica. Acrescenta-se que essa pluralidade não representa fragmentação, e sim evidência da realidade da geografia em incorporar novos

olhares sem se afastar de sua identidade científica: relação entre cultura e espaço.

Memória e Identidade é a temática que resulta da metodologia aplicada e escolhida por Bruno Picchi. Quem somos? Quais cursos existem no Brasil? Quais os eixos temáticos? Quais categorias acadêmicas refletem o ensino no país? O autor oferece ao leitor uma interpretação didática. O levantamento de grupos de pesquisa, programas de pós-graduação, periódicos, dissertações, teses, além do conhecimento das disciplinas aplicadas. A pesquisa empírica é complexa e rica! Parabéns! O leitor agradece!

A noção de pertencimento, a identidade da geografia cultural, neste capítulo, é, sem dúvida, o ponto alto da pesquisa. Os futuros pesquisadores possuem um banco de dados nesse trabalho de Picchi, sobre a identidade da Geografia Cultural no Brasil. Estamos lendo uma oportuna e necessária pesquisa!

Os capítulos seguintes oferecem uma narrativa da Geografia Cultural no Brasil, privilegiando as décadas de 1990 a 2020. O desafio do autor é alcançado ao olhar para o caminho escolhido e desvendá-lo para a compreensão da função e do processo das diferentes ideias científicas: a *História do Pensamento Geográfico* tem uma tradição científica!

A sequência dos capítulos revela a difusão do saber geográfico e da cultura e os caminhos pelos quais os geógrafos conquistaram e legitimaram o novo pensar no Brasil, iniciando no NEPEC/UERJ e em sua trajetória: valores, experiências, nuances, afetos e espaço. A espacialidade da cultura atua ativamente na construção e interpretação geográficas no século XXI.

Vivemos num tempo-espaço em que a produção científica cresce de maneira acelerada nas diferentes formas tecnológicas. Sendo assim, torna-se cada vez mais importante e necessário compreender os caminhos que a Geografia Brasileira vem percorrendo. Bruno Picchi oferece o diálogo entre as diferentes gerações acadêmicas. É essa memória que enriquece e sustenta o avanço da ciência geográfica.

O mérito desse livro está em oferecer ao leitor, aluno de graduação e pós-graduação, o saber para criar novas experiências, novos olhares na interpretação da ciência geográfica. A memória e a renovação estão presentes.

Indico essa leitura aos apaixonados e aos não apaixonados pela Geografia Cultural.

Zeny Rosendahl
Inverno, 2026

Sumário

Introdução: Por que uma Geografia Cultural? **11**

PARTE I – A HISTÓRIA DO PENSAMENTO GEOGRÁFICO CULTURAL **23**

Capítulo 1: As Origens da Cultura na Geografia Alemã **25**
1.1 A Cultura nas correntes alemãs de Geografia e o pensamento ratzeliano **25**
1.2 Da Cultura e espaço em Ratzel ao conceito de Landschaft **29**
1.3 As relações entre Friedrich Ratzel e Franz Boas e suas consequências para os estudos culturais **34**

Capítulo 2: A Escola de Berkeley **39**
2.1 Do supraorgânico aos temas da Geografia Cultural **39**
2.2 Sauer e a morfologia da paisagem cultural **44**
2.3 A consolidação do pensamento da Escola de Berkeley e a Antologia Readings in cultural geography **49**

Capítulo 3: A Escola Francesa **53**
3.1 O pensamento vidaliano, o gênero de vida e a Cultura **53**
3.2 A produção francesa de estudos da cultura entre os séculos XIX e XX **59**
3.3 Os novos rumos de uma perspectiva contemporânea nos estudos da cultura **64**

Capítulo 4: A Perspectiva Humanística **69**
4.1 A renovação nos quadros de referência por meio da cultura ontológica, da Hermenêutica e da Fenomenologia **69**
4.2 O palimpsesto enquanto metáfora e sua relação com predileções espaciais **74**
4.3 Respostas à inércia do engajamento político-social e seus rumos na contemporaneidade **79**

Capítulo 5: A Nova Geografia Cultural **83**
5.1 As aproximações com o pensamento marxista e a virada cultural **83**
5.2 "Não existe aquilo que chamamos de cultura" **89**
5.3 "Após a Guerra Civil: reconstruindo a geografia cultural como heterotopia" **93**

Capítulo 6: O Debate na Pós-Modernidade **97**
6.1 Rupturas na Ciência, Cultura e Vida Social pela Pós-Modernidade **97**
6.2 O Construtivismo Social e as teorias não-representacionais **101**
6.3 A Identidade Cultural na Pós-Modernidade **105**
6.4 A Heterotopia como perspectiva na era da Globalização **107**

PARTE II – A INSTITUCIONALIZAÇÃO SELETIVA E INVOLUNTÁRIA: ESTADO DA ARTE DA GEOGRAFIA CULTURAL NO BRASIL, 1990-2020 **113**

Capítulo 7: Contextualização Histórica da Geografia Cultural: A Pedra Fundamental por Zeny Rosendahl **115**

Capítulo 8: A Geografia Cultural no Ensino Superior **121**
8.1 Cultura na graduação em Geografia **121**
8.2 Ementas de Geografia Cultural na graduação **124**
8.3 Cultura na pós-graduação em Geografia **126**
8.4 Ementas de Geografia Cultural na pós-graduação **128**

Capítulo 9: Caracterização da Produção Científica da Geografia Cultural Brasileira **133**
9.1 Dissertações de mestrado **135**
9.2 Teses de doutorado **144**
9.3 Artigos científicos **158**
9.4 Grupos e linhas de pesquisa **170**

Considerações Finais: Uma Síntese dos Caminhos Percorridos **181**

Referências **191**

Sobre os Autores **207**

Introdução

Por que uma Geografia Cultural?

As formas da abordagem cultural na Geografia compõem um campo em que a dualidade transparece como uma de suas principais características. De um lado, tais formas apresentam potencialidade para a análise da problemática do espaço geográfico que abordagens mais consolidadas na Geografia ainda começam a compreender. Por outro lado, não desfrutam do prestígio que outros ramos da área geográfica têm em razão de diversos fatores que vão desde sua afirmação e obtenção de autonomia como forma de investigação geográfica até o seu desenvolvimento tardio na Geografia acadêmica do Brasil.

Jacques Lévy (2015, p. 19), acerca das questões que envolvem a Geografia Cultural, reflete:

> Inovador na aparência, em seu enunciado a geografia cultural apresenta um duplo problema epistemológico. Trata-se de um novo ramo da geografia ou de uma escola de pensamento que pretende reorganizar o conjunto dos saberes da disciplina? O projeto de uma geografia cultural retoma e subscreve as ambiguidades do termo 'cultura' nas ciências sociais contemporâneas.

O debate acerca da Cultura e a sua relação com os estudos sobre o espaço faz parte de toda a trajetória do pensamento geográfico, desde sua origem grega, tendo em vista o interesse pela diversidade regional das áreas conhecidas do planeta, até abordagens atuais, como as perspectivas subjetiva e individualista não representativas do espaço. Para Paul Claval (2007, p. 60), "quando a geografia humana se desenvolveu, no final do século XIX, a descrição da diferenciação cultural da terra tornou-se um capítulo importante da nova disciplina".

A ideia de analisar o conceito e relacioná-lo com a Geografia Cultural não se dá a partir do aprofundamento do que propriamente seriam os conceitos de Cultura e de espaço, mas o intuito é o de cartografar os diversos momentos de aproximação entre eles e entender como suas diferentes abordagens foram produzindo conhecimento dentro da perspectiva geográfica. É importante salientar que esses momentos não formam uma linha única, estável e evolutiva, pois continuam como formas válidas de investigação. Conforme destaca Valverde (2019), em certas formas dos estudos da cultura, nota-se uma ênfase que diz respeito à existência de processos que sejam entendidos como os de uma esfera da sociedade independente e dotada de regras e funcionamento próprios, enquanto em outras, a cultura é entendida dialeticamente como resultado das relações políticas e econômicas da sociedade.

Etimologicamente, a origem da palavra Cultura vem do latim *colere*, que traduzido para o português significa *preparar a terra para o cultivo*. Em sua evolução histórica, esse sentido inicial de revolver a terra ramificou para especificações do trabalho humano e desenvolvimento de instrumentos, sendo parte da cultura humana algo derivado da natureza, como a ação de habitar a terra, culto à terra e culto como a terra. Deste contato com a terra, as divindades do cultivo aparecem como resultantes e podem ser vistas como o início da dimensão religiosa nesta perspectiva primordial de Cultura. Uma série de outros sentidos derivam destes elencados, reforçando continuamente a polissemia da cultura. Mais importante do que os inventariar, é entender as diferentes possibilidades de estudos que surgem.

Ao longo desta obra, avaliar a dimensão ontológica dos estudos culturais, ou seja, se a cultura é entendida tendo realidade em si mesma, é um elemento importante de análise. Um exemplo desta dificuldade de se trabalhar com o conceito de cultura é que sua polissemia pode ser entendida tanto como algo exterior aos indivíduos de um grupo social, algo superorgânico (ou ainda

supraorgânico), quanto, dialeticamente, resultado das relações políticas e econômicas da sociedade, de característica consequente.

Desta forma, diante de uma expressiva gama de aplicações e concepções do conceito de cultura, e levando em consideração os primórdios de sua valorização nos estudos espaciais, o panorama adotado na análise temporal desta pesquisa sobre as aproximações, abordagens e relações entre os temas cultura e espaço foi apresentado na disciplina "Perspectivas teóricas para estudos culturais na Geografia", ministrada pelo Prof. Dr. Rodrigo R.H.F. Valverde, no Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Universidade de São Paulo. Trata-se de 6 formas de investigação reconhecidas vinculadas ao subcampo da Geografia Cultural, sendo elas: 1°, As Origens da Cultura na Geografia Alemã; 2°, A Escola de Berkeley; 3°, A Escola Francesa; 4°, A Perspectiva Humanística; 5°, A Nova Geografia Cultural; 6°, O Debate na Pós-Modernidade.

A ideia de analisar a trajetória do pensamento geográfico a partir de uma perspectiva panorâmica tem o intuito de apontar o início da aproximação com a temática cultural, apresentar a diversidade dos estudos da cultura e do próprio conceito adotado, apontar críticas ao estudo da Cultura na Geografia e entender a valorização da perspectiva cultural que foi sendo traçada ao longo do tempo. Esse tipo de análise, que vai na direção da abordagem contextual, metodologia esta adotada na presente pesquisa, serve como exercício epistemológico para as posteriores aferições sobre as características teórico-metodológicas da Geografia Cultural que vêm sendo desenvolvidas no Brasil.

A Geografia Cultural tem uma longa história na Europa e nos Estados Unidos da América, tendo se desenvolvido a partir de 1890 (CLAVAL, 2007). Segundo Corrêa e Rosendahl (2008), a sua abordagem no Brasil é recente, sendo acrescidos, a este desenvolvimento tardio, motivos como a combinação de uma excessiva influência da corrente vidaliana de Geografia com a precária apropriação dessa corrente por parte dos seguidores de Vidal de La Blache; o desenvolvimento relativo da Geografia teorética e quantitativa, cujos seguidores consideravam a Cultura

como secundária, marginal ou residual; e, nos anos 1970, a influência do Materialismo Histórico Dialético que enfatiza a base econômica, as contradições e as desigualdades advindas do modo de produção como forma de explicação.

Levando em consideração sua trajetória recente no Brasil, e somada à afirmação de Corrêa (2009, p. 6) de que a "geografia cultural não se constitui em um subcampo caracterizado por uma uniformidade epistemológica, presa a uma ortodoxia", a presente pesquisa se comprometeu em debruçar-se sobre esse complexo cenário da Geografia Cultural que foi produzida no Brasil. É de relevante importância entender nosso panorama teórico-metodológico, tendo em vista a crescente produção científica e oferta de disciplinas relacionadas a esse tema.

Verificar como a Geografia Cultural se difundiu no Brasil e onde é mais praticada, torna-se uma etapa que apresenta potencialidade de análise quando analisado o panorama histórico desta vertente geográfica; da mesma maneira, descrever como essa área vem sendo desenvolvida na esfera acadêmica da Geografia é quesito fundamental para a contribuição teórico-metodológica desta pesquisa, que tem como hipótese o seguinte enunciado: entender se a inserção da Geografia Cultural transformou conceitos e métodos da Geografia brasileira para além dos limites de seu subcampo. Essa tarefa se mostra particularmente desafiadora na medida em que os enunciados da Cultura dentro da Geografia não seguiram apenas uma única tradição e nem mesmo uma única cadeia evolutiva, além de terem todos eles adentrado nossas instituições no mesmo período, a saber, o final da década de 1980 e início da década de 1990. De modo adicional, nos leva a reconhecer a produção de núcleos de conteúdos culturais que não partiam unicamente das Universidades Federal e Estadual do Rio de Janeiro, históricos centros para o desenvolvimento da Geografia no Brasil.

Essa hipótese comporta então um problema novo, com respostas insuficientes por hora, que abre um campo novo de discussões acerca da Geografia Cultural no Brasil, pois não é de modo algum algo consensual ou lugar comum entre os geógrafos

brasileiros. É fato também que a Geografia Cultural carece de pesquisas mais aprofundadas, especialmente as de natureza teórico-epistemológica, evidência esta que se reafirma em razão dos trabalhos deste subcampo serem recentes no Brasil, pois não é possível verificar produções que assumam trabalhar com tal vertente antes da década de 1990. Sendo assim, a justificativa desta pesquisa vem no movimento de contribuir para um maior repertório e organização de referências dentro desta área da ciência geográfica.

Para os professores Roberto Lobato Corrêa e Zeny Rosendahl (2008), soma-se ao desenvolvimento tardio da Geografia Cultural no Brasil uma produção pouco diversificada e muito concentrada no que diz respeito às escolhas temáticas, conforme é possível verificar no levantamento sobre a produção da coleção "Geografia Cultural" e do periódico "Espaço e Cultura", ligados ao Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Espaço e Cultura (NEPEC), pertencente ao Departamento de Geografia da UERJ. Porém, é sabido que uma "ascensão vertiginosa" (ALMEIDA, 2013, p. 41) de iniciativas têm ocorrido nos estudos sobre Cultura nos últimos anos, principalmente no caso específico dos programas de Pós-Graduação em Geografia.

Além da necessidade de um maior mapeamento para constatação do "estado da arte", tendo em vista que trabalhos acerca da produção brasileira se restringem em grande parte aos do NEPEC, a pesquisa buscou a compreensão do impacto (em razão de ser uma contemporânea abordagem) e a difusão (para verificar sua trajetória) no pensamento geográfico brasileiro a partir do que foi produzido em Geografia Cultural. Segundo Ferreira (2002, p. 258):

> Os últimos quinze anos tem se produzido um conjunto significativo de pesquisas conhecidas pela denominação 'estado da arte' ou 'estado do conhecimento'. Definidas como de caráter bibliográfico, elas parecem trazer em comum o desafio de mapear e de discutir uma certa produção acadêmica em diferentes campos do conhecimento, tentando responder que aspectos e dimensões vêm sendo destacados e privilegiados em diferentes épocas e lugares.

O objetivo geral da pesquisa vai na direção dessa compreensão do impacto e consequente difusão, sendo este o de analisar como a abordagem cultural contribui para a renovação do pensamento geográfico brasileiro. Quanto aos objetivos específicos, são: mapear os grupos de pesquisa, periódicos, currículos e disciplinas oferecidos no curso de Graduação e Pós-Graduação sobre Geografia Cultural no Brasil; sistematizar a produção acadêmica, no caso dissertações de mestrado e teses de doutorado, para a visualização de que aspectos e dimensões vêm sendo destacados e privilegiados nessa trajetória específica; relacionar a diversidade do pensamento cultural na Geografia com o processo de institucionalização dessa subárea e sua produção científica; e entender os procedimentos metodológicos que fazem avançar tal abordagem em Geografia.

Para o desenvolvimento e avanço desta pesquisa, o estabelecimento do cronograma ainda no formato de projeto serviu como fio condutor das atividades, pois os dois primeiros objetivos específicos requereram um extenso levantamento de dados. Sendo assim, a metodologia estabelecida para a formação do banco de dados, primeiramente, mirou a quantificação da oferta de cursos de Geografia no Brasil e a apuração dos que oferecem Geografia Cultural e/ou demais disciplinas que dialoguem com os temas de espaço e cultura. O mesmo procedimento também foi realizado na esfera das pós-graduações, sendo os dados obtidos nesta etapa da pesquisa sistematizados e tratados, gerando mapas e gráficos úteis para a espacialização da produção em Geografia Cultural, assim como forneceram informações relevantes para um panorama do Ensino Superior no Brasil, no que diz respeito à formação de geógrafos e de licenciados em Geografia.

O passo seguinte foi o levantamento dos mestrados e teses defendidas e depositadas na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e repositórios digitais das próprias instituições de ensino superior e pesquisa. Para isso, o mapeamento primeiro relativo à oferta de cursos nas esferas da graduação e pós-graduação no Brasil foi fundamental, pois forneceu o horizonte

para a busca pela produção científica no território nacional. A seleção dos trabalhos se deu pela análise dos títulos e palavras-chave das pesquisas, que muitas vezes transpassaram para outras áreas do conhecimento além da Geografia. Para não abrir demasiada a possibilidade de investigação da produção em programas de pós-graduação adjacentes aos de Geografia, o limite traçado foi pertencer à área das Ciências Humanas, pois os temas de cultura e espaço são interdisciplinares.

Na mesma linha de investigação, por meio de palavras-chave, se deu a busca pelos grupos de pesquisa em Geografia Cultural. Utilizando o Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil, ferramenta do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), esse material foi de grande valia para a verificação da evolução do número de grupos de pesquisa ao longo dos anos, assim como suas linhas de pesquisa. A busca pela produção acadêmica sobre cultura na Geografia também se deu pela prospecção de publicações. O levantamento foi realizado pelo portal Periódicos, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e buscou artigos em revistas brasileiras comuns às publicações da Geografia acadêmica.

A fim de contemplar os dois últimos objetivos específicos, que são o de relacionar a diversidade do pensamento cultural na Geografia com o processo de institucionalização dessa subárea, e, também, de entender os procedimentos que fazem avançar tal abordagem em Geografia, três elementos são de grande relevância para dimensão teórico-metodológica desta pesquisa, a saber: a abordagem contextual, a Análise de Redes Sociais (*social network analysis*), cuja sigla é (ARS) e as respostas de um questionário semiestruturado aplicado a pesquisadores.

Para examinar a trajetória da Geografia Cultural desenvolvida no Brasil, a pesquisa se baseou na metodologia denominada de abordagem contextual, desenvolvida por Vincent Berdoulay, professor emérito de Geografia da *Université de Pau et des Pays de l'Adour* e membro do *Centre National de la Recherche Scientifique* (CNRS), além de presidente honorário da Comissão de História da

Geografia da União Geográfica Internacional e da União Internacional de História e Filosofia da Ciência. Sua contribuição acerca da história da ciência e epistemologia em Geografia é relevante em razão da intenção de uma "leitura interseccional sobre os fatores internos e externos que esteiam o devir do pensamento científico" (LIMA, 2018, p. 357). A frase de Berdoulay (2013, p. 47) "A história da geografia é um repositório de ideia sobre a relação entre homem e natureza" vai na direção da consideração das descontinuidades das tendências científicas, a interdependência das ciências e as condições para a realização das pesquisas, sendo este repositório das ideias passível de mapeamento para apurar as relações político-econômicas da sociedade sem, contudo, concebê-las como determinantes para a totalidade do fazer científico.

O olhar a partir da abordagem contextual foi aplicado por Berdoulay na obra "A escola francesa de Geografia: uma abordagem contextual", em que o autor aplica tal perspectiva para a análise do movimento de gênese e consolidação da Escola Francesa de Geografia no período compreendido entre os anos de 1870 e 1914. Com essa proposta metodológica foi possível não só articular melhor elementos históricos, conceituais, econômicos e sociopolíticos, como também fundamentou o repúdio à linearidade da interpretação finalista que acaba por atribuir superioridade intelectual a determinadas perspectivas científicas, principalmente aquelas que conseguiram posteridade no âmbito acadêmico-social (LIMA, 2018).

Segundo Berdoulay (2013), a abordagem contextual é proveniente do exercício de revisão e discussão de alguns pontos relevantes da historiografia, acompanhada dos seguintes pressupostos fundamentais e orientações metodológicas. Sobre os pressupostos fundamentais, esta visão não implica que um sistema de pensamento deva ser atribuído *a priori* a cada período histórico ou a cada grupo social, assim como os fatores internos e externos devem ser vistos apenas como dois pontos de um *continuum*, sem nenhuma distinção bem definida. Quanto às questões metodológicas, ao não desconsiderar nenhuma tendência

geográfica, mesmo que algumas delas não tenham sobrevivido, a ideia seria pesquisar sem atribuir qualquer superioridade intelectual a uma tendência ou a outra. Como as tendências geográficas têm alguma base sociológica, seria importante não adotar um conceito de "comunidade científica" tão estreito como o encontrado frequentemente na Sociologia da Ciência, pois apenas a identificação de elos entre os cientistas não é suficiente para explicar o contexto da pesquisa geográfica ou a existência de diversas tendências, sendo imperativo dar maior ênfase a ideologias do que a instituições. A também necessária identificação e estudo das principais questões que envolvem uma sociedade, mesmo que algumas delas, à primeira vista, não sejam evidentes, servem para ter um panorama das influências sobre a evolução das ideias geográficas por meio da contextualização temporal. Por fim, a verificação das razões que estão por trás das ideias a partir do contexto em questão diz respeito a uma abordagem que consiste menos em examinar a possível "influência" de uma ideia do que em verificar as razões que estão por trás da "demanda" ou "uso" desta. O contexto, então, explica melhor a originalidade da síntese de uma série particular de ideias sustentadas por um indivíduo ou um grupo, embora qualquer uma dessas ideias, tomadas em separado, possa não ser nova ou inovadora (BERDOULAY, 2013).

Devemos destacar que o "contexto" supracitado não limita e nem descarta, mas sim levanta questões interessantes que anteriormente não foram integralmente abordadas pelos historiadores da geografia e que são importantes a serem dimensionadas, tais como o status desigual da geografia entre os países, a difusão de conceitos geográficos através das fronteiras, o deslocamento de um país para outros de centros inovadores ocorrido ao longo do tempo e o papel de várias instituições influenciando a orientação da pesquisa geográfica (BERDOULAY, 2013).

Ainda em relação à argumentação do contexto na produção do conhecimento, é exatamente este elemento que a presente pesquisa considerou para a elaboração dos instrumentos forjados na obtenção e classificação dos dados. Com o suporte metodológico

da abordagem contextual, a ideia de traçar a caracterização teórico-metodológica da Geografia Cultural no Brasil parte da intenção de identificar as diversas nuances relacionadas ao contexto acadêmico nacional em que essa área percorreu e como esse passado não tão longínquo influencia a produção contemporânea.

A interpretação dos dados mais extensos da pesquisa, que foram as palavras-chave dos mestrados, doutorados e artigos científicos, se deu por meio da aplicação analítica de redes sociais (*social network analysis*), a ARS. Tendo também sido submetida as palavras que compõem as linhas de investigação fornecida pelos grupos de pesquisa em Geografia Cultural e/ou espaço e cultura a essa ferramenta metodológica de análise, o intuito foi o de averiguar as relações existentes entre os agentes (palavras-chave e linhas de investigação/pesquisa), de forma a demonstrar com maior clareza as teias que se formam nas interações entre esses.

Segundo Tiago Luís Gil (2011), tal metodologia de análise dá especial atenção às conexões sociais ou quaisquer outros tipos indicados pelo pesquisador que, além de definir a qualidade das relações, aponta sua intensidade, baseado em critérios pré-estabelecidos. As análises em redes sociais (ARS) datam ainda do século XVII, segundo Graham Shawn, Ian Milligan e Scott Veingart. Indicam estes autores, que também denominam essa ferramenta metodológica de "análise de teoria gráfica, análise de redes sociais, ciência das redes e campos relacionados" (SHAWN, MILLIGAN e VEINGART, 2016, p. 195, tradução nossa), que uma forma de pensar as relações entre as pessoas, as ideias e os objetos de maneira interconectada sempre intrigou cientistas de diversas áreas, como economistas, sociólogos, antropólogos e outros cientistas sociais.

Do emprego desta técnica das redes sociais no Brasil, Tiago Luís Gil (Universidade de Brasília) e Leonardo Barleta (*Stanford University*, Estados Unidos da América), explicitam o uso dessa forma de visualização e de compreensão das interações sociais no campo da História (GIL e BARLETA, 2015), trazendo também vários outros exemplos de tradução e de adaptação dos fenômenos

históricos às ferramentas disponíveis hoje. Finalmente, Everaldo Costa (Universidade de Brasília), Adriano Bittencourt Andrade (Colégio Militar de Brasília) e Vinicius Maluly (*Ecole des Hautes Études en Sciences Sociales*, França), no campo da Geografia Histórica, aplicam o uso dessa mesma ferramenta de visualização e de interpretação ao estudo dos registros fiscais do século XVIII, localizados entre as Capitanias de Minas Gerais e da Bahia (COSTA, ANDRADE e MALULY, 2021). Nestes trabalhos citados, o denominador comum é a tentativa de não apenas ilustrar a conectividade entre os fenômenos, mas de apreender novas interpretações que não seriam possíveis sem essa técnica. Assim, o uso das análises em rede nas ciências sociais pode ter um papel de grande relevância.

O último dos três relevantes elementos teórico-metodológicos desta pesquisa sobre a trajetória da Geografia Cultural no Brasil, que nesse caso se encaixa apenas como metodológico e de menor importância nessa hierarquia em tríade, foram as respostas de um questionário semiestruturado aplicado a pesquisadores. Seu emprego se deu ao longo da pesquisa, permeado com análises, apontamentos, reflexões e demais inferências, no intuito de ilustrar linhas de raciocínio e fortalecer conclusões. Acreditamos que parte dos problemas da identificação e aprofundamento teórico dos estudos da Cultura em nossa Geografia deriva justamente de um contexto de difusão e mesclagem de diferentes concepções, oriundas de diferentes origens, em um mesmo momento, revelando o aqui e o agora na produção do discurso. Nesse sentido, a abordagem contextual e a análise de redes sociais (ARS) se aliam a essas diversas narrativas dos entrevistados, sendo plurais perspectivas um potencial recurso metodológico para o estudo da história da Geografia.

As diferentes afirmações empregadas em momentos específicos na forma de passagens são importantes para entender as condições de produção para o desenvolvimento simultâneo de diversas abordagens e conteúdos que se autoqualificam como culturais dentro do contexto da Geografia brasileira, ainda que a

ordem do discurso seja diferenciada. O detalhamento na operacionalização torna-se preciso para compensar a ausência de um marco mais claro de interpretação e classificação de dados empíricos, por isso a necessidade de apresentação do percurso, estratégia e alinhamento teórico-metodológico da pesquisa. Desta forma, foi tecido um panorama de fundo teórico segundo a metodologia proposta, que pode servir, inclusive, como subsídio para as seguintes indagações fundamentais de Lévy (2015, p. 4): "Um ramo nos dá frutos ou oculta a luz? A geografia cultural é um ramo que se toma por uma árvore ou uma árvore que se disfarça de ramo?".

Finalmente, a difusão da Geografia Cultura no Brasil no período de 1990 a 2020 aqui apresentada, primeiramente, discorre sobre a diversidade do pensamento cultural na Geografia em seu aspecto mais amplo, buscando entender as históricas correntes do pensamento geográfico que tangentes à Geografia Cultural. Em seguida, a partir da ideia que chamamos de processo de institucionalização seletiva e involuntária, mostra a espacialização desse fenômeno para, depois, aprofundar em sua trajetória teórico-metodológica. Este material serve como lastro teórico-epistemológico para caracterizar a geografia cultural brasileira.

PARTE I

A HISTÓRIA DO PENSAMENTO GEOGRÁFICO CULTURAL

Capítulo 1

As Origens da Cultura na Geografia Alemã

1.1 A Cultura nas correntes alemãs de Geografia e o pensamento ratzeliano

O que usualmente é denominado de "Escola Alemã de Geografia", além do peso de ter sido uma das precursoras e de maiores contribuições para o desenvolvimento teórico da ciência geográfica, abarca autores de enorme influência considerados os *pais* da geografia moderna, sendo eles Alexander von Humboldt (1769-1859) e Carl Ritter (1779-1859). Poderíamos ainda citar o papel cumprido por autores anteriores (Philipp Clüver, 1580-1622; Bernhardus Varenius, 1622-1650, Immanuel Kant, 1724-1804). Porém, a pequena formalização metodológica, a falta de continuidade nas investigações ou a pequena coerência entre os elementos enfocados na pesquisa dificultam a sua classificação (RIBAS; VITTE, 2009).

A entrada efetiva da Alemanha no sistema capitalista se deu de maneira tardia em razão do aglomerado de ducados, principados e reinos, sendo essa fragmentação um dos elementos que motivam o reordenamento do Estado ao longo do século XIX. Para Moraes (2007), a necessidade de se criar um Estado Nacional, a grande variedade entre os membros da confederação germânica, a falta de relação duráveis entre os membros e a ausência de um centro organizador davam uma especial relevância à discussão do espaço. Tendo sido consolidado os novos limites do país, o pensamento geográfico universitário da Alemanha no contexto do século XIX para o XX refletiu o contexto político, pois, estabelecida a identidade nacional, forjava-se um vínculo intenso acerca da cultura de seu próprio território em contraposição a teorias que justificassem a dominação de outrem. Também foi consolidada a

sua aproximação da Antropologia. Por último, notava-se a expansão concomitante à francesa, sendo que nesse movimento de justificativa de dominação territorial ocorrido a partir da segunda metade do século XIX, ambas se institucionalizam como ciências a serviço dos interesses imperialistas. É nesse contexto da história da Geografia que se insere o prussiano Friedrich Ratzel (1844-1904), um de seus pensadores basilares.

Professor na Universidade de Leipzig, Ratzel é considerado por muitos o fundador da moderna geografia humana, é também responsabilizado pelo estabelecimento da geografia política enquanto disciplina. Em relação à sua abrangente produção, Martins (2001, p. 92) observa:

> deixa transparecer a integração de fatos da modernidade e do rápido desenvolvimento da sociedade no contexto da Alemanha que se unificava. Reflexões sobre o Estado, a história, as raças humanas, o ensino da geografia e a descrição de paisagens perpassam a obra do geógrafo, que se preocupava em auferir uma identidade comum à nação em formação.

Ratzel, que atuou primeiro como farmacêutico, estudou inicialmente zoologia (assunto de seu doutoramento) e geologia, iniciou seus estudos em geografia posteriormente às viagens para a Europa Meridional, Estados Unidos da América, Cuba e México. Esse é o marco de início de seus estudos sobre cultura, nem sempre reconhecido em nossas aulas de história do pensamento geográfico. Tendo como referência o clássico dualismo geográfico, é considerado fundador da vertente humana em razão de sua obra a "Antropogeografia - fundamentos da aplicação da Geografia à História" (*Anthropogeographie oder die Grundzüge der Anwendung der Erdkunde auf die Geschichte*), de 1882. Sua importância diz respeito aos estudos das relações entre as sociedades e o meio natural e em sua análise geográfica aplicou os conceitos mais importantes da biologia darwinista (CAMPOS, 2001).

Conforme salienta Campos (2001, p. 35), "seus estudos sobre as influências do meio natural sobre as sociedades o transformaram, incorretamente, no pai do Determinismo Geográfico". Foi Lucien Febvre, em sua obra intitulada "A Terra e a evolução humana" (*La Terre et L'Évolution Humaine*), de 1922, que o rotulou como determinista geográfico e ambiental, sendo que suas críticas foram as responsáveis pela sua desqualificação. A ideia de Febvre era a contraposição ao "possibilismo" de Vidal de la Blache. Além de ter cunhado o termo possibilismo a Vidal, Febvre também foi o responsável pela estigmatização de Ratzel.

Carvalho (1997, p. 42) adverte sobre os reducionismos frequentes:

> São comuns os reducionismos e simplificações do pensamento ratzeliano, que em alguns casos é resumido apenas à lembrança dos possíveis equívocos cometidos, pelo pensador alemão, ao teorizar sobre as relações homem-natureza, ou ao defender suas crenças sobre a evolução dos processos civilizatórios. No primeiro caso, Ratzel teria sido um determinista ambiental incorrigível e, no segundo, um anti-evolucionista adepto de teses combatidas e desgastadas, como as do difusionismo, ou acertadamente condenadas, como as da superioridade civilizatória dos brancos caucasianos.

Pelo contexto histórico da Alemanha, que anteriormente foi traçado, pelo momento histórico em que viveu e produziu conhecimento, é possível destacar que o pensamento ratzeliano foi imperialista, positivista, mas não essencialmente determinista, pois não acreditava que haveria diferentes espécies humanas, estariam elas em diferentes estágios de evolução a partir de uma visão sistêmica - como se houvesse uma evolução social humana. Em elogio ao imperialismo, Ratzel (*apud* MORAES, 2007, p. 69) profere: "Semelhante à luta pela vida, cuja finalidade básica é obter espaço, as lutas dos povos são quase sempre pelo mesmo objetivo. Na história moderna a recompensa da vitória foi sempre um proveito territorial."

Ainda sobre a perspectiva que aparta o pensamento ratzeliano do determinista, para Rui Ribeiro de Campos (2001), Ratzel em sua "Antropogeografia" definiu como objeto da geografia o estudo das *influências* que as condições naturais exerciam sobre a humanidade, sendo que as "características naturais atuariam ainda na possibilidade de maior ou maior expansão de um povo - atuando como obstáculo ou como acelerador - e de contato com outros povos, isolando ou mestiçando" (CAMPOS, 2001, p. 36). Desta forma, é possível entender o espaço não como algo determinante, mas sim como um meio de desenvolvimento das técnicas.

É também importante assinalar que Ratzel não usou uma escala civilizatória (superior-inferior) para justificar diretamente as conquistas, assim como não fala em processo de iluminação e não idealiza a intervenção pela força. As diferenças entre graus da escala civilizatória podem ajudar a explicar o processo de dominação entre de diferentes povos em diferentes lugares no planeta, mas não serve como ferramenta legitimadora ou com o intuito de justificar tais processos. É por essa alegação do momento da vida relacionado com a produção do autor, e a validação da necessidade de revisitação de sua obra, que o geógrafo Andre-Louis Sanguin (1990, p. 580 *apud* CARVALHO, 1997, p. 43) salienta: "[nós geógrafos permitimos que Ratzel falasse por si através de seu trabalho ou simplesmente aceitamos o que os outros disseram em seu nome]".

Dentre o leque de ideias atribuído ao pensamento ratzeliano, é fato a sua busca por uma justificativa acerca do exercício do poder. A partir desta constatação, o que suas ideias apresentam fortemente seria uma posição sobre o evolucionismo cultural, de inspiração positivista, apontada enquanto dicotomia entre o que seria uma raça *natural* e outra raça *culturada*, estando esta última passível a intervalos, etapas, escalas e estágios de desenvolvimento. Sinteticamente, Ratzel pode ser entendido como um pensador de cunho imperialista, afeito a uma metáfora orgânica e positivista, mas a adjetivação de determinista talvez não seja um consenso.

Martins (2001, p. 93) observa:

> A obra de Ratzel é uma tentativa de superar uma geografia puramente descritiva, avançando na formulação de construções explicativas maiores a partir do 'sentido do espaço' (*Raumsinn*). Para os estudos culturais, sua principal contribuição é sobre o papel desempenhado pela cultura e pela difusão cultural apresentada na obra Völkerkunde, publicada de 1885 a 1888.

Para validar esse resgate histórico realizado, assim como os próximos subtemas, é de grande importância destacar que a geografia alemã do final do século XIX e início do XX não pode ser confundida com uma forma única de trabalho, de sentido determinista ambiental, sendo que entre os elementos que eram frequentes se observa um apelo à cultura como elemento investigativo da prática geográfica. Isso se vê na etnologia de Ratzel, no estudo da *landschaft* e no difusionismo de Franz Boas, constituindo assim um momento importante para o entendimento da contribuição da Geografia Cultural. Para os fins desta tese, cabe ainda lembrar que o estudo da cultura é tão antigo quanto à Geografia universitária.

1.2 Da Cultura e espaço em Ratzel ao conceito de *Landschaft*

Dentro da profícua escola, o surgimento da cultura no pensamento geográfico ocorre nos estudos desenvolvidos a partir da segunda metade do século XIX e teve como marca uma visão ampla dos fenômenos para entender as nuances acerca deste tema. Wimmer investigava aspectos religiosos, Humboldt destacava a pintura (entre muitos outros temas geográficos), Oppel falava em imaterialidade e psicologia como elementos de Geografia, entre várias outras produções. Estas produções heterogêneas, falavam em kulturgeographie como um conjunto caótico de formas de investigação. Talvez um elemento que permitisse entender tais formas como culturais seria a partir da avaliação do conceito de

landschaft e de sua relação com diferentes raças (em plano social, e não em plano biológico).

Ratzel, como outros dos seus contemporâneos, acreditava que a capacidade de invenção humana era muito limitada, e por isto a evolução dos grupos sociais advinha realmente das difusões pelas zonas ou regiões culturais das invenções que teriam se realizado a partir de uns poucos centros culturais difusores (MORÁN, 1990). O meio biofísico exercia influência (rios, oceanos, montanhas, florestas, etc.), mas na medida funcional em que favorecia ou dificultava as possibilidades dos contatos difusores dos traços culturais entre as populações distribuídas no espaço: "A crítica da antropogeografia às invenções paralelas em sítios diferentes corroia também a idéia simples da evolução por sucessão dos estágios de cultura" (SAUER, 1952 *apud* BARROS, 2007, p. 217).

No livro, "Antropogeografia", considerada a obra que funda a geografia humana, Ratzel define o objeto geográfico como o estudo da influência que as condições naturais exercem sobre a humanidade. A proposta de estudo da "Antropogeografia" para Moraes (2007, p. 71) "privilegiou o elemento humano e abriu várias frentes de estudo, valorizando questões referentes à história e ao espaço", sendo justamente esta obra o marco inicial dos estudos geográficos sobre cultura e espaço.

No capítulo "O homem e o ambiente", Ratzel (1990) enumera 4 (quatro) formas de influência da natureza sobre o homem, que pode ser entendida não como limites impostos pelo anecúmeno, mas sim relativos a uma maior ou menor determinação de um povo de se expandir ("uma influência que direciona, acelera ou obstacula a expansão de massas étnicas"), de realizar trocas ("uma influência mediata sobre a essência íntima de cada povo que se exerce impondo a ele condições geográficas que favorecem o seu isolamento..."), de se constituir socialmente ("facilitar-lhe ou tornar-lhe difícil primeiramente a obtenção dos meios necessários à vida") e de natureza metafísica ("ela age sobre o corpo e o espírito do indivíduo e é por sua natureza fisiológica e psicológica") (RATZEL, 1990, p. 59-60). Todos esses são elementos de estreita conexão entre

cultura e espaço, pois Ratzel utiliza termos como "etnia", "raça", "posição geográfica", "limites", "povo", "miscigenação", "troca" e ainda propõem perfis e personalidades ao empregar a psicologia em sua análise.

Em "Tarefas e métodos da geografia do homem", o autor amplia sua escala de análise cultural e traça esse perfil enquanto arquétipos em sua classificação antropogeográfica de povos tradicionais que ocupam o litoral em contraposição aos que estão no interior, assim como povos insulares e das montanhas. Escreve Ratzel (1990, p. 95):

> Os povos internos e os povos costeiros, os povos montanhenses e os povos insulares representam tipos que se encontram em todas as zonas, variadíssimos em termos de extensão e de qualidade. As pequenas e pobres tribos de esquimós da América ártica são comunidades costeiras e insulares, assim como os índios que moram adiante deles são povos internos. O tipo rude, grosseiro, belicoso do filho da montanha e do navegante e mercador hábil, refinado, pacífico, se nos apresentam por toda a parte ao longo da história da Grécia. Esquimós e índios, atenienses e trácios, fenícios e hebreus são pequenas manifestações do grande contraste que se manifesta entre comunidades e potências continentais e marítimas, e cuja influência podemos verificar em toda a história universal.

Outra obra de relevante destaque nos estudos sobre cultura e espaço de Friedrich Ratzel foi o seu trabalho publicado em volumes intitulado "A História da Humanidade" (*The History of Mankind*), publicado originalmente em 1895 e um ano depois em inglês, e que continha excelentes gravuras e notável cromolitografia. Para Edward Burnett Tylor (2009), este trabalho antropológico ofereceu os esboços para o que se entendia enquanto raças da humanidade a partir da descrição de fenótipos, língua, desenvolvimento técnico e questões de natureza moral e religiosa, além da menção especial feita sobre as ilustrações.

Nesta obra, Ratzel, que utiliza o termo "raças" (*races*) e "raças culturadas" (*cultured races*) para se referir à etnias ou povos, vale

destacar a valoração que atribui ao termo cultura de forma original, sendo algo relacionado à terra, ao solo. Para o autor, existia uma espécie humana em plano biológico e as raças eram entendidas como construções sociais, todas sempre dependentes da natureza.

Ratzel não realiza um debate ontológico acerca da cultura que assume um caráter tanto material como imaterial, sendo projetada territorialmente. É possível entender a sua qualidade dinâmica e seu potencial para a transmissão de valores de forma intergeracional, sendo a cultura a expressão da técnica de um povo, reveladora do elemento civilizatório. Desta forma, Ratzel trata de questões próprias da Antropologia na Geografia de maneira precursora, sendo essa a grande contribuição para os estudos sobre espaço e cultura. O próprio interesse de Tylor e de Boas por sua obra é indicativo da reciprocidade desta relação.

Outra grande contribuição para o entendimento da relação entre os termos cultura e espaço se dá acerca da palavra *landschaft*. Apesar do longo debate acerca da tradução e adaptação deste termo germânico para os estudos geográficos, podemos destacá-lo enquanto palavra-chave para o entendimento do pioneirismo da geografia alemã na abordagem dos fenômenos culturais espaciais: "o espaço mostrava as suas diversas personalidades, e a estas decidiu-se primeiramente denominar de 'landschaft' (...)" (HOLZER, 1999, p. 152). Porém, não é consenso que paisagem é a tradução do alemão *landschaft*.

Na discussão sobre as terminologias acerca da *landschaft*, Leo Waibel (1888-1951) realiza uma definição trivial, sendo "[a seção da superfície da terra e do céu que se encontra em nosso campo de visão, como vista na perspectiva de um ponto específico"] (HARTSHORNE, 1939 p. 328, tradução nossa). Porém, é Johannes Gabriel Granö (1882-1956) quem contribui para a sua definição enquanto algo mais amplo, sendo talvez a que mais se aproxime de seu sentido literal: ["a impressão total despertada em nós por um pedaço da superfície da terra e a seção correspondente do céu"] (HARTSHORNE, 1939, p. 328, tradução nossa). Finalmente, é o próprio Richard Hartshorne (1889-1992) que amplia a possibilidade

da interpretação do termo, abarcando também os grupos sociais: "[de fato, outro dos muitos significados listados para a palavra se refere não à própria terra física, mas ao grupo social que a habita"] (HARTSHORNE, 1939, p. 154, tradução nossa). A ideia da análise deste termo traduz uma das características da tradição alemã, que foi a de desenvolvimento de uma geografia dotada de abordagens plurais, sendo a responsável por ampliar a discussão e propiciando a inserção dos estudos culturais aos fenômenos estudados pelos geógrafos. No livro "A Natureza da Geografia" (*The nature of geography - a critical survey of current though in the light of the past*), de 1939, há no capítulo intitulado "'*Landschaft' and Landscape*'" a tentativa de adaptação desse termo alemão a partir da comparação com o que seria o seu equivalente na língua inglesa, em que Hartshorne fala de usos simbólicos e psicológicos da paisagem na geografia alemã do fim do XIX.

Assim, diante do conceito alemão que diz respeito a "toda uma região com suas complexidades morfológicas, não se limitando, portanto, ao sentido estrito daquilo que se abarca com o olhar, a cena" (HOLZER, 1998, p. 53), o conceito de *landschaft* corrobora no entendimento das abordagens diversas que são necessárias para os temas de espaço e de cultura. Werther Holzer (1999), ao abordar as visões da geografia francesa e anglo-saxônica, entende que no âmbito linguístico *landschaft* e *paysage* não são equivalentes, sendo a primeira uma palavra mais antiga, medieval, de conteúdo mais abrangente e mais complexo que o das línguas latinas, e em relação à *landscape*:

> *Landschaft'* se refere a uma associação entre o sítio e os seus habitantes, ou se preferirmos, de uma associação morfológica e cultural. Talvez tenha surgido de *Land Schaffen* ou seja, criar a terra, produzir a terra. Esta palavra, transmutada em *landscape*' chegou à geografia norte-americana pelas mães de Sauer que, cuidadosamente, enfatizava que seu sentido continua sendo o mesmo: o de formatar (*land shape*) a terra, implicando numa associação das formas físicas e culturais (HOLZER, 1999, p. 152).

1.3 As relações entre Friedrich Ratzel e Franz Boas e suas consequências para os estudos culturais

Desenvolvida a partir do pensamento positivista, a influência do darwinismo sob a ótica social é marcante no pensamento ratzeliano, sendo a criação do famoso termo *Lebensraum* ("espaço vital") exemplo desta perspectiva aplicada a questões relacionadas à geografia política.

Barros (2007, p. 218) observa:

> Através de problemas e críticas na biologia e na teoria da evolução, Ratzel posicionou a Geografia no campo das discussões sobre a dinâmica dos padrões culturais e das sociedades no contexto da expansão demográfica, econômica, política e cultural europeia pelo mundo. (...) A geografia trabalharia suas interpretações a partir dos fatores externos desta dinâmica (meio geográfico e difusões) para entender as variações culturais e demográficas (regiões culturais como tipos de especiações), e esta proposta significava uma via alternativa às explicações raciais/genéticas.

Em seus esboços sobre o que considera raças humanas, é evidente sua dicotomia, especialmente pelo emprego das palavras povos "selvagens" e "bárbaros", que mostraria a cultura em seus "estágios anteriores", algo que serviria como alicerce para que as grandes nações modernas entendessem a si mesmas. Ainda pela perspectiva do darwinismo social, a extinção de raças inteiras se daria não apenas pelo contato com raças superiores na escala civilizatória (técnica), mas também pelos rigores do ambiente. Tais fatores de competição gerariam as diferenças culturais e a possibilidade de contatos interculturais. Tal papel importante, desempenhado pela cultura e pela difusão cultural, é verificado em sua obra "*Völkerkunde*" (1885-8) (MARTINS, 2001).

As consequências dessa conhecida perspectiva que marca diferentes ritmos de desenvolvimento podem ser verificado no pensamento de Edward Burnett Tylor (1832-1917), considerado pioneiro no evolucionismo social. Tal autor se preocupa em

oferecer uma definição formal de cultura, entendendo-a como algo único e defendendo que os diferentes povos sofreriam convergência de suas práticas culturais ao longo de seu desenvolvimento (MORGAN, 2005). Algo importante também a ser destacado é que a concepção de cultura em Ratzel ampliou a etnografia para todo o mundo e não apenas os civilizados, como pode ser verificada por meio da já referida obra "*The History of Mankind*", tendo exatamente o mesmo Tylor tecido elogios ao seu trabalho iconográfico antropológico. Breve, Ratzel vai tratar de questões próprias da Antropologia na Geografia de modo original, chamando a atenção para o fato de que esse debate sobre cultura e o solo jamais desapareceu do pensamento geográfico.

Partindo desta tradição, mas transferindo a perspectiva evolucionista para a historicista comparativa, Franz Uri Boas (1858-1942), também alemão, traz algumas destas perspectivas, ancoradas no pensamento do velho continente, para a América. Tendo chegado aos Estados Unidos da América, Boas é um dos responsáveis pela fundação do pensamento antropológico norte-americano. Sua obra veio a ser citada e absorvida pelos autores da denominada Escola de Berkeley, sendo possível estabelecer aproximações e afastamentos entre o que este pensador se entende por cultura contemporâneo e aquilo que Ratzel defendeu. Bronisław Kasper Malinowski (1884-1942), considerado também um dos fundadores da antropologia social, via Ratzel como um dos pioneiros da teoria das difusões e influenciador do difusionismo de Franz Boas (1858-1942) (MORAES, 1990).

Primeiramente, é importante destacar que Boas, geógrafo de formação, desenvolve experiência profissional com o povo inuítes na América do Norte, o que configura uma transição profissional com a migração feita da Alemanha para os Estados Unidos da América. Considerado um dos fundadores da antropologia cultural estadunidense, rejeita o evolucionismo e defende uma visão histórica da cultura por meio da abordagem historicista (comparativismo e historicismo) e prega a necessidade de definição de uma área de estudo, a que chama de *core*. Conforme citado, era alemão e ao levar a

Antropologia aos Estados Unidos da América, consolidando a crítica à antropologia evolucionista, limita o sentido do determinismo ambiental na geografia. Esses são os pontos de distanciamento entre o pensamento relativista da cultura proferido por Boas das já citadas que foram pensadas por Ratzel. Ainda acerca desses distanciamentos, no que diz respeito aos limites do determinismo ambiental, profere o seguinte: "[O estudo da história da cultura de qualquer área em particular mostra claramente que as condições geográficas por si só não têm força criativa e certamente não são determinantes absolutos da cultura"] (BOAS, 1962, p. 240, tradução nossa).

Outra ruptura inovadora foi que Boas deu maior peso à base imaterial e propôs um novo método comparativo, o dedutivo. Outra fundamental informação é que assume uma posição ontológica na cultura, ou seja, a de que ela seria dotada de leis e mecanismos próprios que seriam dissociados da economia e da política, fato este que influenciou de maneira determinante os estudos produzidos em Berkeley. Ao fazer referência ao método comparativo, Boas vê na geografia uma solução para os estudos das formas culturais a partir da contiguidade dos fenômenos, sendo a análise espacial importante para dar contorno às experimentações comparativas, como no processo de diferenciação de línguas entre povos.

Um tópico importante do pensamento boasiano são as áreas culturais, cujas ideias iniciais derivam menos de pesquisas aplicadas que da administração de museus, sendo originalmente um sistema de catalogar e classificar artefatos em um museu de maneira não cronológica. Isso representa a quebra da organização baseada no evolucionismo, onde a sucessão ocorreria a partir do primitivo em direção ao mais desenvolvido, mas sim ocorreria a partir de "províncias geográficas" organizadas por quesitos etnográficos. Seemann (2005, p. 15) explica:

> O conceito de área cultural foi desenvolvido como meio para descrever as características típicas de tribos culturalmente relacionadas que geralmente são encontradas em áreas contíguas. Como ferramenta analítica, as áreas culturais são pequenos

> territórios geográficos bem definidos, nos quais fenômenos étnicos similares são provavelmente produto de um desenvolvimento histórico em comum. As comparações não excederiam os limites da área cultural que formava a base de estudo.

As conexões possíveis de serem estabelecidas entre os pensamentos ratzeliano e boasiano e as suas contribuições para os estudos culturais seriam no que diz respeito ao desenvolvimento das ciências sociais nos Estados Unidos da América, como a ênfase nos processos histórico-cultural das discussões antropológicas, as transformação das práticas museais, a institucionalização das ciências sociais na virada do século XIX para o XX, a valorização dos discursos de difusão cultural, o destaque às fontes materiais como base primária de investigação e a defesa pela diversidade e origens simultâneas de fatos culturais (VALVERDE, 2019).

No estabelecimento de um paralelo entre os conterrâneos Friedrich Ratzel e Franz Boas, observa-se uma transição do pensamento biológico para o ambiental, do ambiental para o historiográfico, dos traços culturais intergeracionais para as leis da mente humana, da cultura, da história da linguagem para a psicologia e da cultura material para a de aspectos imateriais. Em ambos, verificam-se a defesa da classificação de áreas a partir de uma perspectiva nos tipos de objetos e do caráter educativo dos modos de vida, as diferenças entre características biológicas e histórico-culturais e o reconhecimento progressivo das culturas ditas primitivas e o da materialização via natureza.

Mesmo sendo Ratzel um teórico positivista, imperialista e evolucionista a partir de uma visão sistêmica, e Boas um antropólogo claramente cultural e anti-determinista, no caso do segundo pensador, este desloca o seu lado mais determinista da antropogeografia para o lado mais cultural e difusionista apenas depois dos seus estudos sobre o povo inuíte no célebre artigo intitulado "*The Study of Geography*", de 1887, quando passa a doutrinar que o ambiente não é determinante, mas sim um fator que o homem se utiliza segundo sua herança cultural (MORÁN, 1990).

Capítulo 2

A Escola de Berkeley

2.1 Do supraorgânico aos temas da Geografia Cultural

Nos Estados Unidos da América, especificamente na cidade de Berkeley, localizada na costa leste da baía de São Francisco, a partir da década de 1920, em razão das produções acadêmicas dos departamentos de Antropologia e Geografia da Universidade da Califórnia (*University of California*), destacaram-se pesquisadores que foram precursores da interdisciplinaridade praticada em suas pesquisas em Ciências Humanas.

Corrêa e Rosendahl (2003, p. 10) afirmam:

> Foi nos Estados Unidos, contudo, que a geografia cultural ganhou plena identidade, graças à obra de Carl Sauer e de seus discípulos, primeiramente em Berkeley e, em breve, dispersos por várias universidades. A Escola de Berkeley (1925-1975) desempenhou papel fundamental na geografia cultural.

A denominada Escola de Berkeley tem início nos anos 1920 e sua produção ocorre com vigor até idos da década de 1970. Além de estabelecer maior aproximação entre disciplinas, uma de suas características foi a influência de autores alemães, já que contava com muitos germânicos como professores. Carl Sauer, considerado o maior nome desta perspectiva em geografia cultural, faz referência ao pensamento ratzeliano nesta articulação entre estudos da Antropologia e da Geografia em razão de sua obra Antropogeografia (1882).

A produção do conhecimento em Berkeley não seguiu o costume da tradição geográfica praticada até então, que era o do empirismo teórico, mas objetivou o caráter materialista das

discussões e o sentido espacial da argumentação em razão da influência dos pensadores alemães, como Franz Boas. Pela ligação com a antropologia da "Escola das Áreas Culturais", como também é conhecida essa corrente antropológica, o difusionismo vai influenciar um dos principais conceitos desenvolvidos nos estudos de geografia cultural em Berkeley, "paisagem cultural".

O nome de Alfred Louis Kroeber (1876-1960) é determinante nas aproximações entre a sua ideia defendida, a concepção supraorgânica (ou superorgânica), com os textos seminais de Carl Sauer sobre a morfologia da paisagem. Ao desenvolverem trabalhos nos limites dos estudos culturais derivados do esforço em separar o domínio da Biologia Evolucionista daquele referente à essência dos fatos sociais, salientaram a sua concepção fenomenológica de Geografia (VALVERDE, 2020). Segundo James Duncan (2003), Kroeber desenvolveu a sua tese da autonomia da cultura em um artigo seminal intitulado "O Superorgânico" (*The Superorganic*), em 1917, marcando o início do determinismo cultural na antropologia americana.

O termo supraorgânico remete ao filósofo do liberalismo clássico Herbert Spencer que procurou aplicar as leis da evolução a todos os níveis da atividade humana em razão de sua admiração por Charles Darwin, algo quase trivial no que tange ao pensamento científico da época. "A sociologia de Durkheim é um exemplo clássico de holismo transcendental. Ele via a sociedade *sui generis* como irredutível aos indivíduos" (DUNCAN, 2003, p. 64).

O termo holismo é referente a uma perspectiva filosófica relativamente forte do holismo transcendental, no qual o todo, e não as partes individuais, é a força ativa dominante. Também, a partir desta perspectiva, está a suposição de que esses indivíduos são meros agentes que cumprem tarefas regidas por algo maior, como, por exemplo, pela cultura ou por Deus. A concepção de superorgânico se dá a partir do entendimento de que a cultura é uma esfera maior que a carga genética e o trabalho humano, sendo dotada de um progresso diferente, e está relacionada a uma

perspectiva metafísica, superior aos indivíduos enquanto agentes passivos dessa força.

Duncan (2003, p. 64) explica:

> A teoria da cultura enquanto entidade supraorgânica foi esboçada pelos antropólogos Alfred Kroeber e Robert Lowie durante os primeiros 25 anos do século XX, sendo, posteriormente, elaborada por Leslie White. A cultura era vista como uma entidade acima do homem, não redutível às ações dos indivíduos e misteriosamente respondendo a leis próprias. Além disso, foi essa a visão de cultura que passou a dominar a geografia cultural. Esta perspectiva foi adotada especificamente por Carl Sauer ao se associar a Kroeber e Lowie em Berkeley nas décadas de 1920 e 1930, sendo posteriormente transmitida para seus alunos.

Sauer sugeria que a cultura seria o agente independente que produz a paisagem cultural, inspirado na concepção superorgânica da Antropologia de Kroeber. Nesse processo, conferia uma força anímica à cultura como forma de conter a explicação científica fundada em um determinismo biológico.

Sendo a cultura uma dimensão externa ao sujeito, Kroeber argumenta que "não precisamos nos preocupar com o indivíduo, porque ele é um mero agente das forças culturais, um mensageiro levando informação através das gerações e de lugar para lugar" (DUNCAN, 2003, p. 68). Os códigos de valores também foram centrais para a noção de supraorgânico para Kroeber, sendo esses códigos "considerados como o equivalente supraorgânico do código genético. Enquanto os organismos inferiores são controlados internamente, o homem é controlado externamente por valores" (DUNCAN, 2003, p. 68).

Mesmo com a ideia de que a Geografia Cultural e a Antropologia de Berkeley entendiam de forma holística a teorização sobre o homem e a sociedade, que contrapõem a explicação individualista, em seu clássico texto intitulado "Geografia Cultural" (*Cultural Geography*), publicado em 1931, Carl Sauer entende que nunca houve a intenção de subestimar ou

eliminar as atividades humanas no estudo da geografia no que diz respeito às atividades antrópicas que resultam nas paisagens culturais. Novamente remetendo às tradições germânicas na Geografia, aponta que:

> Os alemães têm repetido, durante muito tempo, uma frase: 'a transformação da paisagem natural em paisagem cultural'; expressão que proporciona um programa de trabalho satisfatório no qual o conjunto das formas culturais em uma área merece a mesma atenção que o das formas físicas (SAUER, 2000b, p. 22).

Se para Sauer a Geografia Cultural se interessa, portanto, pelas obras humanas que se inscrevem na superfície terrestre e imprimem uma expressão característica, e a "área cultural constitui um conjunto de formas interdependentes e se diferencia funcionalmente de outras áreas" (SAUER, 2000b, p. 23), outro adjetivo possível de atribuir à perspectiva da Escola de Berkeley é a culturalista, pois tal diferenciação funcional é uma forma de expressão que defende que a cultura exerce uma força explicativa do mundo, algo como uma terceira esfera, pois não deriva nem da economia e nem da política, ou seja, a cultura possuiria expressão singular.

Na compreensão das particularidades da ação humana sobre a superfície terrestre, como todas as subdivisões da Geografia que procuravam entender os fenômenos "ligados à Terra", conforme expressão utilizada por Philip Wagner e Marvin Mikessel no livro "*Readings in Cultural Geography*" (1962), é nele que podemos visualizar as intenções da Escola de Berkeley. Esta obra, que reúne textos que marcam essa segunda tradição do pensamento em Geografia Cultural, na introdução intitulada "Os temas da geografia cultural" (*The themes of cultural geography*) a dupla sistematiza seus cinco principais temas: cultura, paisagem cultural, áreas culturais, história da cultura e ecologia cultural (WAGNER e MIKESELL, 1962).

O primeiro, cultura, seria a chave para a compreensão sistemática de diferenças e semelhanças entre os homens, e

resultaria na capacidade de os seres humanos se comunicarem entre si por meio de símbolos (WAGNER e MIKESELL, 2000). Os autores entendem que a cultura está assentada numa base geográfica, algo que reforçaria o culturalismo por não estar integrado e nem fazer parte totalmente das relações econômicas e políticas espaciais, e fazem referência a níveis culturais diferentes.

Partindo do conceito de difusionismo mitigado, por negarem ser a única ou principal forma de mudança cultural ou a existência de um único centro difusor da cultura, fica clara a aproximação entre a Antropologia e a Geografia na explicação feita pela dupla, sendo esse mais um exemplo da influência das ideias de Franz Boas. Na direção da documentação de traços culturais em uma área circunscrita, suas ideias podem ser observadas pela atenção dada no tratamento da transformação regular da natureza e de contatos entre povos.

O segundo tema, área cultural, discorre sobre a investigação da distribuição ao longo do tempo de elementos dos povos que constituem a base para o reconhecimento de áreas culturais que não seriam uniformemente absolutas, mas sim relativas.

A paisagem seria a categoria de análise do espaço responsável pela diferenciação das áreas culturais. "Para um geógrafo, a área cultural também é uma 'paisagem cultural'" (WAGNER e MIKESELL, 2000, p. 35), sendo este o terceiro tema.

O quarto tema, história da Cultura, trata dos termos difusão e invenção, novamente algo que remete à tradição boasiana, sendo que este tema procuraria descobrir quatro tipos de fatos: a origem, no tempo e lugar, de determinadas características culturais; as rotas, épocas e modos de disseminação; a distribuição de áreas culturais anteriores; e as características das paisagens culturais anteriores (WAGNER e MIKESELL, 2000).

O quinto tema, ecologia cultural, constituiria na aplicação conjunta do conhecimento físico-biológico e cultural ao estudo de processos em curso nas paisagens e suas implicações para as comunidades humanas (WAGNER e MIKESELL, 2000), sendo que os autores tecem uma diferenciação entre o penúltimo e o último tema.

Finalmente, Wagner e Mikesell desenvolvem a última parte desta introdução do grande compêndio atribuindo funções e características a quem seria um geógrafo cultural da tradição representada pela narrativa de Berkeley, sendo fundamental que o pesquisador pensasse "automaticamente em todos os outros" (WAGNER e MIKESELL, 2000, p. 50) cinco temas, como que de forma sistêmica:

> Para estes geógrafos culturais, qualquer sinal da ação humana numa paisagem implica uma cultura, demanda uma história e exige uma interpretação ecológica; a história de qualquer povo evoca a sua fixação numa paisagem, seus problemas ecológicos e concomitantes culturais; e o reconhecimento de uma cultura exige a descoberta de traços que ela deixou na superfície terrestre (WAGNER e MIKESELL, 2000, p. 50).

2.2 Sauer e a morfologia da paisagem cultural

Carl Ortwin Sauer (1889-1975) foi o grande nome da escola de Berkeley, sendo seu criador e expoente máximo, e "formou algumas gerações de geógrafos que fizeram a geografia avançar, deixando um grande legado para gerações futuras" (CORRÊA, 2001, p. 9). Foi na Universidade de Chicago que obteve a sua formação acadêmica, sendo esta responsável pelo pensamento que defendia o determinismo ambiental, entendida como uma versão geográfica para o pensamento positivista. Porém, Sauer rompe com tal perspectiva e adota o historicismo, isso em razão do ambiente de pesquisa que à época constituía o corpo docente de Berkeley.

Sua obra pode ser dividida em dois conjuntos, sendo o primeiro sobre formulações teóricas e metodológicas, fase essa de matriz disciplinar e metodológica onde a crítica ao determinismo ambiental e a afirmação da geografia como história espacial da cultura são as tônicas, e o segundo refere-se aos estudos sobre áreas culturais, fase essa marcada pela influência da antropologia de Kroeber (CORRÊA, 2001). Em razão da defesa da ideia de

transformação da paisagem natural em paisagem cultural, Sauer entendeu que esta expressão proporciona uma perspectiva de pesquisa em que as formas culturais mereceriam a mesma atenção que as formas físicas.

Sauer (2000b, p. 105-107) explica:

> Toda geografia é, com propriedade e segundo este ponto de vista, geografia física, não porque o trabalho humano esteja condicionado pelo meio, mesmo porque o homem, por si mesmo, é objeto indireto da investigação geográfica, confere expressão física à área com suas moradias, seu lugar de trabalho, mercados, campos e vias de comunicação. A geografia cultural se interessa, portanto, pelas obras humanas que se inscrevem na superfície terrestre e imprimem uma expressão característica. A área cultural constitui assim um conjunto de formas interdependentes e se diferencia funcionalmente de outra áreas.

Sauer classifica geógrafos com dois objetivos distintos, sendo que um grupo se limita ao estudo de uma relação causal particular entre o homem e a natureza, e o outro ao esforço que se dirige à definição do material de observação.

Para James Duncan, Carl Sauer foi a figura hegemônica na Geografia Cultural Americana e entende que estiveram presentes em seu trabalho temas como ecologia cultural, a difusão de artefatos e ideias e a percepção cultural da paisagem (DUNCAN, 2003). Sobre a conhecida influência germânica em sua obra, afirmou que "Sauer considerava Ratzel, acima de todos os outros, o pai da geografia cultural" (DUNCAN, 2003, p. 70). Ainda sobre a relação com estes pensadores, agora com o seu contemporâneo Kroeber, entende que:

> Outras evidências da influência da antropologia kroeberiana em Sauer residem no fato de que os temas da reconstrução histórica, área cultural e difusão que Sauer introduziu na geografia americana dos anos 1920, foram os mesmo que Franz Boas e seus discípulos, como Kroeber e Lowie, vinham trabalhando desde o primeiro momento

em que Boas se interessou por esses três temas citados acima, isso no final da década de 1890 (DUNCAN, 2003, p. 68).

A noção de cultura que Sauer comunicou aos seus alunos ao longo de sua carreira não foi sempre a mesma. Nos anos 1930, estimulou a familiarização com o conceito a partir da perspectiva de Kroeber, porém nos anos 1940 e início dos 1950 já não mais obrigava a essa leitura. Para DUNCAN (2003), talvez isso tenha ocorrido pois pensava que os alunos que iam chegando já tinham uma noção aceitável de cultura a partir da perspectiva desenvolvida por seus colegas antropólogos.

Um dos textos mais conhecidos de Carl Sauer é "A morfologia da paisagem" (*The morphology of landscape*), publicado originalmente em 1925, que se inicia com o autor tecendo considerações acerca do próprio campo de atuação da Geografia. Para ele, a ciência geográfica tem em sua natureza a capacidade de entender as conexões dos fenômenos. "Descobrir esta conexão e ordem dos fenômenos em áreas é uma tarefa científica e de acordo com a nossa posição única a qual a geografia deveria devotar suas energias" (SAUER, 1998, p. 17).

Segundo Roberto Lobato Corrêa, a influência germânica na formação de Carl Sauer, que aliás era filho de imigrante alemão, foi determinante em sua obra, com destaque a este clássico, pois ocorre a adoção do conceito goetheano de morfologia ao implicar a compreensão das formas enquanto expressão cultural e individual através de processos humanos, espirituais e naturais (CORRÊA, 2001). Sobre essa tríade de processos, a tarefa da Geografia seria conceber "como o estabelecimento de um sistema crítico que envolva a fenomenologia da paisagem, de modo a captar em todo o seu significado e cor a variada cena terrestre". (SAUER, 1998, p. 22).

Para Sauer (1998, p. 24), "a paisagem geográfica é uma generalização derivada da observação de cenas individuais" e pode ser apresentada enquanto definidor do conceito de unidade da geografia. Sobre a referida influência da Fenomenologia na análise da paisagem, Sauer entende que o conteúdo da paisagem é algo

menor do que todos seus componentes visíveis, sendo sua identidade marcada pela perspectiva pessoal relacionadas às experiências de quem a analisa. Assim, "a posição corológica necessariamente reconhece a importância da extensão em área dos fenômenos (...). Daí existir um importante contraste entre a geografia e a fisiografia" (SAUER, 1998, p. 28). Ainda sobre a defesa da fenomenologia para a análise das paisagens a partir das interpretações singulares, entende que "o julgamento pessoal do conteúdo da paisagem é determinado mais por interesse. A geografia é distintamente antropocêntrica no sentido do valor ou do uso da terra para o homem" (SAUER, 1998, p. 28-29).

Inspirado novamente pelo pensamento alemão, Sauer apresenta uma perspectiva cartesiana para diferenciar a paisagem em duas metades inspirada pelo geógrafo Norbert Krebs (1876-1947), em que a sua primeira metade seria dotada de conteúdos ecológicos e vegetais, ou seja, de natureza física, e em sua outra metade estaria a expressão cultural.

A aplicação do método morfológico para a análise da paisagem proposta por Sauer se apoia em 3 (três) postulados: (1) que existe uma unidade qualidade orgânica ou quase orgânica estrutural necessária, chamada de "forma"; (2) estas formas seriam "homólogas" em razão das semelhanças destas formas em estruturas diferentes; (3) e que estes elementos estruturais apresentariam um estágio inicial e um estágio final ou incompleto (SAUER, 1998). No que diz respeito às formas de paisagem e sua estrutura, ao dividi-la entre naturais e culturais, a primeira, de base geognóstica, leva em consideração materiais da crosta terrestre e formas do relevo, intemperismo, dinâmica atmosférica, cobertura vegetacional e leva em consideração o tempo que levou os fatores às formas da paisagem.

A partir das bases de estudos da geografia física e da paisagem natural, Sauer entende que estes podem contribuir para o entendimento das paisagens culturais por meio da sua lógica para entendimento dos fenômenos.

É evidente a sobreposição de métodos entre o que seria natural e cultural para o autor, o que reforça a ideia de um positivismo da disciplina morfológica que transpõem a linha de raciocínio dos fenômenos da natureza para os da sociedade, tornando-os indissociáveis, típico dos estudos sociais anteriores da Antropologia estrutural desenvolvida por Claude Lévi-Strauss (1908-2009). Exemplo desta forma de pensamento se dá na ideia de evolução da paisagem e por meio do emprego dos termos "ciclo de desenvolvimento" e "adaptação", além da noção de competição entre culturas diferentes, o que remete à ideia de seleção natural e competição a partir de organismos (neste caso culturas) mais e menos evoluídas, que o autor vai chamar a seguir de "cultura diferente":

> A paisagem cultural é modelada a partir de uma paisagem natural por um grupo cultural. A cultura é o agente, a área natural é o meio, a paisagem cultural é o resultado. Sob a influência de uma determinada cultura, ela própria mudando através do tempo, a paisagem apresenta um desenvolvimento, passando por fases e provavelmente atingindo no final do término do seu ciclo de desenvolvimento. Com a introdução de uma cultura diferente, isto é, estranha, estabelece-se um rejuvenescimento da paisagem cultural ou uma nova paisagem se sobrepõem sobre o que sobrou da antiga. A paisagem natural é evidentemente de fundamental importância, pois ela fornece os materiais com os quais a paisagem cultural é formada. A força que modela, entretanto, está na própria cultura. (...). Este é o significado de adaptação, através da qual, auxiliado por aquelas sugestões que o homem aprendeu a partir da natureza, talvez por um processo imitativo, amplamente subconsciente, atingimos o sentimento de harmonia entre o habitat humano e a paisagem com a qual ela se mistura de forma tão adequada (SAUER, 1998, p. 59).

Por meio da análise de "A morfologia da paisagem" é possível traduzir uma máxima do pensamento saueriano, em que quem produz a paisagem é a cultura. "A cultura é o agente, a área natural

é o meio, e a paisagem cultural, o resultado" (SAUER, 1998, p. 59). Também é possível entender a sua defesa pelas generalizações, sínteses e seleções de elementos formadores das paisagens culturais. O autor vai em direção ao exercício de comparações, e não ao de formulações teóricas, sendo as ideias de estágios de desenvolvimento e de visão sistêmica dos fenômenos uma herança do pensamento científico alemão. Finalmente, o texto fornece a base para uma metodologia própria em que é possível afirmar ter uma linha de pensamento autônoma dentro da Geografia Cultural, sendo que esta autonomia foi conquistada principalmente por meio do termo que começa a ser empregado, a paisagem cultural.

2.3 A consolidação do pensamento da Escola de Berkeley e a Antologia *Readings in cultural geography*

Ao longo dos cinquenta anos de produção acadêmica que traduziu uma inovadora forma de se fazer Geografia Cultural, a consolidação do pensamento desenvolvido em Berkeley foi de tamanha expressão que, muitas vezes, tem-se a impressão de, ao se tratar deste campo da Geografia, a perspectiva desta tradição há de ser obrigatoriamente citada. Para Denis Cosgrove e Peter Jackson, críticos dessa perspectiva:

> Apesar de raramente explicitarem seus trabalhos, baseavam-se no seguinte pressuposto etnológico: áreas geográficas distintas (paisagens) podem ser identificadas e descritas através do mapeamento dos elementos visíveis da cultura material produzida pelos grupos culturais unitários. Inevitavelmente, as paisagens eram identificadas como produtos de sociedades estáveis, pré-modernas e predominantemente agrícolas, ameaçadas pelos processos de modernização (COSGROVE e JACKSON, 2003, p. 136).

O livro antológico *Readings in Cultural Geography*, lançado em 1962, reúne os textos e ensaios que geógrafos e não geógrafos fizeram para sintetizar e ratificar "a força de uma comunidade, ressaltando sua unidade num contexto de diversificação teórico-

metodológica da geografia americana" (CORRÊA, 2001, p. 18). Em sua versão original, apresenta uma estrutura que reforça o pensamento saueriano. A introdução geral (*General Introduction*) feita por Wagner e Mikesell expõem as cinco linhas de interesse proferidas por Sauer: cultura (*culture*), área cultural (*cultural area*), paisagem cultural (*cultural landscape*), história da cultura (*culture history*) e ecologia cultural (*culture ecology*). A Parte 1, "Orientações" (*Orientation*), nos autores ilustraram as intenções epistemológicas dos estudos de Berkeley, como as defesas do relacionismo herdado pelo pensamento boasiano (Sauer), ecletismo nas pesquisas (Platt e Rostlund) e análise histórica por meio da ecologia humana (Sorre). Por sua vez, a parte 2 "Áreas Culturais e Distribuições" (*Cultural Areas and Distributions*) abordava temas diversos como etnografia, linguagem, religião, topônimos e formas de habitação, contando com o texto do geógrafo brasileiro Carlos Miguel Delgado de Carvalho (1884-1980). A parte 3 se consagrou as "Origens Culturais e Dispersões" (*Cultural Origins and Dispersals*), lançando luz nas questões relativas aos fluxos através da abordagem de migrações, difusão, diversificação e influências externas que modificaram as culturas locais, levando a entender uma espécie de competição que desencadearia em uma "seleção cultural" na lógica da seleção natural (WAGNER e MIKESELL, 1962, p. 203). Na última parte, denominada "Paisagem e Ecologia" (*Landscape and Ecology*), os autores salientaram os problemas relativos à ecologia cultural, as conotações culturais de hábito e habitat por meio da análise indutiva, primeiramente, pelo trabalho humano e, posteriormente, considerando as modificações impressas na paisagem. Nessa parte, aparece o conhecido termo "gênero de vida" de Vidal de La Blache por meio do texto *The Concept of Genre de Vie*, cuja autoria é de Maximilien Sorre.

No processo de consolidação, além dos nomes já referendados, segundo Corrêa (2001), são exemplos de alguns geógrafos da escola de Berkeley de grande representatividade Derwent Whittlesey (1890-1956), que ofereceu uma tipologia geral das atividades agropastoris em escala mundial rompendo com classificações

anteriores que as relacionavam diretamente com as condições climáticas locais; Glenn Thomas Trewartha (1896-1984), que analisou as implicações socioeconômicas e transformações ao longo do tempo em ambientes rurais por meio das interrelações entre dois temas básicos de Berkeley, que são a paisagem e a história espacial da cultura; Fred Bowerman Kniffen (1900-1993), que estudou a diversidade das paisagens culturais a partir dos padrões de construção das casas e forneceu nova perspectiva a partir da morfologia e distribuição espacial, podendo se constituir como base para a definição do que o autor denomina de regiões geográfico-culturais (*culturogeographic regions*); Dan Stanislawski (1903-1997) que contribuiu para o tema de história da cultura a partir da perspectiva da difusão espacial; Wilbur Zelinsky (1921-2013), na investigação sobre o estabelecimento de conexões com a história da cultura e delimitação de áreas culturais; e David Lowenthal (1923-2018), tendo estudado a diversidade e a unidade cultural em distintas áreas do mundo, aplicando a essas abordagens os métodos regionais e da geografia sistemática, ambos incorporados pela Geografia Cultural. Lowenthal também é creditado por ter feito os estudos de patrimônio se tornarem uma disciplina própria.

Em comparação à tradição anterior analisada (germânica), houve no caso da escola de Berkeley real intenção em constituir uma forma inovadora de investigação em Geografia Cultural. Enquanto no pensamento alemão foi possível observar os primeiros estudos em espaço e cultura, o que ocorreu na Califórnia ao longo do século XX tem data de início e término desta clara perspectiva, dotada de novos temas nas disciplinas de ecologia cultural, ecologia política e história ambiental por meio da aceitação de novos paradigmas e metodologias nas Ciência Sociais e Humanas. Também resultaram em uma nova agenda interdisciplinar de pesquisa que tratam "de questões mais 'espinhosas' como saberes locais, gênero, conflitos e discursos políticos e movimentos sociais, sem perder de vista a abordagem histórico-cultural" (MATHEWSON e SEEMANN, 2008, p. 81).

Críticas ao pensamento de Berkeley também foram tecidas, tanto interna quanto externamente, sendo a conhecida "renovação da geografia cultural" ocorrida na década de 1970 exemplo destas reações. Roberto Lobato Corrêa (2001) finaliza seu artigo intitulado "Carl Sauer e a Escola de Berkeley - uma apreciação" exatamente com tais críticas, como: uma das primeiras, feita por Richard Hartshorne em 1939, diz respeito ao fato de os geógrafos culturais terem privilegiado apenas a cultura, um dos múltiplos elementos que interagem na área; geógrafos da linha teorético-quantitativa argumentaram que os geógrafos culturais estavam mais voltados ao passado; na linha crítica, como James Morris Blaut (1927-2000), argumentou que esqueceram o papel do Estado, dos limites territoriais e das classes abastadas no exercícios das relações de poderes. Esses são exemplos de críticas externas, sendo as internas selecionadas a seguir de acentuada contundência.

Wagner e Mikessel (1962) indicam que a preocupação do geógrafo cultural não seria explicar as dinâmicas internas da cultura, sendo que Mikesell recheia de críticas o artigo "Posfácio: novos interesses, problemas não resolvidos e tarefas que persistem" (*Afterword: new interests, unsolved problems, and persisting tasks*, publicado em 1994), chegando a desconfiar que também seja enganoso rotular Sauer quanto um geógrafo cultural (MIKESELL, 2000).

Em suma, os estudos em cultura e espaço desenvolvidos na Universidade de Berkeley progressivamente passaram a se desvincular do pensamento saueriano, sendo que este caminho de renovação não representa a anulação dos estudos e postulados desenvolvidos anteriormente. A Escola de Berkeley contribuiu efetivamente para a incorporação de novas abordagens, interesses e, principalmente, pela prospecção temática que enriqueceu as pesquisas em Geografia Cultural, sendo que dentre as perspectivas em geografia cultural, talvez seja a de maior prestígio e reconhecimento.

Capítulo 3

Escola Francesa

3.1 O pensamento vidaliano, o gênero de vida e a Cultura

A Escola Geográfica Francesa tem origem na Terceira República (1870-1940), período marcado pelo centralismo do governo que buscava a diminuição dos conflitos inter-regionais. A exemplo da Comuna de Paris (1871), o discurso sobre a necessidade de pacificação da nação fez com que o Estado traçasse uma estratégia de construção da unidade nacional, sendo a Geografia uma ferramenta para alcançar tal objetivo. Com a reforma escolar ocorrida no período, é instituído o ensino primário gratuito, laico e obrigatório, havendo forte investimento na formação de professores. A Geografia enquanto componente curricular se assume um instrumento que "através de extratos de obras regionalistas ou de textos universitários, as crianças descobriam não somente uma geografia técnica, mas também uma geografia sensível" (THIESSE, 2009, p. 19).

Se, em razão da Guerra Franco-Prussiana (1870-1871), poderia haver dúvidas das trocas entre França e Alemanha, o próprio combate da ideologia imperialista bismarckiana fez com que o pensamento geográfico francês fosse originado pelo diálogo com Ratzel (MORAES, 2007). Um exemplo é que ambas partilhavam do entendimento que as manifestações culturais no espaço seriam observadas de forma circunscrita ao seu caráter material, como, por exemplo, pelos instrumentos utilizados por determinadas populações ou pelos aspectos apresentados pela paisagem onde se encontram os agrupamentos humanos: ao analisar "artefatos criados pelos homens, dos gêneros de vida que os colocam em ação e das transformações nas paisagens" (CLAVAL, 2001, p.35). Por essa associação, entende que os fatos da cultura não eram

analisados sob o ângulo da atividade mental dos portadores da cultura, nem das relações que se desenvolvem entre si, sendo limitados às descrições de paisagens e úteis para a construção do inventário das formas passadas e atuais (CLAVAL, 2001).

O emprego da palavra "cultura" não é usual nos trabalhos da Geografia segundo a perspectiva francesa, sendo usado no lugar "*civilisation*", que pode ser entendido como "sociedades" no contexto atribuído a Pierre Deffontaines (1869-1930) ou atribuída à descrição dos "gêneros de vida", como é verificado em Jean Brunhes (1869-1930) e, logicamente, a Paul Vidal De La Blache (1845-1918), responsável por cunhar este termo. Também eram usados os termos "espírito" e "personalidade"; é neste sentido que, logo ao início de Quadros de Geografia da França, Vidal De La Blache defende que a França possui uma única personalidade (Cultura).

Para Claval, existem duas dificuldades maiores para abarcar o assunto sobre o desenvolvimento da abordagem cultural na geografia humana, sendo estas:

> (a) A primeira deriva do lugar da cultura no domínio da geografia humana: para a maioria dos geógrafos culturais, a geografia cultural aparece como um subcampo da geografia humana. Para eles, a sua natureza é semelhante à da geografia econômica ou da geografia política. Para uma minoria - e eu faço parte dela - todos os fatos geográficos são de natureza cultural. Esses geógrafos preferem falar de abordagem cultural na geografia e não de geografia cultural. (...). Uma consequência dessa perspectiva é a seguinte: no final do século XIX, o interesse pela cultura se desenvolvia ao mesmo tempo que o interesse pela geografia humana, mas, nessa época, a epistemologia da geografia era de inspiração naturalista ou positivista. O resultado foi que os geógrafos não poderiam dar à cultura o seu devido papel. (...). (b) A segunda dificuldade refere-se a uma tradição geográfica que é desconhecida de vocês, envolvendo nomes e obras da maioria dos geógrafos que desempenharam importante papel no domínio dos estudos culturais (CLAVAL, 2003, p. 147-148).

Ainda sobre esta relação entre a geografia humana com os estudos culturais, para Claval a geografia a capta numa óptica reducionista, pois "a ênfase é colocada sobre as técnicas, os utensílios e as transformações da paisagem. A difusão é o único aspecto abordado da transmissão de culturas" (CLAVAL, 2007, p. 40). Relacionando esse limitado e específico emprego da palavra "cultura" com a difusão espacial, temos por exemplo a seguinte passagem de Brunhes (1920, p. 165): "Além da modificação inteligente que o homem realiza através das pastagens, com vistas à sua exploração, ele ainda contribui para a difusão de plantas e animais inferiores transportando espécies da zona de habitação permanente para a zona de manejo, ou vice-versa".

A Geografia Francesa deu ênfase ao papel dos hábitos que formam e diferem os espaços, sendo esse o fator que desencadeia em sociedades mais ou menos evoluídas tecnicamente. Como afirma Claval (2007, p. 35), "como os hábitos e os meios fabricados na exploração da natureza tornam-se mais ou menos belicosos e preparam, desigualmente, para o emprego das armas, a violência vem frequentemente determinar o conteúdo das relações: certos grupos dominam e exploram os outros".

O responsável pela ponte entre a tradição alemã com os estudos franceses foi La Blache, que parte da concepção humana que Friedrich Ratzel havia proposto, "o estudo das influências do meio sobre as sociedades humanas" (CLAVAL, 2007, p. 33).

O pensamento lablacheano deveu muito à Geografia Alemã, mas a Escola Francesa conheceu sua plenitude quando elaborou sua própria concepção de Geografia Humana: "Esta concepção deu à disciplina uma definição antropocêntrica. Foi para concretizá-la cientificamente que os vidalianos se voltaram para os trabalhos de Ratzel e o método regional" (BERDOULAY, 2017, p. 231). Sobre a ênfase nas atividades humanas e o gênero de vida, diz De La Blache (1911, p. 194): "O gênero de vida constituído implica uma ação metódica e contínua, começando muito forte, na natureza, ou, para falar em geógrafo, na fisionomia dos países. Sem dúvida, a ação do

homem foi sentida em seu ambiente desde o dia em que sua mão se armou de um instrumento".

Em relação à La Blache, segundo Gomes, são quatro as ideias principais recorrentes em sua obra: organismo, meio, ação humana e gênero de vida. A primeira, organismo, é um lugar-comum da época que serviu para colocar em questão a natureza mecânica que dominava no século precedente (XVIII) remanescente de uma razão galileana/newtoniana, dotado este de uma causalidade que é sua realização enquanto ser, sendo exemplos a Terra, a paisagem, a região, as nações e a cidade; a segunda, meio, para Vidal trata-se do resultado de um campo de ação e de tensão particular que é o próprio objeto do conhecimento, sendo o estudo do meio o ponto de partida da pesquisa geográfica; a terceira, ação humana, tem a sua especificidade com relação aos outros elementos a partir de sua maior capacidade de transformação, tendo um papel central na organização do meio; e a quarta e última, gênero de vida, que seria a essência do objeto da geografia, é a ideia mais conhecida da obra lablacheana (GOMES, 2016, p. 198).

A noção de gênero de vida introduz na geografia humana uma lógica que estimula a integração de aspectos comportamentais cada vez mais variados: "Naturalista pela sua origem e suas justificações, ela deriva rapidamente para posições mais humanistas" (CLAVAL, 2007, p. 35). Os gêneros de vida apresentam potencialidade para o entendimento das manifestações culturais do passado, pois para La Blache (1913 *apud* GOMES, 2016, p. 205), "as formas atuais só são inteligíveis se as encaramos na sucessão da qual fazem parte". Gomes indica que "os gêneros de vida atuais são, portanto, resultados contingentes dos gêneros de vida anteriores, ao longo de uma cadeia contínua, regida não por uma ideia de necessidade, mas somente de possibilidade" (GOMES, 2016, p. 205).

Ainda acerca do conceito de gênero de vida e o tempo, Antonio Carlos Robert Moraes estabelece que:

> A obra vidaliana concebia o homem como antigo hóspede de vários pontos da superfície terrestre, que em cada lugar se adaptou ao

> meio que o envolvia, criando, no relacionamento constante e cumulativo com a natureza, um acervo de técnicas, hábitos, usos e costumes que lhe permitiram utilizar os recursos naturais disponíveis. A este conjunto de técnicas e costumes, construído e passado constantemente, Vidal denominou 'gênero de vida' (MORAES, 2007, p. 81).

Conforme aponta Claval, a ambição de Vidal de La Blache foi a de explicar os lugares, e não as relações entre as pessoas, sendo a Geografia a "ciência dos lugares, e não dos homens" (LA BLACHE, 1913 *apud* CLAVAL, 2007, p. 33). Desta forma, por meio da noção de gênero de vida, "a cultura pertinente é aquela que se apreende através dos instrumentos que as sociedades utilizam e das paisagens que modelam" (CLAVAL, 2007, p. 33), sendo esta ideia comungada entre os alemães, os franceses e os estadunidenses da escola de Berkeley.

Se a cultura é para Vidal de La Blache e demais geógrafos pioneiros nestes estudos, "aquilo que se interpõe entre o homem e o meio e humaniza as paisagens" (CLAVAL, 2007, p. 35), a partir da observação dos elementos pela reunião resultante da delimitação espacial, seria possível estabelecer relações explicativas dos "fenômenos encadeados", ideia muito cara ao pensamento de Vidal. "Assim, para cada região, existe um movimento particular resultante das combinações múltiplas entre os elementos que a compõem" (GOMES, 2016, p. 210). Desta forma, a cultura serviria enquanto produto de dominação, pois a intervenção humana garantiria o progresso, e pode ser entendida como ferramenta para a estabilidade dos domínios regionais em um movimento de imperialismo.

La Blache entende que o contato entre civilizações diferentes seria necessário para o rompimento de formas de organização distintas, sendo essa visão uma espécie de lamarckismo geográfico (VALVERDE, 2019), em que mudanças no ambiente causariam mudanças nas necessidades e no comportamento dos habitantes

que ali viviam. Berdoulay (2017) destaca que a circulação e o comércio foram importantes para o pensamento vidaliano.

Desta forma, o que interessaria à análise seria o resultado da ação humana na paisagem, e não essa em si mesma" (MORAES, p. 79-80, 2007). Ao dar ênfase aos aspectos humanos na análise geográfica "defendeu o componente criativo (a liberdade) contido na ação humana, que não seria apenas uma resposta às imposições do meio" (MORAES, p. 79, 2007). Neste processo de atribuir mais ênfase aos fenômenos espaciais ligados à esfera humana e, em segundo plano, aos aspectos físicos do ambiente, "Vidal de La Blache preferencialmente estudou, essa adaptação se traduzia na adoção de um modo de vida (...): caça, pesca, criação de bovinos, ovelhas, suínos, cavalos, agricultura etc." (CLAVAL, 2003, p. 149). Max Sorre na mesma direção estabelece que a noção de gênero de vida "é extremamente rica, pois abraça a maioria, se não a totalidade, das atividades do grupo e mesmo dos indivíduos. É preciso chegar a um estágio adiantado de cultura para assistir a uma espécie de liberação. Estes elementos materiais e espirituais são, no sentido exato da palavra, técnicos, processos transmitidos pela tradição e graças aos quais os homens asseguram uma posse sobre os elementos naturais" (SORRE, 2012, p. 318).

Deste modo, o gênero de vida aparecia como uma solução ao problema de extrair do meio ambiente o que se necessitava para sobreviver, sendo compreendido como um conjunto de técnicas e hábitos. Daí o entendimento de cultura presente em sua obra aparece, segundo Paul Claval, "com uma dupla face" "a da técnica, com as possibilidades de inovação (daí o possibilismo vidaliano) e o da força de hábito, que aparecia como o maior fator de inércia dos grupos humanos" (CLAVAL, 2003, p. 150).

Mesmo acentuando o propósito humano da Geografia, o que possibilita aferir ao pensador o que seriam os primordiais ensaios culturais na Geografia Francesa, principalmente em razão de seu termo "gênero de vida", Vidal propôs o método empírico-dedutivo nas pesquisas, pelos quais só se formulam juízos a partir dos dados da explicação direta. Ao se limitar à explicação dos elementos e

processos visíveis, esta foi concebida como um estudo da paisagem, ou seja, apenas de uma porção da superfície da Terra, carecendo de aprofundamento.

À guisa de conclusão, a epistemologia de Vidal de La Blache para Berdoulay (2017, p. 227) "teve a originalidade de não deixar a geografia se fechar em um quadro dedutivo e reducionista: ela buscou levar em conta a criatividade presente não somente na atividade do cientista como também na área estudada". Também "colocou o homem como um ser ativo, que sofre a influência do meio, porém que atua sobre este, transformando-o" (MORAES, 2007, p. 81). Portanto, além do fato de La Blache ter permitido à Geografia se firmar como uma disciplina com a mesma estatura das demais, sua perspectiva antropocêntrica forneceu lastro às interpretações das manifestações culturais no espaço que tiram proveito de uma perspectiva metafísica, que futuramente seria aproveitada pelos estudos humanísticos em Geografia.

3.2 A produção francesa de estudos da cultura entre os séculos XIX e XX

Na transição entre os séculos XIX e XX, para Berdoulay, alguns temas foram abandonados progressivamente, mas devem ser sublinhados, pois seriam os que melhor permitem entender o pensamento de La Blache e sua relação com o tema cultural, além de estabelecerem, mais uma vez, relação com a perspectiva alemã. Bastante esquecido hoje, um desses temas essenciais foi o da "civilização". Além do fato de que Vidal lhe tentou dar uma visão geográfica, sobretudo por intermédio do conceito de "gênero de vida", a maneira pela qual o tema foi tratado reproduziu a abordagem histórico-cultural largamente desenvolvida pelos antropólogos e antropogeógrafos alemães (BERDOULAY, 2017, p. 187).

Outra marca do pensamento francês que foi delineado e continuou vigente nas produções desta perspectiva foi em relação à Geografia Histórica, sendo essa a análise da "história dos

fenômenos de longa duração, a história das evoluções lentas, a história das classes baixas e analfabetas" (CLAVAL, 2003, p. 154). Apesar dessa inovação ter sido mais profícua para os historiadores e, mais particularmente, para a Escola dos *Annales* de Fernand Braudel (1902-1985), esta dimensão histórica foi elemento fundamental na concepção francesa de estudos do espaço.

Em uma seleção de nomes da Geografia Francesa que também foram fundamentais para os estudos culturais apresentada por Paul Claval no texto "A contribuição francesa ao desenvolvimento da abordagem cultural na geografia" (2003), o pesquisador aponta os seguintes nomes: Gourou, Richard-Molard, Gallais, Demangeon, Gottman e Brunhes.

Pierre Gourou (1902-2001) é um nome frequentemente associado à chamada "geografia tropical" e dedicou sua carreira a pensar a temática do subdesenvolvimento para além da Europa. Herdeiro da tradição de Vidal de La Blache, Gourou foi também intimamente ligado aos conceitos de civilização e longa duração, de tradição braudeliana. Para ele, civilização comporia o conjunto de técnicas de exploração da natureza, de técnicas agrícolas e de técnicas industriais, por meio das quais se organizaria o espaço, sendo o elemento humano um componente da paisagem (BOMFIM, 2017).

Jacques Richard-Molard (1913-1951), nascido na Tunísia, morreu precocemente em um trabalho de campo na costa ocidental da África. Para ele, os grupos humanos dispunham de dois tipos de técnicas para extrair do meio ambiente aquilo de que necessitavam: as técnicas de produção e as técnicas de organização social, ou técnicas sociais. Ele modernizou dessa maneira a visão vidaliana da cultura. As culturas sempre apareciam como feitas de duas partes, mas falar de técnicas sociais gerava um papel mais efetivo à dimensão social da cultura (CLAVAL, 2003, p. 150).

Jean Gallais (1926-1988), outro geógrafo do "mundo tropical", nos anos 1960, 1970 e 1980 "utilizou a herança vidaliana para interpretar a geografia das sociedades mais complexas do Sahel, da África Ocidental e da Etiópia" (CLAVAL, 2003, p. 151). Por sua vez,

Albert Demangeon (1872-1940) foi professor de Geografia social na Universidade Sorbonne, instituição pública de ensino e pesquisa em Paris. Deu ênfase à "gênese e o papel das paisagens alteradas pela ação humana" (CLAVAL, 2003, p. 152). Também considerava uma abordagem histórica ou funcionalista e foi pioneiro no uso de pesquisas para coletar informações sobre questões sociais.

Jean Brunhes (1869-1930), um nome de destaque, lecionou na Universidade de Fribourg, na Suíça, e por isso teve relações mais estreitas com a Geografia Alemã, desenvolvendo interesse pela paisagem na década de 1900. Para Brunhes, não deveria existir uma fronteira entre a Geografia e a Antropologia (em especial a Etnografia), pois haveria "zonas de fatos de transição nas quais o interesse geográfico vai crescendo e a importância etnológica crescendo, ou inversamente" (*apud* BERDOULAY, 2017, p. 190), conforme afirma em sua mais conhecida publicação, "Geografia Humana" (*La géographie humaine*), lançado em 1910. Mesmo no intuito dessa busca pela interdisciplinaridade, críticas foram tecidas, pois enquanto os vidalianos se esforçaram no sentido de destacar o homem como transformador da natureza, os durkheimianos os criticaram por não estudar adequadamente a influência causal do meio na organização social. "Tal diálogo de surdos foi, dessa forma, decorrente menos de um problema 'territorial' entre as duas disciplinas do que uma maneira de conceber seus objetivos e abordagens" (BERDOULAY, 2017, p. 191-192).

Pierre Deffontaines (1894-1978), que foi citado no começo desta seção dedicada à Escola Francesa em Geografia Cultural, além do trabalho de seleção de trabalhos sobre aspectos culturais para a coleção Gallimard de Geografia Humana lançada em 1932, que coloca luz sobre o gênero de vida, tem um conhecido trabalho em que elabora o mapa dos telhados na França para o livro *Géographie de la France* (1956), de Brunhes, "sendo este material próximo das pesquisas dos etnógrafos e dos folcloristas" (CLAVAL, 2007, p. 38).

Por sua vez, Maximilian Sorre (1880-1962), que foi docente na Universidade de Sorbonne, manteve os fundamentos da proposta

vidalina, desenvolvendo-a de maneira mais aprofundada e complexa, entendendo o espaço como "a morada do homem". O conceito central desenvolvido por Sorre foi o de *habitat*, uma porção do planeta vivenciada por uma comunidade que a organiza. O *habitat* é assim uma construção humana, uma humanização do meio, que expressa as múltiplas relações entre o homem e o ambiente que o envolve (MORAES, 2007, p. 90).

Para Moraes (2007), a Geografia de Sorre pode ser entendida como um estudo da Ecologia do homem, isto é, preocupada com a relação dos agrupamentos com o meio em que estão inseridos, sendo a ação humana a responsável pela transformação deste meio. Assim, as condições do meio geográfico, fruto da ação dos homens, não seriam as mesmas do meio natural, devendo a análise geográfica abarcar este processo de humanização. Procura-se desvendar as estruturas que formam um palimpsesto espacial, algo que marca os estudos culturais franceses pela ênfase nos processos do passado. Ressalta Moraes (2007, p. 91) que:

> A sua proposta de método do autor partia da cartografia: a ideia de sobreposição de dados da observação, em um mesmo espaço, analisando historicamente a formação de cada elemento, desde os naturais até os sociais. Assim, se chegaria a compor, por sobreposição de informações, um quadro da situação atual, e aí se estudaria seu funcionamento, inter-relacionando os elementos presentes. Assim, um estudo primeiro histórico e parcelado, depois ecológico e integrado.

Outras relações possíveis de tecer pela influência da perspectiva da Geografia vidaliana ao longo do tempo seria pelos três temas importantes que deveriam ser levados em consideração nos estudos espaciais: o primeiro girou em torno da importância dos fatos econômicos e o meio natural, o segundo correspondeu à preocupação de combinações exageradas e o terceiro consistiu em precisar o lugar dos fatores econômicos. Em relação ao segundo tema, em que a Escola Francesa desconfiou de generalizações, a supremacia da ação humana é

entendida como fator fundamental que criou as diferenciações culturais pela dispersão desigual da humanidade.

Com a proposta de agrupamento desta extensa e profícua Escola Francesa, do fim do século XIX até os 1970 do século XX, Claval (2003, p. 148) agrupou os geógrafos com interesse pela cultura da seguinte forma: I - Vidal de la Blache e os geógrafos vidalianos; II - os especialistas da geografia histórica; III - uma personalidade forte e original, mas que permanecia isolada, Eric Dardel.

A contribuição essencial à abordagem cultural por Eric Dardel (1889-1968) encontra-se no livro "O Homem e a Terra: Natureza da Realidade Geográfica" (*L'Homme et la Terre: nature de la réalité géographique*), de 1952, tendo esta curta obra enfocada uma ideia central: a geografia tinha de explorar o sentido da presença humana na superfície da Terra.

Para Claval, a obra de Dardel reconhecia que "a primeira tarefa da geografia era a de compreender o sentido que os homens davam as suas vidas na Terra. (...) Pela primeira vez, o sentimento religioso, os mitos, a dimensão imanente ou transcendente de alhures, de onde a vida é julgada, tornaram-se aspectos centrais da análise geográfica" (CLAVAL, 2003, p. 156-157).

Em "O Homem e a Terra", Dardel expôs suas considerações a respeito da Geografia remetendo-se, sobretudo, à filosofia de Martin Heiddeger, no entanto, não despertou interesse dos demais geógrafos e foi esquecida por cerca de vinte anos. Ainda, para Claude Raffestin (1987) em sua nota *Pourquoi n'avons-nous pas lu Éric Dardel?*, a obra de Dardel não foi compreendida em seu contexto original em decorrência de sua linguagem poética e pelo uso de metáforas, o que contribuiu para a distorção de seu conteúdo, novidade e originalidade (MALANSKI, 2015, p. 135).

Por pertencer a um meio intelectual diverso do ambiente naturalista e positivista que predominava na Escola Francesa da época, somente duas décadas após o lançamento desta obra, na década de 1970, o seu pensamento foi resgatado por geógrafos norte-americanos, tornando-se "uma valiosa contribuição para os

fundamentos da geografia humanista e influenciou geógrafos como Yi-Fu Tuan e Edward Relph" (MALANSKI, 2015, p. 135).

A cultura no debate geográfico francês que foi desenvolvida inicialmente no século XIX, e que perdurou até a metade do século XX, apresenta como marca a assimilação e a adaptação aos diferentes ambientes terrestres como processo humano. A comparação entre a cultura de grupos distintos e a ideia de esta ser uma ferramenta civilizatória revelam um falso objeto em si, pois além da ideia de ser uma ferramenta de legitimação colonial, transparece de fraqueza em sua espacialidade, chegando como detalhe e não como centro das pesquisas (VALVERDE, 2019).

3.3 Os novos rumos de uma perspectiva contemporânea nos estudos da cultura

Entende-se que há dois momentos nos estudos em cultura e espaço dentro da Escola Francesa de Geografia, sendo o primeiro do século XIX até a década de 1950 e o segundo que começa a ser formulado e tem sua grande produção apresentada a partir da década de 1970. Sobre essa mudança de paradigma, segundo Claval (CLAVAL, 1999) a Geografia Cultural, em sua forma clássica, entra em declínio, pois se torna incapaz de lidar com os fenômenos que ficaram mais complexos em decorrência dos progressos técnicos. Tal obsolescência também se dá pela ineficácia de uma reflexão sistemática que deveria ter sido realizada e pela diversificação das atividades humanas no ambiente urbano (CLAVAL, 1999, p. 62).

Para Claval, os geógrafos que agora tentam modernizar os estudos consagrados aos fatos culturais consideram que a lógica do comportamento humano não é mais universal, mas depende das crenças religiosas e filosóficas. "Essa posição está muito mais próxima à de Max Weber: as escolhas humanas são previsíveis, mas a perspectiva na qual elas se inscrevem não é universal" (CLAVAL, 2001, p.37). Ao citar Max Weber (1864-1920), um dos considerados fundadores da Sociologia moderna, o entendimento destaca o

indivíduo em contraposição ao coletivo. Exemplo desta perspectiva ocorre na compreensão da cidade muçulmana por Xavier de Planhol e Eugen Wirth. O fato de haver comércio ao redor de uma mesquita se dá pela centralidade deste templo, e não pelo fato de ser qualificada enquanto islâmica (CLAVAL, 2001, p.38).

As críticas ao que foi produzido em Geografia Cultural na primeira metade do século XX, segundo Claval (2001), seriam que ela se preocupava mais em descrever o mundo do que em compreender ou explicar, ênfase na análise estética que desencadeou em generalizações e derivações, o peso que se atribuía ao mundo rural em contraposição aos espaços urbanizados ou de maior diferenciação profissional, o peso também à análise do passado, irrelevância com temas ligados às ideologias dos grupos sociais e fixação nos fatos permanente, omitindo o significados dos acontecimentos espaciais (festas, revoluções, comemorações, etc).

Outra crítica, tecida por Sauer, diz que "Os geógrafos gerais da escola francesa também parecem levar muito a sério a realidade da unidade terrestre. Uma lamentável ênfase em leis naturais é adotada, o que é algo muito mais imposto que uma expressão de relações estatísticas" (SAUER, 2000a, p. 58-59).

Paul Claval, no exercício de diferenciação desses dois momentos, entende que a segunda fase vai na direção de um maior aprofundamento do descobrimento do sentido em que as pessoas atribuem ao seu estatuto, ao grupo social a que pertencem, ao território onde se sentem em casa e ao desenho das paisagens nas quais suas existências se inscreve. (...) A nova abordagem cultural faz desaparecer o conjunto dessas limitações, pois alarga e aprofunda consideravelmente o campo coberto pela geografia cultural do século XX (CLAVAL, 2001, p.42).

Essa nova perspectiva, segundo Claval, apresenta quatro pontos: (1) uma nova epistemologia, que adota as perspectivas fenomenológica e crítica em busca da complexidade das culturas; (2) renovação para o estudo das relações entre sociedade e natureza, com novas perspectivas sobre a paisagem e sobre o papel das técnicas; (3) nova perspectiva da abordagem regional, que leva

em consideração o papel do corpo e dos sentidos na experiência humana por meio de imaginações geográficas e reflexões sobre as identidades e territorialidades (4) e uma análise mais aprofundada com perspectivas de síntese, para evitar a impressão de que a geografia cultural oferece mais um caleidoscópio do que uma abordagem estruturada (CLAVAL, 2001).

Essa nova Geografia Cultural, desenvolvida a partir da metade do século XX pelos franceses, para Claval (2003), parte da premissa que o papel fundador da cultura na geografia humana é aceito e reconhecido, sendo distinguidas duas fases de produção: I - a primeira, nos anos setenta e oitenta, marcada por uma explosão de curiosidades e pistas de pesquisas novas; II - a segunda, desde 1990, caracterizada por ensaios que a repensam numa perspectiva pós-moderna.

Na seleção de nomes que fazem parte desta primeira fase da nova geração de geógrafos, Claval (2003) cita: Roger Dion (1896-1981) e sua análise baseada numa interpretação do papel simbólico do vinho na civilização francesa; Xavier de Planhol (1926-2016) e sua abordagem histórica com interesse pelas paisagens como realidades globais ou por certos elementos das paisagens rurais, como, por exemplo, os tipos de cães usados pelos pastores, além da já referenciada pesquisa sobre as centralidades urbanas no mundo muçulmano; Armand Frémont (1933-2019), que analisou a novela de Gustave Flaubert, Madame Bovary, para mapear a região da Normandia no século XIX e entender as razões pelas quais as pessoas frequentavam os espaços, a hierarquia das cidades e as imagens de cada um desses lugares; o grupo de geógrafos que realizava imersão cultural para analisar as maneiras de organização e representação espacial em sociedades tradicionais, sendo o caso de Joël Bonnemaison (1940-1998) e Augustin Berque (1940-); Jean-Robert Pitte (1949), que estudou os cemitérios na Europa Ocidental e é conhecido por suas pesquisas que relacionam paisagem e gastronomia, abordando o conhecido conceito francês de *terroir*, que diz respeito aos fatores geográficos locais da produção.

O último grupo de pesquisadores, os da segunda fase, que apresentam produção a partir da década de 1990, convergem na "ideia central que valia a pena estudar os instrumentos usados pelos seres humanos para aprender as realidades do meio ambiente ou do meio social" (CLAVAL, 2003, p. 161). São nomes deste domínio Hérve Guérin, Herva Gumuchian, Bernard Debarbieux, Antoine Bailly, Vincent Berdoulay e Michel Lassault. Finalmente, ao levarmos em consideração a proposta dos dois tipos de produções em distintos períodos, podemos entender que se a primeira, das décadas de 1900 a 1950, foi marcada pelo caráter complementar da abordagem cultural, enfraquecimento da Escola vidaliana e a diversificação de temas e produtos, a segunda, que começa a partir das décadas de 1950 e 1970, entende a cultura enquanto um epifenômeno, sendo essa a sua marca na perspectiva contemporânea nos estudos sobre Cultura e espaço.

Capítulo 4

A Perspectiva Humanística

4.1 A renovação nos quadros de referência por meio da cultura ontológica, da Hermenêutica e da Fenomenologia

O debate da cultura no contexto da Geografia Humanística, ou ainda humanista, surgida no final dos 1960, e com importante difusão nos Estados Unidos da América e Canadá, de maneira geral, objetivou que suas pesquisas deveriam ser inspiradas pelas lacunas que a Geografia tradicional, a Geografia quantitativa e a Geografia crítica deixaram. Mesmo com todas as suas divergências, esses momentos-chave da história do pensamento geográfico pareciam dominados pelo estudo da materialidade por intermédio de diferentes formas de recortar a totalidade.

A influência do Humanismo fez com que esta perspectiva geográfica adotasse novos referenciais teóricos, diferentes dos autores que até então foram apresentados pelas anteriores. Nas novas vias desta Geografia, encontram-se aí sociólogos e filósofos, como J. P. Sartre, M. Ponty, G. Bachelard, J. Habermas, M. Weber, C. Geertz, A. Giddens, ou ainda, fenomenologistas, como E. Husserl, M. Heidegger e K. Jasper, e até mesmo literatos, como Shakespeare, Goethe e Hesse (GOMES, 2016, p. 304).

A adoção de um novo quadro de pensadores, oriundos de áreas não exclusivas da Geografia, pode ser entendida como um movimento de renovação que buscou a compreensão metafísica da natureza, realidade e existência dos entes, ou seja, pelas vertentes ontológicas observadas na perspectiva humanística. Um exemplo deste novo movimento de adoção foi a anexação do pensamento de Gaston Bachelard (1884-1962) aos estudos, que por meio da imagem poética cria uma filosofia baseada na "fenomenologia da imaginação" (SERPA, 2019).

O aparecimento de referências inéditas de outras áreas é decorrente do emprego de maneira constante de termos até então não usuais, como Hermenêutica, Ontologia e Fenomenologia. Assim, seus referenciais teóricos passam a girar em torno de Husserl, Heidegger e Sartre, buscando tais perspectivas ecléticas no entendimento do ser no mundo. Desta tríade de pensadores que dão a base para a perspectiva humanística, o alemão Edmund Husserl (1859-1939), matemático e filósofo, foi quem estabeleceu a Escola de Fenomenologia, rompendo com a orientação positivista da Ciência e da Filosofia de sua época; outro alemão, Martin Heidegger (1889-1976), filósofo, escritor e professor universitário, foi um pensador seminal na tradição continental e hermenêutica filosófica, conhecido por suas contribuições para a Fenomenologia e para o Existencialismo; já o francês Jean-Paul Sartre (1905-1980), filósofo, escritor e crítico, é tido como o principal representante da corrente filosófica do Existencialismo e acreditava que os intelectuais têm de desempenhar um papel ativo na sociedade, assim como em sua máxima, de que a existência humana precede a sua essência, entende que primeiro o sujeito existe e depois se define.

Em relação ao Humanismo, retomado por esta corrente de pensamento da Geografia, estão a incontornável visão antropocêntrica do saber, a posição epistemológica holística, o entendimento do homem como produtor de cultura e o que concerne justamente ao seu método, o hermenêutico (GOMES, 2016). A Hermenêutica se opõe ao método lógico e analítico com abstrações artificiais, levando em conta os contextos específicos a cada fenômeno.

Primariamente, Hermenêutica significa expressão de um pensamento ou qualquer técnica de interpretação, sendo "frequentemente usada para indicar a técnica de interpretação da Bíblia" (ABBAGNANO, 2007, p. 497). Além de designar a arte ou a ciência de interpretar a referida Sagrada Escritura, o termo também tem sido importante na Filosofia contemporânea.

Juntamente a este método que prioriza o retorno aos textos e concepções originais, a Ontologia vem consagrar essa tendência de

investigação acerca da essência das coisas e dos fenômenos. Fazendo parte da Metafísica que trata da natureza, realidade e existência dos entes, a Ontologia trata do ser enquanto ser, isto é, do ser concebido como tendo uma natureza comum que é inerente a todos e a cada um dos seres objeto de seu estudo.

Neste debate ontológico, é possível observar a obrigatoriedade do debate subjetivo e o homem no centro do mundo, mesmo que de forma incompleta. A forte discussão empírica acerca de elementos como valor, afeto e significado também fazem parte das análises, assim como a contenção às generalizações, sendo as perspectivas individuais colocadas em destaque não na forma de certezas, mas sim interessadas na hesitação no caminho do indivíduo. Ao falar do homem no centro do mundo, isso não significa para os humanísticos privilegiar o individual, sendo o panorama dominante o do grupo social e seus lugares (VALVERDE, 2019). A renovação da cultura ontológica sugere ir além da materialidade e defende a indissociabilidade dos fenômenos, algo da natureza da análise sistêmica. O combate à compartimentação também se daria por meio do afeto e da subjetividade em busca da essência. Para isso, este sentido holístico da Geografia recorre a outros sentidos, além do da visão para seus estudos, como o paladar e o olfato.

Para concluir a tríade de novos termos que se tornam constantes na Geografia Humanística, finalmente a Fenomenologia é a abordagem de maior destaque. Por se tratar de uma metodologia e corrente filosófica que afirma a importância dos fenômenos da consciência, os objetos da Fenomenologia são dados absolutos apreendidos em intuição pura e, novamente, apresenta como um dos propósitos o de descobrir estruturas essenciais. Na Fenomenologia, segundo Holzer (2001, p. 115) "As essências só podem ser vistas a partir da experiência do fato e o fato só pode ser tratado considerando-se a visão das essências. Entre os processos, há um relacionamento dialético, ou melhor, holístico".

Fenomenologia possui uma expressiva quantidade de verbetes, sendo um destes a "descrição daquilo que aparece ou

ciência que tem como objetivo ou projeto essa descrição" (ABBAGNANO, 2007, p. 438). Conforme afirma Abbagnano (2007), nem todos os princípios são aceitos pelos pensadores contemporâneos que se valem da investigação fenomenológica, sendo apenas o que diz sobre o caráter intencional da consciência, em virtude do qual o objeto é transcendente em relação a ela e todavia presente "em carne e osso", que tem crédito não só entre esses pensadores como também junto a grande número de filósofos contemporâneos. Segundo Queiroz (2020), a Fenomenologia foi fundada por Husserl e teve desdobramentos profundos em Heidegger e Sartre, sendo dois pontos importantes destacar: o primeiro pela ideia de "retorno às coisas mesmas", sem os pressupostos que marcam todo debate da teoria do conhecimento na modernidade; e o segundo a intenção de Husserl em retomar, de certa forma, o projeto kantiano ao recolocar a oposição entre racionalistas e empiristas, entre idealismo e realismo.

Discípulo de Husserl, o francês Maurice Merleau-Ponty (1908-1961), distingue do espaço geométrico o espaço antropológico como espaço existencial, perspectiva que abre a ideia de que a nós não há apenas um "mundo físico" dotado de água, terra e ar, mas vivemos em um mundo humano, que se cria e reproduz em torno de nós (SERPA, 2019). Pelo centramento da discussão no ser, há o afastamento progressivo da Biologia, reforçando a distinção entre o homem e o meio. O caminho traçado por essa escola foi por meio da ampliação no horizonte geográfico das sensações das pessoas no mundo, fundamental para a compreensão do lugar.

No que diz respeito às correlações ontológicas entre o pensamento fenomenológico e o pensamento positivista, afirma Holzer (2001, p. 118), "Dardel já havia pensado nesse problema ao fazer a distinção entre o espaço geométrico e o espaço geográfico". Eric Dardel (1899-1967) foi um geógrafo francês, cuja carreira se deu como professor de Geografia e História, além de diretor pedagógico em liceus. Obteve o título de doutor e em 1952 lançou o livro "O Homem e a Terra: natureza da realidade geográfica" (*L'Homme et la Terre: nature de la réalité géographique*), sendo essa a obra responsável

pelo resgate de seu pensamento. Para Holzer o objetivo deste livro "é fazer uma análise fenomenológica da relação visceral que o homem mantém com a Terra" (HOLZER, 2001, p. 103).

A redescoberta de Dardel "se localiza na Universidade de Toronto, onde três jovens professores investigam alternativas epistemológicas para a geografia cultural. Seus nomes: Relph, Tuan e Guelke" (HOLZER, 2001, p. 105). Novas formas de narrativas são desenvolvidas e apreciadas pela Geografia Humanística. A obra de Eric Dardel transparece uma forma ideal de pensamento para os humanistas. O autor utiliza poema, metáforas e metafísica para ilustrar o espaço.

Dardel se tornou chave de renovação nos estudos humanísticos que já existiam em razão de sua imersão na Filosofia. Em parte, os professores brasileiros Werther Holzer, da Universidade Federal Fluminense (UFF) e Eduardo Marandola Junior, da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) sugerem um peso ao discurso de Dardel que originalmente não existia. O autor escreve o que pode ser interpretado como uma defesa ao método holístico e sistêmico de investigação ao narrar a fragmentação de uma rocha em busca da essência da Terra.

O exercício do entendimento do tempo longo pela Escola Humanística se dá pela busca subjetiva do passado. A estetização de Dardel em seus textos nada ortodoxos para a Geografia podem ser entendida enquanto a espacialização de certa Filosofia. Os mistérios e mitos do pensamento geográfico se destacam nesta perspectiva (VALVERDE, 2019). Para Holzer (2001, p. 111) "O conhecimento geográfico teria como objeto decifrar os signos ocultos da Terra". Partindo de um dos pontos do método hermenêutico, talvez seja possível atribuir a redescoberta de Dardel exatamente à defesa do resgate de obras clássicas e fundadoras.

4.2 O palimpsesto enquanto metáfora e sua relação com predileções espaciais

A abordagem humanista retomou os estudos em espaço e cultura na Geografia. Estados Unidos da América e Canadá foram os países do epicentro dessa Escola, sendo a percepção, a consciência e a criatividade levadas em consideração nos estudos. Por meio da curiosidade filosófica, foi possível ter profundidade na análise da experiência do ser, sendo observado o emprego de metáforas e de neologismos (como as conhecidas topofilia e topofobia de Yi-Fu Tuan) na produção deste saber. Os verbos "entender" e "explicar" deram lugar ao "sentir", "perceber" e "compreender". Valverde (2019) pontua como a perspectiva geográfica humanística entende que a cultura seria e estaria: tudo aquilo que conecta o homem ao ambiente; mobilizada pelos sentidos e experiências; garantida pelo afeto ou pelo medo; perpetuada pela tradição; conectada às essências do mundo; ligada aos grupos sociais; e para além da indústria cultural.

Em relação ao tópico "conectadas às essências do mundo", diz respeito a uma outra forma de produção de conhecimento na Geografia Cultural, sendo importante no processo de distinção feito pelos humanísticos em comparação às outras escolas. Em relação ao entendimento que a cultura seria e estaria "perpetuada pela tradição", o elemento *tempo* torna-se fundamental para a noção de que as inscrições e manifestações culturais circunscritas no espaço são o resultado de eventos sucessivos do passado. Há uma nostalgia acerca dos estudos regionais franceses, precisamente pela ênfase à análise do passado. Esse interesse vai em direção à lógica do entendimento das coisas essenciais, que apenas seria possível ao lidar com o "tempo longo", pois a verificação se dá pela consolidação acumulada dos fatos.

Um dos maiores nomes de destaque desta escola geográfica é o geógrafo sino-americano Yi-Fu Tuan (1930-2022), tendo sua produção se destacado na análise do passado para o entendimento do espaço geográfico do presente. Tuan tem-se empenhado em

construir e readaptar categorias analíticas relevantes com vistas à elaboração de suas pesquisas, percorrendo, com desenvoltura, espaço e lugares do passado e do presente, vividos por povos ágrafos e letrados, aventurando-se até os confins dos escombros das províncias caóticas ou infernais ou mesmo por entre as delícias e riquezas dos eldorados (MELLO, 2001, p. 87).

No artigo intitulado "*Rootedness versus sense of place*" (2004), Tuan realiza a análise das percepções acerca do espaço e disserta sobre o sentimento de pertença, chamada de enraizamento (*rootedness*), dentro de um movimento de valores conservacionista, tradicional e nostálgico. Diante da crença de algumas pessoas na impossibilidade de terem o poder de controlar decisões futuras como, por exemplo, religiosos que creem na vontade de um deus poderoso somada às incertezas da contemporaneidade, Tuan analisa uma perspectiva de culto ao passado, sendo a consciência das pessoas levadas em consideração.

Outro resgate de inspiração francesa realizado pelos humanistas norte-americanos se dá pelo conceito de "espaço vivido", ou seja, da atribuição de valor à pesquisa pela vivência do pesquisador com o seu objeto de análise. Ao referenciar Armand Frémont, para Gomes (2016) afirma que o estudo sobre os espaços vividos começou a se desenvolver na França independentemente do humanismo fenomenológico anglo-saxão.

Gomes trata da vivência espacial enaltecida pelos humanistas:

> O retorno às tradições confere aos estudos monográficos uma nova atualidade, e a noção de espaço vivido aparece frequentemente associada à de região. (...) É neste momento que aparece a ruptura no esquema clássico da ciência racionalista para a relação sujeito/objeto. Com efeito, na perspectiva do espaço vivido, o sentimento de proximidade e de identidade está na base da comunicação entre dois sujeitos: o pesquisador e a região. A consciência do primeiro sujeito é sensível e compreensiva à do segundo sujeito, definida pela vida regional, suas representações, valores e ritos, e só poderá ser inteligível se for vivida também pelo pesquisador. (...). O espaço vivido deve, portanto, ser compreendido como um espaço de vida,

> construído e representado pelos atores sociais que circulam neste espaço, mas também vivido pelo geógrafo que, para interpretar, precisa penetrar completamente este ambiente. Cada geógrafo deve possuir 'sua' região, 'seu' espaço, e a proximidade física e afetiva são elementos fundamentais nesta conduta (GOMES, 2016, p. 319).

Os geógrafos culturais e históricos dessa corrente de pensamento propõem um redirecionamento nas abordagens dos conceitos-chave da Geografia, de forma que, ao serem adotados como objeto de estudo, paisagem e lugar se destacam, devendo ser considerados no tocante a seus caráteres simbólico e subjetivo, até então considerados fora do objetivo da ciência, portanto, fora do interesse geográfico (MELO, 2001, p.32).

Paisagem é uma categoria central nesses estudos, sendo a origem semântica adotada pelos humanísticos no sentido alemão da palavra, *landschaft*, muito em razão de uma natureza holística, ou seja, integrada e sistêmica dos fenômenos espaciais conforme a tradição geográfica alemã pressupunha. Sobre essa predileção acerca da paisagem, para Corrêa (1997, p. 50), "após um período em que a paisagem geográfica foi, entre muito geógrafos, relegada a um plano secundário, renasce, a partir de 1970, como um dos conceitos-chave da geografia".

Dardel também dedica especial atenção à paisagem em sua obra "O Homem e a Terra". Para o autor, "Muito mais que uma justaposição de detalhes pitorescos, a paisagem é um conjunto, uma convergência, um momento vivido, uma ligação interna, uma 'impressão' que une todos os elementos" (DARDEL, 2011, p. 30).

Nessa passagem é possível observar essa tendência de conceituação da paisagem como algo sistêmico, pois entende que a paisagem "colocaria em questão a totalidade do ser humano, suas ligações existenciais com a Terra, ou, como preferia o autor, sua geograficidade original" (HOLZER, 2001, p. 113). Desta forma, além de determinar mais uma vez seu caráter de integração, utiliza-se de metáforas.

Dardel, nesta análise de categorias geográficas, também imprime ao solo grande importância. "No âmbito da sua visão cotidiana e de sua movimentação diária habitual, o homem exprime sua relação geográfica com o mundo a partir do ordenamento do solo" (DARDEL, 2011, p. 31).

Dardel realiza comparações entre paisagens, atribuindo "intensidades geográficas" de maneira gradual, em que determinadas paisagens são agraciadas, como quando parafraseia Vidal de La Blache ("o lugar é solene") diante de sua reação ao olhar o monte Saint-Michel, localizado entre a Normandia e a Bretanha; outras seriam de menor apelo paisagístico, chamadas de "regiões banais e monótonas, de onde a atenção se desvia" (DARDEL, 2011, p. 35). Tais comparações apenas poderiam ser feitas a partir das experiências pessoais que estabelecem um conjunto de referências individuais, fundamental para a interpretação do que seria a "realidade geográfica".

As inovações pelas quais a Geografia Cultural passou a partir da segunda metade do século XX foi a da mudança de uma perspectiva de caráter coletivo para o individual das paisagens culturais. David Lowenthal (1923-2018) contribuiu para a apreciação das particularidades a partir da inclusão dos mundos vividos por cada pessoa, tendo dado início ao que entendemos como "percepção ambiental". Porém, enquanto essa análise da paisagem considera as preferências pessoais que levam a uma "avaliação da paisagem" a partir de atributos visuais e estéticos, não foi por esta via que os geógrafos culturais optaram naquele momento.

Finalmente, foi após a década de 1970 que a paisagem cultural foi analisada por meio de teorias que consideravam sua simbologia segundo a perspectiva humanística, "pois as abordagens existentes até então partiam do pressuposto de que os aspectos subjetivos da paisagem não poderiam fazer parte do contexto científico, uma vez que não podem ser mensurados" (MELO, 2001, p.45). Utilizando de uma máxima da Geografia Cultural Humanista, em que seus estudos estão em busca da essência dos lugares, conforme já salientado, a categoria espacial lugar também é central, sendo outro grande nome

desta tradição o geógrafo canadense Edward Relph. Relph foi um pioneiro na discussão sobre o uso do método fenomenológico pela Geografia: "Já em 1970 enfatiza a importância do método para renovar a disciplina, apesar de observar o total desconhecimento ou desprezo de seus colegas pelo assunto, com a honrosa exceção de Sauer" (RELPH, 1970 *apud* HOLZER, 2001, p. 105). Sua tese, que se transformaria no livro *Place and Placelessness* (1976), "é considerada um marco da geografia humanista e de renovação do interesse pelo conceito de lugar por parte dos geógrafos" (HOLZER, 2001, p. 105). Neste livro, o pesquisador diferencia espaço e lugar, sendo esmiuçado o conceito de espaço vivido.

O reconhecimento do corpo no espaço que, em um primeiro momento, ocorre pela experimentação do espaço vivido, posteriormente se dará pelo caráter sensualista que a produção humanística desenvolve. A partir da crítica da dependência da visão na análise do espaço geográfico, entende como plausível e necessária a inserção dos demais sentidos, como o olfato, o paladar, a audição e o tato. É apenas na ampliação que se chega ao lugar, onde há a possibilidade de experimentar, interpretar, vivenciar e sentir, verbos incomuns até o momento e que passam a ser de interesse por essa geografia de inspiração fenomenológica.

A Psicologia Comportamental também é fonte de inspiração. Conforme mostrado anteriormente, o apelo às sensações por meio do interesse pela percepção, pelo comportamento, pelo gosto e pela imaginação são levados em consideração. Portanto, entre os conceitos de espaço e de lugar, seria possível estabelecer um distanciamento entre seus sentidos.

A abordagem humanística em Geografia entende que os lugares são entes, sujeitos que falam por si. A essência consolidada no plano metafísico mostra que a manifestação da cultura no espaço é inerente à ação humana, sendo as pessoas apenas mediadoras. Uma possibilidade de interpretação desta ideia de que a cultura ocorre de forma indissociada às vontades e intenções das sociedades seria a produção musical da Bossa Nova (MELLO, 1991). Ao se inspirar nas paisagens do Rio de Janeiro, o que a

perspectiva humanística compreende é que as paisagens falam por si, sendo os artistas apenas responsáveis por captar e catalisar as forças deste espírito cultural que utiliza o espaço para se manifestar. O afeto (topofilia) se expressa a partir da paisagem em direção ao sujeito (e não o contrário).

4.3 Respostas à inércia do engajamento político-social e seus rumos na contemporaneidade

As geografias produzidas ao longo do século XX nos territórios da América do Norte, Escola de Berkeley e Geografia Humanística, se afastaram progressivamente. Os paralelismos são observados pelo fato de ambas terem se interessado pela perspectiva francesa para o entendimento da cultura no espaço. Ambas entendem também que as paisagens são entes, verdadeiros seres e que são dotadas de espacialidades singulares. Outra aproximação é o fato de se assumirem como culturalistas, pois afirmam que a cultura tem existência autônoma.

Porém, Sauer em sua análise geográfica apresentava características objetivas, eliminava o contexto biológico, limitava o apelo histórico, se interessava pelos fenômenos concretos momentâneos e não se preocupava com questões da Filosofia, enquanto os humanistas, em contraponto, com destaque à Tuan, criticavam a materialidade, por exemplo, pela predileção de estudos sobre percepções. Tuan e os demais inseriam o homem ao centro da análise, sugerindo que não estudavam o espaço diretamente, mas sim os homens e as mulheres inseridos nele. Sendo assim, aborda a inter-relação entre o sujeito e o objeto, cabendo o debate da subjetividade. Neste sentido, no artigo escrito em 1961 intitulado "Geografia, experiência e imaginação: em direção a uma epistemologia geográfica", Lowenthal (1923-2018) indicou que acreditava que o papel da Geografia era considerar os aspectos subjetivos da relação homem-meio.

São notáveis as inovações dos humanistas para o desenvolvimento da Geografia Cultural. Para Holzer (1999, p. 166),

"o que se propunha era radicalizar o estudo geográfico, remetendo-se à essência dos seus conceitos e de seus problemas, de superar separações entre sujeito e objeto". Desde a não reafirmação da perspectiva saueriana, passando pelo estabelecimento da análise imaterial, em que não depende apenas do que é visto e leva em consideração sentimentos e afetos, é importante destacar que a Geografia Humanística é a abordagem que lida com a noção de cultura que emprestamos atualmente em Geografia. Para Ley (1981 *apud* MELO, 2001, p. 32), "a proposta inicial da geografia humanista não tinha como objetivo retornar a geografia cultural, mas fazer oposição à análise espacial quantitativa". Desta forma, tecem a crítica ao pensamento funcional tido como o paradigma na época em razão de sua inércia político-social.

Para atender aos novos anseios da modernidade e contornar tal inércia de engajamento, se propõem a abordar novos temas latentes desde o final do século XX. As críticas de natureza política dizem respeito à disfuncionalidade oriunda do inchaço e do autoritarismo do Estado, que conforme apontado, pode ter sido respaldada na revolta estudantil de maio de 1968, ocorrida na França. Mesmo sem alcançar algum tipo de conquista objetiva, foi fundamental por catapultar temas relativos às Artes, à Filosofia, à Sexualidade e aos Direito Humanos. O debate político em solo estadunidense pode ser entendido de forma mais comedida. Ao se pôr dissociada as geografias teorético-quantitativa e radical, uma hipótese pode ser levantada em razão do ambiente de perseguição ideológica que imperava nos Estados Unidos da América na época. Sendo assim, a sublimação política veio pela junção entre a Ciência e a Arte.

Paralelamente, Lívia de Oliveira (2000), no caminho do entendimento da atribuição de valores às coisas que nos cercam, estabelece relações entre a Geografia e a Psicologia de Jean Piaget (1896-1980) e Yi-Fu Tuan. A difusão da perspectiva genética da Psicologia de Piaget e as concepções de espaço e lugar do Humanismo de Tuan marcam a produção contemporânea da

Geografia Humanística (OLIVEIRA, 2017), com especial destaque ao referido geógrafo.

Quando indagado sobre o que seria a Geografia, Tuan responde refletindo sua própria linha de trabalho, que "a geografia é o estudo da Terra como o lar das pessoas" (TUAN, 1977, *apud* MELLO, 2001, p. 95) e que a "cultura só pode ser interpretada a partir do código dos grupos que a criaram" (GOMES, 2016, p. 311). Para Tuan (1977,1983 *apud* MELLO, 2001, p. 92), "Na ciranda dos postulados fenomenológicos, os pertences, os amigos e a base territorial fazem parte do acervo íntimo do indivíduo. Pausa, movimento e morada conferem ao mundo vivido a distinção de lugar". Segundo HOLZER (2001), é no artigo intitulado "*Space and Place: Humanistic Perspective*", de 1974, que Tuan dá a guinada fenomenológica.

Como modo de registrar arte, Psicologia e relatos existenciais, uma das características da produção de conhecimento da Geografia Humanística é o emprego de neologismos. A colagem de sufixos com prefixos latinos e gregos ilustram com relevante efetividade os sentimentos acerca do indivíduo sobre o espaço. Também variantes do inglês são hibridizadas, como no já referido caso do *rootedness*, em que o autor tece as seguintes ressalvas de algo não tão inédito.

São exemplos de neologismos tuanianos claustrofilia, agorafilia e agorafobia, além dos muito conhecidos topofilia e topofobia. As topofilias estão relacionadas com o "imaginar", o "louvar" e o "celebrar". Para a definição de topofilia, reunindo Yi-Fu Tuan e o filósofo Gaston Bachelard, Mello (2001, p. 88) define que "o sentimento despertado pelo espaço apropriado, da convivência e da felicidade, que se contrapõe ao espaço

indiferente, abandonado à medida do geômetra". Sobre o livro "Topofilia" (*Topophilia: a Study of Environmental Perception Attitutes & Values*), de 1947, os laços topofílicos concorrem para o estágio de agorafilia, a condição pertinente à filiação, à empatia, à ternura ou ao amor, a espaços amplos, públicos e abertos, bem como, neste diapasão, à claustrofilia, sentimento concernente aos ambientes fechados. Por oposição, a agorafobia e a claustrofobia são forjadas pelos estados de pavor, aversão e medo (MELLO, 2001, p. 88-89).

Topofobia foi aprofundada no livro "Paisagens do Medo" (*Landscapes of Fear*), de 1979, traduzido para o português por Oliveira. Nesta obra o sentimento do medo é analisado pelas dimensões histórica, cultural, espacial, técnica e psicológica, e põe ênfase nos elementos subjetivos entre as pessoas e o espaço.

Anatole Bailly (1833-1911) é outra referência dentre os humanistas. Na apresentação da obra coletiva *"L'Humanisme en géographie"* (1990), entende a Geografia Humanista como "maneira de conceber a geografia que apela, para além das lógicas da razão, para aquelas do mundo sensível", e acrescenta que "o humanismo é, assim, a irrupção do mundo poético no mundo científico e a tomada de consciência da explicação necessária de sua própria subjetividade" (GOMES, 2016, p. 333). Outra cientista de renome é Anne Buttimer (1938-2017), professora emérita na University College (Dublin, Irlanda). Para determinar o lugar do subjetivismo, fez "referências à importância da subjetividade como sendo o único meio de superar a divisão do conhecimento em dois mundos, tal como foi introduzida na ciência positivista" (GOMES, 2016, p. 331-332).

Faz parte do contexto dos debates contemporâneos as críticas proferidas em relação aos estudos humanísticos. Além de suas inovações e características, como uma forma de investigação que se dá a partir de escalas incomuns e da atenção das manifestações a partir da experiência do mundo, nem sempre a Geografia Humanística fala de cultura, pois esta seria apenas uma derivação da essência humana. Neste sentido, as críticas dizem respeito ao emprego do método fenomenológico e ao ato de generalização da cultura em defesa do humanismo. Outra crítica se dá em relação aos limites do estabelecimento de um pensamento geral a partir de intuições, "e que as eventuais conclusões da fenomenologia na geografia só podem estar carregadas de subjetivismo" (GOMES, 2016, p. 335). Também, a Geografia Humanística "deve ser vista muito mais como um meio de renovação da ciência dita objetiva, do que uma via alternativa para estabelecer uma base autônoma para a geografia (...)" (GOMES, 2016, p. 335).

Capítulo 5

A Nova Geografia Cultural

5.1 As aproximações com o pensamento marxista e a virada cultural

A Nova Geografia Cultural (NGC), tradução do termo inglês *New Cultural Geography*, é a expressão da pesquisa e divulgação de geógrafos das correntes geográficas radical e crítica, sendo que esse sentido crítico começa a diluir a partir da final da década de 1980. Sobre essas duas vertentes, a Geografia Radical é voltada às discussões acerca do fenômeno da desigualdade, e a Geografia Crítica à teorização estrutural a partir de Karl Marx (1818-1883), com forte defesa do funcionalismo por meio da transformação do mundo. A Geografia Crítica foi um movimento de renovação do pensamento geográfico cuja denominação advém de uma postura crítica radical frente à Geografia existente (seja a tradicional, seja a pragmática), que foi levada ao nível de ruptura com o pensamento anterior. O seu designativo de crítica diz respeito, principalmente, a uma postura questionadora da realidade, frente à ordem construída (MORAES, 2007).

São os autores que se posicionam por uma transformação da realidade social, pensando o seu saber como uma arma deste processo. São, assim, os que assumem o conteúdo político de conhecimento científico, propondo uma Geografia militante, que lute por uma sociedade mais justa. São os que pensam a análise geográfica como um instrumento de libertação do homem (MORAES, 2007, p. 119).

Poder é uma palavra-chave para as análises desta renovação crítica, tanto para entender suas estruturas, quanto pela sua disputa como vanguarda dentro da academia. A Geografia Crítica se constrói diretamente vinculada ao Marxismo e ligada à negatividade

do discurso, ou seja, não aplicado ao Estado, difundida na segunda metade do século XX. Moraes (1954-2015) destaca que o autor que formulou a crítica mais radical da Geografia Tradicional foi Yves Lacoste (1929-) no seu livro "A geografia serve, antes de mais nada, para fazer a guerra" (1976). Lacoste argumenta que o saber geográfico manifesta-se em dois planos: a "geografia dos Estados Maiores" e a "geografia dos professores". Para ele, a primeira sempre existiu ligada à própria prática do poder. (...) A "geografia dos professores" seria a que foi aqui denominada de geografia tradicional (MORAES, 2007, p. 120-121).

A origem da NGC remete às décadas de 1970 e 1980, período marcado pela intensa disputa de poderes na Ordem Bipolar, além do início da retomada da Democracia nos países latino-americanos que durante boa parte do século XX ficaram mergulhados em ditaduras militares apoiadas e financiadas pelo imperialismo estadunidense. Nesta reabertura democrática, a liberdade pode ser verificada na possibilidade de acesso, leitura, reflexão e divulgação de ensaios de abordagem crítica, histórico-materialista e marxista. As fontes da NGC, além da Geografia Crítica Francesa, estão no radicalismo anglo-americano, tendo marcado o engajamento de geógrafos em lutas e processos de transformações sociais em curso na última metade do século XX, como o pelo fim da Guerra do Vietnã (1955-1975) e demais movimentos de revolta que se desdobraram a partir de 1968. Desenvolvida primeiro na Inglaterra, a preocupação da Geografia Crítica Anglo-Americana era diferente daquelas utilizadas na Geografia Humanística (VALVERDE, 2019).

William Bunge (1928-2013) e David Harvey (1935-) são tidos como os principais nomes da vertente crítica anglo-saxônica e se interessaram no estabelecimento de um novo padrão fundamentado no Marxismo para expor as consequências negativas da reprodução do Capitalismo. Foi por meio da revista científica *Antipode* que os principais ensaios da Geografia Radical Anglo-Americana, assim como o da NGC, foram publicados. Lançada em 1969, se declara uma revista voltada à produção do

pensamento geográfico radical, conforme anunciado em sua apresentação on-line, sendo uma das protagonistas na difusão da obra de Milton Santos (1926-2001). Segundo Peet (1985), em meados da década de 1970 floresceu uma Geografia Cultural Radical que analisou a opressão capitalista por diversos aspectos, sendo grande parte dos ensaios publicados na *Antipode*.

Ao traçar uma comparação entre as tradições anglo-saxônicas do início e do final do século XX, o historicismo praticado enquanto matriz disciplinar de Sauer apresenta características diferentes daquelas da NGC, como a "valorização da (inter)subjetividade, a crença (relativa) na diversidade, o valor à apreciação estética, muito maior que na Escola de Berkeley, e a compreensão como um fim crítico" (CORRÊA, 2001, p. 13). Cosgrove (2013) afirma que uma Geografia Marxista deve reconhecer que o mundo vivido, apesar de simbolicamente constituído, é material e não deve negar sua objetividade, mantendo a sua dialética da cultura e natureza sem cair no idealismo ou no materialismo reducionista.

O autor sugere possibilidades para uma síntese da Teoria Cultural Marxista com a Geografia Cultural, sendo que "uma geografia verdadeiramente radical é apenas uma perspectiva importante dentro da prática de um campo unificado de atividade: o materialismo histórico" (COSGROVE, 2013, p. 6). É verificada a entrada de mais um novo quadro de referências pela adoção de teóricos, sendo a maioria filiados ao pensamento marxista, como por exemplo G. Lukács, A. Gramsci, R. Williams e L. Althusser.

O filosofo e historiador húngaro György Lukács (1885-1971) funda uma vertente de discussão entre Política e Cultura por meio de uma refinada crítica sobre a perda de sentido da existência imposta pela coisificação total da sociabilidade capitalista (MORAES, 2005). O retorno ao homem enquanto sujeito, desta forma, se daria por meio da revolução proletária. Também é defensor de uma teorização como estofo ao processo de mudança política, econômica e social, conforme "A ontologia do ser social" (1971). Por sua vez, Antonio Gramsci (1891-1937), filósofo marxista, jornalista e político italiano também inaugura outra linha de

pensamento sobre política e cultura. Sua preocupação é a formulação de uma "política cultural" e sua teorização acerca dos "intelectuais". Segundo Moraes (2005, p. 63), ao contrário da ênfase filosófica da reflexão lukácsiana, o pensamento de Gramsci é marcado por uma ótica eminentemente estratégica. Suas formulações visam a orientar diretamente a prática política, a ação partidária. Sua relação com a área acadêmica é de oposição enfática, de combate mesmo.

Raymond Williams (1921-1988), em seu livro "Cultura" (*Culture*), entende que essa "em suas formas mais recentes e mais atuantes, deveria ser vista como uma convergência de interesses e métodos muito diversos" (WILLIAM, 1992, p. 9). O autor também apresenta as dificuldades oriundas da polissemia do termo "cultura" e aponta como esclarecimento a convergência de interesses. Essas posições são frequentemente classificadas como (a) idealistas e (b) materialistas.

Essa diretriz no contorno de uma definição de cultura é de grande proveito para os estudos em Ciências Humanas por implicar um método amplo na busca de elementos passíveis de validação na análise cultural, como expressões artísticas, formas da vida social, histórias, valores, e manifestações culturais de um povo. Considerando a temática espaço e cultura, as tarefas de uma Geografia Radical como prática revolucionária, para Cosgrove (2013), são de entendimento de que a Geografia cultural pode não apenas revelar a contribuição simbólica da ação humana na produção e manutenção das paisagens e o grau pelo qual essas paisagens estruturam e mantém a produção simbólica.

O objetivo da NGC era estabelecer uma contribuição positiva a uma perspectiva marxista por intermédio dos usos das paisagens e seus significados ideológicos. A produção simbólica que destacavam era observada em toda a atividade produtiva e em todas as suas relações, como partes racionais e intencionais de um sistema de significados (VALVERDE, 2019).

Em uma breve análise cronológica das origens da NGC, Cosgrove e Jackson (2003) apontam que a partir da década de 1970

houve as seguintes renovações no campo da Geografia Cultural: 1978, Cosgrove previa a cooperação vantajosa entre a geografia cultural humanista e a Geografia Social Marxista; 1979, Blaut recorria ao Socialismo e à Política do Terceiro Mundo para tecer sua própria crítica radical à Geografia Cultural; 1980, Jackson buscou uma aproximação entre a Geografia Cultural e a Geografia Social, partindo de ideias e métodos da antropologia social. O Materialismo Histórico, em estudos culturais, se dá pela inserção das classes sociais e dos meios e formas de produção existentes entre a sociedade e a natureza. Ao entender a paisagem conectada à classe social, aparecem novos recortes das perspectivas espaciais e a noção de que o mundo vivido não é mero produto de uma consciência humana desimpedida (VALVERDE, 2019).

A NGC procura dar respostas a novas perguntas que emergem com a configuração de um mundo cada vez mais urbanizado, globalizado e fragmentado, cuja densidade do meio técnico-científico-informacional se torna cada vez maior a partir do último quartel do século XX. Desta forma, no exercício de definição desta corrente do pensamento geográfico contemporâneo, a NGC seria:

> contemporânea e histórica (mas sempre contextualizada e apoiada na teoria); social e espacial (mas não reduzida a aspectos da paisagem definidos de forma restrita); urbana e rural; atenta à natureza contingente da cultura, às ideologias dominantes e às formas de resistência. Para essa 'nova' geografia a cultura não é uma categoria residual, mas o meio pela qual a mudança social é experienciada, contestada e constituída (COSGROVE e JACKSON, 2003, p. 136).

Muito importante é a perspectiva de que os estudos em espaço e cultura, desenvolvidos pela NGC passam a ser conhecidos como "virada cultural" na segunda metade do século XX. "Sob a influência dos estudos culturais britânicos, realizou-se uma virada cultural (*cultural turn*), cada vez mais comum nas ciências sociais (PHILO, 1991 *apud* DUNCAN, 2000, p. 62). A virada cultural foi o processo de renovação que se fez no contexto de valorização da cultura na

década de 1980. Trata-se de um conjunto de mudanças em escala mundial, tendo ressaltado a dimensão cultural dos processos em ação (CORRÊA e ROSENDAHL, 2003). Na NGC, essa valorização da cultura gerou, entre os geógrafos, uma crítica às bases da Geografia Cultural então vigentes, sendo observada nos trabalhos de M. Mikesell, "Tradição e inovação na geografia cultural" (*Tradition and Innovation in Cultural Geography*), de 1978, de J. Duncan, "O supraorgânico na geografia cultural americana" (*The superorganic in American Cultural Geography*), de 1980, e de D. Cosgrove, "Em direção a uma geografia radical: problemas da teoria" (*Towards a Radical Cultural Geography: Problems of Theory*), de 1998.

O livro "Viradas culturais/Viradas geográficas: perspectivas em geografia cultural" (*Cultural Turns/Geografical Turns: Perspectives on Cultural Geography*), lançado no ano de 2000, é uma obra organizada por Sion Naylor, James Ryan, Ian Cook e David Crouch, e além de demonstrar a importância da cultura no desenvolvimento de debates em outras subdisciplinas dentro e fora da geografia, também aborda a importância do espaço na produção de valores e expressões culturais, além do impacto, significado e as características da "virada cultural" na geografia contemporânea. Composta por 5 (cinco) partes, sendo estas "viradas culturais, viradas geográficas" (*cultural turns, geographical turns*), "cultura popular e textos culturais" (*popular culture and cultural texts*), "cultura e economia política" (*culture and political economy*), "natureza e sociedade" (*nature and society*) e "espaços e subjetividades" (*spaces and subjectivities*), é uma obra dotada de intencionalidades acerca da defesa de uma nova metodologia em estudos culturais.

Sobre o que seria a "virada cultural", nessa obra são verificadas as diversas frentes de mudança dos conceitos de Cultura aplicados aos estudos espaciais. Torna-se visível a forte perspectiva política dentro dessa corrente de pensamento da Geografia Cultural. Em busca de possibilidades de intervenção nas políticas culturais em prol da "justiça cultural" (MITCHELL, 2000 *apud* CORRÊA, 2014, p. 174), o debate do conceito de Cultura é inovador na NGC, pois estes

geógrafos se autoproclamam como materialistas, ou seja, não adotam a visão culturalista. Ao não adotar esse conceito de que a Cultura seria uma dimensão à parte da sociedade, acabam por não pressupor idealizações e essências de uma Cultura que importa, pois ela pode ser um instrumento de força sobre o mundo.

5.2 "Não existe aquilo que chamamos de cultura"

A NGC sugere que a Cultura não seria um sistema de significados. Pelo menor peso revisionista e mais marxista, os autores da NGC entendem Cultura enquanto parte da superestrutura, termo este fundado por Marx, que significa que a cultura não é uma instância da realidade. A provocativa afirmação de que "não existe aquilo que chamamos de cultura", de autoria do geógrafo Don Mitchell, sintetiza o pensamento da perspectiva da nova geografia cultural acerca deste amplo e complexo conceito que é cultura, o que justifica o título deste tópico do capítulo. Para o autor, "na verdade, a ideia de cultura estabelece uma cunha ideológica precisamente entre o funcionamento da economia e de outros aspectos da vida social" (MITCHELL, 2013, p. 96), sendo que "o valor do reconhecimento de que a cultura não existe consiste em permitir-nos começar o processo difícil de compreender como a ideia de cultura funciona em meio e através de relações sociais de produção e reprodução" (MITCHELL, 2013, p. 97).

James Duncan (2002), em seu artigo intitulado "O supraorgânico na geografia cultural americana", argumenta que o emprego da teoria supraorgânica da cultura como sendo de natureza ontológica ou empírica é marcada por erros. A chave para a dissociação da Cultura desse viés seria pela associação da Sociologia com a Antropologia, como numa convergência entre a Geografia Cultural e a Geografia Social.

Por negar o culturalismo, a Nova Geografia Cultural entende que os fenômenos ditos culturais são, na realidade, formas de ação econômica e política que servem para a manutenção do poder e geração de capital. Assim, o uso do termo Cultura, para Cosgrove,

é puramente ideológico. No exercício de comparação entre a mais difundida tradição de estudos em Geografia Cultural, que é a humanista, com a Geografia Marxista, para Cosgrove (2013) a primeira considera a cultura como central para o seu objetivo: compreender o mundo vivido de grupos humanos; já a segunda corrente deve reconhecer que o mundo vivido, apesar de simbolicamente construído, é material e não deve negar sua objetividade.

Cosgrove (2013), no artigo "Em direção a uma geografia cultural radical: problemas da teoria", indica que "pouco se ganha ao se tentar uma definição precisa de cultura. Fazê-lo implica em sua redução a uma categoria objetiva, negando sua subjetividade essencial" (COSGROVE, 2013, p. 5), sendo a própria palavra ideológica. Por não fazer parte da instância da realidade, a Cultura é uma forma que adquire vivacidade apenas pelo seu uso, ou seja, a Cultura seria apenas uma forma de ação derivada da economia e da política que teria como objetivo a manutenção das estruturas de poder e geração de capital.

Cultura não seria um meio, nem um nível de discussão, mas é entendida como falsa-consciência, sendo este um termo marxista utilizado para exprimir a ideia de que a ideologia traduz uma visão sistemática deformada do mundo. Por confundir a aparência das coisas com o seu verdadeiro conteúdo, a Cultura seria um mecanismo criado para levar a teorias próprias que não traduzem a realidade. Assim, a Cultura também estaria dotada de um caráter alienante. É realizada uma espécie de "denúncia" da Cultura pela NGC por meio de sua ideologia crítica, sendo acusada de obscurecer o debate real da vida e das relações conflituosas entre classes sociais. A sofisticação do trabalho mobilizador da Cultura pode ser aplicada às justificativas e renovações do Capitalismo flexível, sendo as pontes escalares entre o local e o global tecidas de forma a relativizar as verticalidades oriundas dos interesses financeiros. Haveria também um vazio na explicação pela evocação excessiva dos contextos culturais, como se a expansão da Geografia

Cultural fosse o resultado da aplicação indevida da multiplicidade dos estudos culturais.

O conceito de cultura trabalhado pela NGC não crê em entidades e dimensões místicas, mas entende que a Cultura é feita por homens e mulheres, pessoas dotadas de pensamento racional. Tecem crítica à Metafísica Cultural, desprezam as ultrapassadas ideias de níveis culturais e alienam a dimensão biológica no discurso em Cultura. Contudo, apesar desta solidez da análise, há divergências entre os próprios idealizadores, além de uma espécie de flutuação de opinião e aplicação do conceito de Cultura ao longo do tempo.

Por meio da reconceituação de Cultura, a NGC sugere uma possível agenda para a Geografia Cultural, ao compreender como grupos poderosos historicamente a operacionalizaram. Deste modo, permitiria ver de maneira menos ruidosa as relações sociais, "não como alguma romantização de movimentos oposicionais, nem como um exercício de celebração da diversidade, mas como processos sociais reais, práticas de representações materiais" (MITCHELL, 2013, p. 98). No processo de renovação da geografia cultural, verificado sobretudo durante a década de 1980, o conceito de cultura, central para este campo da geografia, é revisto pelos geógrafos. As críticas a esse respeito, em realidade, já se faziam sentir desde a década de 1970, como aparece com Mikesell (1978). Nessa visão o conceito de cultura é liberado da concepção holística transcendental que a concebe como uma entidade supraorgânica, como uma força externa pairando sobre os indivíduos, tendo as suas próprias e autônomas leis. Nessa concepção, os indivíduos são seres passivos, "mensageiros da cultura", conforme argumenta Duncan (1980) em sua contundente crítica a essa concepção introduzida por Alfred Kroeber na antropologia americana e aceita por Sauer na geografia cultural. Na rejeição dessa visão de cultura se descartam também os hábitos condicionados, associados a valores e normas inconscientemente aceitos, como o modo de internalização da cultura dos indivíduos. A homogeneidade e a

estabilidade dos grupos humanos são também descartadas (CORRÊA, 2013, p. 169).

Com o foco na análise das estratégias do domínio simbólico, a dimensão cultural assume importância com o conceito de "guerra cultural" cunhado por Mitchell. Ao analisar as políticas culturais, o autor aproxima as questões simbólicas relativas à cultura ao processo de conflitos e interesses territoriais. Assim, "*culture wars are real wars*" (MITCHELL, 2000, p. 283). A justificativa de sua defesa do conceito de "guerras culturais" vai na direção da afirmação de que a Cultura é apresentada enquanto um sistema de significações, sendo que há uma expressão simbólica e um interesse na investigação por esta produção simbólica. É de interesse a ordem social comunicada, reproduzida, vivenciada e estudada, sendo os apelos semióticos e discursivos levados em consideração, que seu raciocínio é validado. Interessante também é observar o título do capítulo 1 do livro de 2000, que é "Guerras Culturais: Cultura é Política com Outro Nome" (*Culture Wars: Culture is Politics by Another Name*), ofertando o caminho entre produção simbólica, cultural e política.

Na produção de novos sentidos e valores, a NGC ajuda o entendimento no sentido dos processos de produção, reprodução e destruição dos espaços. Entende-se que sua análise de espaço e Cultura é fruto de um olhar interior, sendo a esta última um elemento relativo que não pode ser reduzido nos estudos espaciais (VALVERDE, 2019). Dessa forma, é possível verificar que o conceito de Cultura tido por essa escola geográfica é entendida como uma forma de se intervir no mundo. Assim, a Cultura mobiliza as relações econômicas e preenche a lacuna entre o material e o imaterial, sendo a sua análise realizada a partir das relações de produção. Logo, assume altivez na militância e no ato de transformação social.

5.3 "Após a Guerra Civil: reconstruindo a geografia cultural como heterotopia"

A partir da afirmação e reconhecimento de que toda a produção é simbólica, há o exercício por parte de um novo quadro de pensadores da NGC que busca transcender a materialidade da natureza, ou seja, se baseiam no princípio do materialismo, mas não se fixam apenas a isso. Neste sentido, Cultura é entendida também como uma prática comunicativa. Por isso, a NGC cria sentidos e valores para a Cultura por meio da análise inovadora de produções culturais como filmes, livros, teatro e programas televisivos, como por exemplo Marc Brousseu e suas investigações na literatura, George O. Carney e Lily Kong na música, Stuart C. Aitken e Leo E. Zonn nas expressões estéticas iconográficas, e Jeff Hopking no cinema, rompendo com a conexão obrigatória dos estudos com a natureza.

Além dos geógrafos supracitados, os nomes de maior destaque da NGC são Denis Cosgrove (1948-2008), que lecionou nas Universidades da Califórnia e de Londres, Peter Jackson (1955-), que está na Universidade de Sheffield, James Duncan (1946-), docente na Universidade de Cambridge, Stephen Daniels (1950-), professor emérito da Universidade de Nottingham e Don Mitchell (1961-), das universidades de Uppsala e Siracusa. Diante de uma ausência de unicidade conceitual verificada ao longo do desenvolvimento dos ensaios e pesquisas da NGC, uma pergunta fundamental para esta corrente do pensamento é: qual o peso da Cultura? Com grande variação de autor para autor, não é possível afirmar que há uma única ideia do peso da Cultura do espaço. A NGC vem de uma caminhada que toma corpo na "virada cultural", mas há também uma tentativa de encaixe entre as dimensões funcional e subjetiva, sendo o principal paradigma o da Cultura trabalhada como representação do mundo.

Para Valverde (2019), a influência dos *cultural studies* na NGC pode ser observada nos seguintes apontamentos: a consideração da semiótica na análise das formas simbólicas; o entendimento de como

o significado é construído; a releitura da Escola de Frankfurt em instituições de pesquisas inglesas; a análise simbólica do poder; a adoção do caráter imaterial e ideológica da Cultura nos estudos espaciais; a constatação de que o poder ocorre não apenas pela coerção; a determinação de que as trocas não ocorrem apenas de forma artificial; a valoração dos variados usos e sentidos na Cultura; a crítica ao sentido supraorgânico. A partir da conceituação da cultura sob o espectro do materialismo, essa teria uma espécie de "missão" de revelação dos processos históricos ao denunciar as aparências. Os ensaios sobre paisagem são interessantes para ilustrar a polissemia do conceito de cultura. Para Duncan (2002, p. 27), "A ênfase na explicação social, psicológica e ocasionalmente política, encontrada na geografia social valoriza a paisagem, seja como artefato ou como estética, enfatizada pela geografia cultural".

A NGC entende que os significados a partir das representações artísticas, por exemplo, da paisagem, são revelados pelas mudanças no uso e percepção da terra durante o longo e complexo desenvolvimento do capitalismo. Mesmo não sendo uma concepção cônsona, a paisagem na NGC pode também ser entendida como um modo de ver, ou seja, sua concepção imaginativa ocorre a partir do visível e há uma conexão com a apropriação prática. Sendo assim, a valoração da paisagem pela NGC não ocorre pelo discurso e análise da paisagem por si só, mas por meio da afirmação de seus usos, desigualdades, lutas e significações materiais. Seus estudos da paisagem contribuem para o pensamento marxista, pois reconhecem a individualidade dos lugares produzidos e mantidos pela ação humana, vinculam as análises à Cultura hegemônica de Gramsci e tratam as imagens das dominações e das libertações. São exemplos de temas de representação de paisagens pelas perspectivas da NGC gênero, estetização do poder, diferenciação do consumo, etnia, classe social e estratégias de natureza política e ideológica. A etnia como categoria social tem no conceito de raça o seu aprimoramento. Por meio da contenção e desaparecimento do sentido biológico racial, etnia para a NGC é empregada para a problematização do discurso de classes sociais.

Há uma certa distância no conceito de Cultura adotado pelos teóricos da NGC, como por exemplo Duncan, que desenvolve Cultura enquanto um sistema linguístico e Mitchell que entende a Cultura como um novo supraorgânico. Apesar de que "o que os une em torno da geografia cultural é que esses aspectos são vistos em termos de significados e como parte integrante da espacialidade humana" (CORRÊA e ROSENDAHL, 2003, p. 13-14), além de fazer o uso da Teoria da Representação nas artes, há uma cisão epistemológica no decorrer da NGC. Na busca pelo entendimento das relações de poder que podem traduzir a análise da Cultura no espaço são verificadas duas fases de trabalhos: uma primeira com ênfase nas relações de poder entre as décadas de 1970 e 1980, e uma segunda a partir da década de 1990, influenciada pelas correntes pós-modernas. Esta última, que se serve das fontes etnográficas culturalistas e da Sociologia Empírica, se desenvolve no contexto histórico do impacto do fim do Socialismo Real. Por isso, a globalização e a expansão do consumo são temas que assumem protagonismo.

James Duncan (2000), em um texto *sui generis* publicado com o também peculiar título "Após a Guerra Civil: reconstruindo a geografia cultural com heterotopia", discorre que um dos embates entre a primeira e segunda fase da geografia cultural anglo-saxônica é, também, um conflito geracional.

Com uma narrativa que simula uma verdadeira batalha campal, Duncan atribui "tiros certeiros" dados de uma geração contra a outra, mesmo que a visão contemporânea de uns não tenha sido motivo suficiente para "decidir a guerra". "A geração mais velha é preponderantemente norte-americana. A nova também, mas nos últimos anos os geógrafos sociais britânicos se juntaram a ela" (DUNCAN, 2000, p. 62), sendo os britânicos os responsáveis pela virada cultural nos estudos.

O papel do autor foi o de "hastear a bandeira branca" para resolver tais conflitos geracionais, "e, dessa forma, restaurar a unidade dessa subárea. O volume argumenta em favor de uma unidade, baseando-se em uma genealogia comum" (DUNCAN, 2000, p. 63). Desta forma, Duncan realiza um resgate do

pensamento acerca de espaço e de cultura que foi desenvolvido pelas décadas de estudo e produção da NGC. Partindo da obra fundante da dupla Philip Wagner e Marvin Mikessel, o livro *Readings in Cultural Geography*, lançado em 1962, que reúne os textos e ensaios de geógrafos e não geógrafos desenvolvidos por quarenta anos em Berkeley, sob influência da perspectiva saueriana, Duncan (2000) tece um balanço sobre o desenvolvimento e aperfeiçoamento de temas como o objetos de estudo da Geografia Cultural, os conceitos de Cultura adotados, as ordens epistêmicas hegemônica e suas rupturas, até chegar a sugestão que uniria toda a gama de geógrafos culturais dotados de plurais perspectivas: a Heterotopia.

Ao admitir que a gama de interesses e perspectivas comuns aos geógrafos culturais chegou a um ponto de perda total de uma unidade que anteriormente havia sido delineada, como, por exemplo, a partir dos "Temas da Geografia Cultural" que Wagner e Mikesell haviam sistematizado décadas atrás, Duncan (2000) realiza uma reflexão e admite que a melhor saída seria via "celebração da diferença". Desta forma, vale o raciocínio de que não há uma unicidade no pensamento se o objeto de estudo não é algo passivo de estrita definição.

É importante frisar que este entendimento de cultura enquanto algo não pertencente à esfera do real começa a perder força nos anos 1990, momento este entendido como uma segunda geração das produções da NGC. As abordagens pós-modernas assumem protagonismo no cenário acadêmico, ao entender que as oportunidades dos estudos da cultura pela NGC vão em direção a diferenciação entre estudo das coisas e das representações, enxergando o reencantamento do mundo pela observação, percepção, vivência e análise crítica das pessoas e do pesquisador. Desta forma, haveria um maior lastro para a ação sobre o processo de homogeneização cultural latente na contemporaneidade. Assim, o entendimento e a mobilização seriam fatores decisivos para o exercício do poder no século XXI.

Capítulo 6

O Debate na Pós-Modernidade

6.1 Rupturas na Ciência, Cultura e Vida Social pela Pós-Modernidade

Um momento do debate de possíveis propostas integradoras entre a Nova Geografia Cultural inglesa e a Geografia Humanística norte-americana ocorrido nos anos 1980 pode ser considerado um marco para o início do desenvolvimento de pesquisas em Geografia Cultural no âmbito da Pós-Modernidade. O retorno ao empírico e a ausência de um único modelo teórico-metodológico conferia um convite a redescobrir o espaço geográfico que não iria no mesmo sentido da argumentação das duas formas anteriormente citadas.

Para Valverde (2019), autores como David Ley, Denis Cosgrove, James Duncan e Peter Jackson, que tinham trânsito entre autores e ambientes da difusão dessas formas distintas de trabalhar a Cultura, sugeriam que o contexto do final do último quinto do século XX era favorável a consideração de questões variadas, como gênero, artes e etnia, que até aquele momento pouco interessavam aos geógrafos. Em suas concepções ecléticas, ambas as formas (Nova Geografia Cultural inglesa e a Humanística) pensavam sobre os elementos problemáticos para a síntese: metafísica, banalidade e as fontes marxistas de abordagem.

No debate sobre as origens da pós-modernidade, torna-se necessário realizar um exercício de sistematização histórica de fatos que possibilitam uma nova divisão cronológica. Primeiramente, vale assinalar o período moderno que, segundo Claval (2007), para pintores e artistas, se impôs no século XIX no momento em que o academicismo e o classicismo começaram a ser objeto de críticas, tornando-se a estética da arte moderna algo político por confrontar a renovação através da crítica à mediocridade e superficialidade

dos períodos anteriores; para historiadores e arquitetos, se dá através da quebra entre a razão clássica e o senso de beleza; para a antropologia e as ciências sociais, o funcionalismo é tido como uma marca da modernidade; para filósofos, as raízes da modernidade situam-se mais atrás da história, na época em que Descartes, Galileu e Hobbes definem, por vias diferentes, os princípios que regeram a organização social do Ocidente.

Conforme Claval (2007, p. 402), "o movimento pós-moderno nasceu do descontentamento dos arquitetos, depois estendeu-se ao conjunto dos artistas, à filosofia e à ciência". Em seu livro intitulado "A virada cultural: escritos selecionados sobre a pós-modernidade, 1983-1998" (*The cultural turn: selected writings on the postmodern, 1983-1998*), Frederic Jameson (2000) afirma que o conceito de pós-modernidade não é aceito e nem mesmo é entendido de forma geral.

Jameson (2002) determina que nada é tão abstrato como o capital financeiro que sustenta e mantém a pós-modernidade como tal, o que para Claval (2007) soa como o signo da crise que atinge de repente as maneiras de ver o mundo, de definir a verdade e de construir a sociedade que tinha dado segurança a Europa. Para a abordagem marxista destas mutações contemporâneas, Claval (2007) cita como exemplo os movimentos sociais que hoje têm em seus discursos a organização do espaço, a qualidade da cidade e o direito ao acesso à serviços de qualidade enquanto pauta, e não mais a narrativa sobre partilha das rendas ou a revolução do proletariado de maneira *stricto sensu*. Ainda na linha marxista, na pós-modernidade há terreno propício para análise da cultura, difundido a partir de Escola de Frankfurt e da "cultura de massa".

Jameson (2002) entende que a teoria cultural marxista se preocupou, quase que com total exclusividade, em torno das questões do realismo na medida que este se associa a uma cultura burguesa, sendo que o dinheiro seguiu desempenhando papel mais econômico do que social. Para o marxismo, a estética dos tempos modernos está vinculada a uma cultura e arte burguesa, sendo parte da função revolucionária pensar e imaginar paralelos para

outro grupo (proletariado industrial). Esta não seria a preferência de análise para a pós-modernidade.

Partindo de uma outra perspectiva de análise marxista, porém de cunho idealista e abstrato, Jameson (2002) entende que com o surgimento do valor de troca nasce um novo interesse nas propriedades materiais do objeto, sendo mais adequada para as análises da pós-modernidade. Ele se refere ao conceito marxista de "fetichismo da mercadoria", sendo que este melhor conduz a um interesse mais realista do corpo no mundo e em mais vívidas relações decorrentes do comércio.

Uma das características comuns ao conceito de pós-modernidade diz respeito à fragmentação do espaço e demais relações sociais. No caso do trabalho, a flexibilização vista na produção fordista, exemplo da modernidade, é alterada na pós-modernidade com o conceito de toyotismo e de volvismo. Para Jameson (2002), que denomina de "pós fordismo" esta lógica particular fragmentária, do mesmo modo na esfera cultural formas de abstração que no período moderno pareciam dissonantes e escandalosas, hoje fazem parte da corrente dominante do consumo cultural. Nada choca mais. Especificamente sobre os meios de comunicação social, o pensador reflete que a autonomização, ou seja, a interdependência das partes ou fragmentos, acompanha a tendência das obras publicitárias na pós-modernidade.

A rebote da questão da fragmentação espacial, no que diz respeito ao processo de desterritorialização, afirma o autor que a especulação com a Terra é uma das faces de um processo no qual consiste na desterritorialização final da própria globalização, onde seria um grande erro imaginar algo como o "globo" enquanto um espaço novo e mais amplo que substitui os espaços nacional ou o imperial.

Pela quebra de paradigmas, e pela dificuldade em unificar consenso, o que não faltam são críticas acerca do pós-modernismo. Pela sua rejeição ao positivismo, Berdoulay (2017, p. 247) aponta que se o positivismo é rejeitado, é ou a fenomenologia ou o marxismo que atrai a atenção: aqui também encontram-se

configurações filosóficas pouco propícias para achar interesse por uma geografia com fortes emanações neokantianas. Ademais, certas modas atuais (ligadas a Bruno Latour ou a Nigel Thrift) em favor de uma "teoria não representacional" não logicamente reticentes vis-à-vis de toda abordagem originária do pensamento kantiano, pois este é considerado portador de uma noção de sujeito que elas recusam. O mesmo ocorre com o pós-modernismo.

Ainda nesta crítica à ciência positivista e os limites da Fenomenologia, a abordagem pós-moderna se destaca como novo viés de rompimento paradigmático. Para Claval (2007, p. 402), "o movimento pós-moderno recusa o racionalismo que o precedeu, redescobre a decoração, mergulha de maneira eclética nos repertórios do passado, pratica a citação e adora os efeitos retóricos". Diante dessa leva de críticas, será que realmente precisamos do conceito de pós-modernidade? Não seria uma espécie de "alta modernidade"? O que há de novo em tudo isso? Jameson (2002) entende que um tipo de resposta para tais questões esbarra no problema da periodização histórica ao romper radicalmente com um período anterior, mesmo afirmando que tais mudanças geralmente não representam mudanças totais de conteúdo, mas sim uma reestruturação de elementos já dados.

Se compreendemos que há permanências entre os períodos moderno e pós-moderno, as rupturas estruturais e mais evidentes estão na relação entre produção cultural e a vida social. Em relação à vida social, as rupturas que marcam o término de um período e a emergência de outro começaram posteriormente à Segunda Guerra Mundial, quando a sociedade pós-industrial passa a ser marcada por novos tipos de consumo que se relacionam com a obsolescência programada, ritmos mais rápidos de mudança em tendências na moda, a influência da publicidade, da televisão e dos meios de comunicação em geral, a substituição da antiga tensão entre o campo/cidade e o centro/periferia, desenvolvimento de grandes autovias e o ode à cultura do automóvel (JAMESON, 2002).

Os estudos pós-modernos balançam as estruturas das abordagens científicas no final do século XX, tanto nas Ciências

Humanas de modo geral quanto na própria Geografia. Seus entusiastas negavam tanto a busca da essência sugerida pelos autores humanistas, quanto o sistema regular de significados proposto pelos "novos geógrafos culturais" ingleses. Para Valverde (2019), apesar da diversidade dos estudos e da discussão da pós-modernidade na Geografia, alguns elementos chamam atenção. Primeiro, uma sugestão que a experiência trabalhada pelo pesquisador é mais interessante quando for realizada por uma performance que, *strictu sensu*, envolve um vínculo do pesquisador com o objeto de pesquisa. Segundo, sugere ainda a importância do corpo na Geografia, como escala, circunstância e/ou objeto que altera qualquer investigação. Terceiro, sugere um abandono dos quadros estanques e justapostos como produto da Geografia e propõe o entendimento do movimento e de suas flutuações como mais importantes. Quarto, entende que o mundo só pode ser entendido por superposições e competições de fenômenos. É nesse sentido que Thrift fala de sua "teoria não-representacional" e de seus desdobramentos para a investigação da cultura.

6.2 O Construtivismo Social e as teorias não-representacionais

A revisão da *New Cultural Geography* (NCG) a partir do diálogo com os humanistas marca o início da perspectiva pós-moderna que se dá pela inclusão de novas teorias na Geografia Humana, como as não-representacionais, movimento este resultante da influência do Construtivismo Social ocorrido nos anos 1980 e 1990. O interesse do Construtivismo Social, segundo Paiva (2017, p. 161), "incidia principalmente numa questão de representação, e em especial no que respeita às estruturas de significado simbólico de uma sociedade ou cultura". Para Anderson e Harrison (2010), o Construtivismo Social se preocupa com a forma de representação, especificamente pelo foco na estrutura do significado simbólico.

Epistemologicamente o Construtivismo Social atribui à ação um significado que não estaria apenas nos corpos, hábitos ou práticas individuais ou coletivas, mas que estaria sim no campo das

ideias o avanço para entendimento das qualidades simbólicas que produzem e sustentam o significado.

Os trabalhos influenciados pelo Construtivismo Social deixaram na Geografia Humana e na Cultural três ideias-chave: primeiro, que as ordens simbólicas societárias são socialmente construídas e arbitrárias; segundo, que a interpretação destas mesmas ordens simbólicas é plural e contestada, e difere de lugar para lugar; terceiro, que seria por meio da análise das ordens simbólicas que viria o interesse das teorias não-representacionais na performance política, que é a importância das dinâmicas de poder e influência das estruturas simbólicas na prática cotidiana (ANDERSON e HARRISON, 2010; PAIVA, 2017).

A ideia de pensamento em ação dá vida à ideia central da teoria não-representacional de ser "uma geografia do que acontece". Neste sentido, o valor das metodologias etnográficas tem sido explorado em razão da "possibilidade de a observação participante permitir ao investigador explorar a experiência geográfica através do seu próprio corpo" (PAIVA, 2018, p. 161). Derivada do Construtivismo Social, a teoria não-representacional é desenvolvida na Geografia Humana principalmente pelo trabalho de Nigel Thrift (1949-), que atualmente é diretor da Universidade Tsinghua de Pequim, e de seus colegas John-David Dewsbury (?-), da Universidade de Canberra, e Derek McCormack (1969-), da Universidade de Oxford. Posteriormente, tem sido aperfeiçoada por seus respectivos alunos de pós-graduação. Sua ideia desafia aqueles que usam a teoria social e conduzem pesquisas geográficas a "ir além da representação" e a se concentrarem na experiência incorporada pelo testemunho do pesquisador por meio da contemplação do espaço sem necessidade de conhecimento prévio do lugar.

Essa é uma teoria inspirada no pensamento pós-estruturalista, em que a corporeidade é verificada em performances como modo de ação. Há o culto ao movimento e vê-se no individualismo uma possibilidade para tecer generalizações ao levar em consideração o afeto e as emoções como parte da investigação (VALVERDE, 2019).

Pela defesa da necessidade de se falar do corpo, como sendo este um elemento primordial para investigação, é possível verificar no livro "Geografia cultural: uma introdução crítica" (*Cultural geography - a critical introduction*) de Mitchell (2000), partes com novas formas de percepção espacial a partir da sexualidade, assim como possibilidades de empoderamento a partir da análise espacial, como se o corpo pudesse mudar o mundo.

As novas perspectivas e mudanças conceituais que as teorias não-representacionais provocaram na Geografia Cultural também configura uma crítica e uma mudança dos métodos de pesquisa. Segundo Paiva (2018), os métodos de pesquisa passam a apontar para o estudo de formações sociais, preocupando-se menos com estabelecer fatos e mais com descrever realidades. Métodos convencionais tradicionais na Geografia Cultural como a entrevista ou o inquérito, e o processo de "sair para o mundo, fazer um relatório, e depois analisar eventos" têm sido vistos como inadequados para "a tarefa de captar as lógicas afetivas e processuais dos espaços-tempos nos quais corpos em movimento são participantes generativos" (McCORMACK, 2013, p. 118). Daí surge um experimentalismo em termos de método e metodologia que procura meios para captar o dinamismo da vida e teorizar sobre fluxos sensoriais, atmosferas afetivas, assemblages, ritmos e eventos à medida que estes acontecem (LAW, 2004; McCORMACK, 2013; VANNINI, 2015a; MANNING, 2015 *apud* PAIVA, 2018, p. 162).

Ainda segundo o autor (2018), são dois os efeitos que as teorias não-representacionais na Geografia Cultural, sendo o primeiro o de que esta perspetiva teórica procura trazer o investigador para o centro da ação social, para possibilitar uma compreensão na prática dos fenômenos geográficos; o segundo efeito foi o de que a abrangência das teorias não-representacionais e a desestabilização conceitual e metodológica deu à Geografia Cultural mais instrumentos conceituais e metodológicos para abordar os aspectos qualitativos de determinados fenômenos espaciais, ampliando os estudos de caso.

Em seu livro "Teoria não-representacional: espaço, políticas, afeto" (*Non-representational theory: space, politics, affect*), Thrift (2008) disserta sobre o que chama de "a geografia do que acontece" (*the geography of what happens*) e entende o seu livro como um grande ensaio pelo motivo de não estar totalmente claro o que seria uma "política do que acontece", assumindo um caráter experimental. É um trabalho baseado na tríade de construir uma teoria social e cultural, servir como ferramenta para diagnóstico em estudos sociais e "reconsiderar a esperança em nós mesmos" (THRIFT, 2008, p. 2). Conforme Thrift (2008, p. 5), a teoria não-representacional pega o leitmotiv do movimento e trabalha com ele como um meio de ir além do construtivismo, ou seja, sua ideia é a de que a vida humana se baseia e está em movimento, onde as linguagens corporais assumem destaque nesta análise, como por exemplo as habilidades cognitivas das pessoas é explorada pela imitação, via a significação dos gestos, e também dos jogos, sendo que este revela aspectos da imaginação, afetividade e dilemas éticos básicos.

A relação entre a performance e teoria pode ser um dos destaques desta teoria por gerar "métodos de trabalho performativos", onde os termos gregos praxis e poiesis tomam corpo por revelar as relações sociais que podem ser de grande valia para estudos em geografia cultural. Por se concentrar nas práticas, sua análise fornece as informações necessárias para o entendimento inteligível do mundo.

A constituição de uma teoria não-representacional tenta dar pesos iguais ao vasto termo "coisas" (*things*), atribuindo seriedade às suas formas atraentes. É pela verificação das nossas percepções que as coisas não estão limitadas apenas pelo seu estado bruto, mas haveria formas de subjetivismos latentes por trás de objetos, fatos e situações mundanas, triviais.

Para Paiva (2017), a teoria em questão pode ser caracterizada como uma perspectiva teórica que foca os aspectos processuais e dinâmicos do cotidiano, como as práticas, as experiências e as performances, indo ir além de leituras segmentadas da realidade e da experiência humana, sendo notável o seu impacto na geografia

cultural. Para os já citados Ben Anderson e Paul Harrison, professores da Universidade de Durham, em seu livro "*Taking-place: Non-Representational Theories and Geography*", entendem que a teoria não-representacional tem sido a melhor forma de se abordar questões sociais.

Na defesa da projeção do cotidiano, o corpo materializa os fluxos e cria diferenciações. A partir do conceito foucaultiano de que o corpo é prisão, não há utopia que fuja a ele, podendo mudar a escala do mundo e atuando de forma ativa no processo de modificação do mundo (VALVERDE, 2019). A proposta de uma nova era (Antropozoica) ou mesmo uma nova época (Antropoceno) no tempo geológico, tendo como ponto de partida a Revolução Industrial, respondem a essa ideia do corpo como central no espaço geográfico.

6.3 A Identidade Cultural na Pós-Modernidade

Nas sociedades pós-modernas observa-se a emergência de novas formas identitárias e de novas ideologias como resposta ao vazio deixado pelo "fim da história", que pode ser entendido como resultado de uma série de fatores que caracterizam o indivíduo pós-moderno pautados pelo exercício da crítica a valores dados como universais. A refutação da ideia de progresso, desafeição pelo Estado-nação, rejeição à ideia de morrer pela coletividade nacional e a própria liberação do pecado original são exemplos que despontam ideologicamente a partir da fragmentação da tradição ocidental (CLAVAL, 2007). Para Jameson (2002), a especificidade da experiência do espaço e do tempo na pós-modernidade apresenta características importantes relacionadas a dois temas que para o autor são latentes, pastiche e esquizofrenia, sendo o primeiro aplicável à estética pós-moderna e o último interessante paralelo para análise.

Pastiche, termo procedente da linguagem das artes visuais, é definido como obra literária ou artística em que se imita abertamente o estilo de outra pessoa, modernamente este pode ser

visto como uma espécie de colagem ou montagem, que no contexto da hibridização, o simulacro e a imperfeição da imagem chamam a atenção do geógrafo que analisa as produções e objetos não de modo a qualificá-los, mas pelo entendimento que eles são importantes para o estudo espacial (VALVERDE, 2019). A reprodução da imagem, a efemeridade e a ausência de consensos são elementos latentes no contexto da Geografia Pós-Moderna.

A esquizofrenia a que se refere Jameson (2002) é uma metáfora que o autor insere como peça nesse quebra-cabeças da definição de pós-modernidade. Algo que ajudaria a explicar por que o Modernismo Clássico seria algo do passado e por que a Pós-Modernidade ocupa este lugar que ele chama de "morte do sujeito", ou o fim do individualismo como tal. O uso do termo geral que designa um conjunto de psicoses endógenas vai em direção à perda das referências identitárias no contexto atual.

Além das mudanças espaciais que estampam na paisagem um sistema de objetos inédito, as mudanças oriundas do período pós-moderno também ocorrem no âmbito pessoal, sendo a "crise de identidade" a soma destes dois deslocamentos, o espacial e o individual. Segundo Hall (2006, p. 9),

> estas transformações estão também mudando nossas identidades pessoais, abalando a ideia que temos de nós próprios como sujeitos integrados. Esta perda de um "sentido de si" estável é, chamada, algumas vezes, de deslocamento ou descentração do sujeito. Esse duplo deslocamento - descentração dos indivíduos tanto de seu lugar no mundo social e cultural quanto de si mesmos - constitui uma "crise de identidade" para o indivíduo.

"O que, então, está tão poderosamente deslocando as identidades culturais nacionais agora, no fim do século XX?". É pelo conceito de globalização que Hall responde à pergunta, com novas pautas e causas verificadas. Segundo Hall (2006), desde os anos 1970, tanto o alcance, quanto o ritmo da integração global aumentaram, e com a aceleração dos fluxos, as identidades

culturais se desintegraram, em razão da homogeneização cultural, se reforçaram, pela resistência à globalização, e enfraqueceram as identidades nacionais. Novas formas híbridas estariam tomando seu lugar.

A globalização tem como uma de suas características principais a "compressão tempo-espaço", conceito esse fundado pelo geógrafo britânico David Harvey (1935-) em que distingue o espaço absoluto (cartesiano), o espaço relativo (inspirado em Albert Einstein) e o espaço relacional, incorporando elementos filosóficos que se afastam das medições exatas e englobam as relações de possibilidade. A compressão tempo-espaço visualiza a dinâmica nascente no contexto da Globalização de superação das distâncias, em que as transformações técnicas e tecnológicas foram capazes de acelerar os acontecimentos e os níveis de produção econômica e integração política. Desta forma, com a sensação de que o mundo é menor, os "eventos em um determinado lugar têm um impacto imediato sobre pessoas e lugares situados a uma grande distância" (HALL, 2006, p. 75).

Apesar desse diagnóstico, o próprio Hall (2006) determina que essa é uma visão de futuro num mundo pós-moderno colocado de forma simplista. Existem contratendências, como uma nova forma de articulação entre as esferas local e global, em que elas produziriam novas identificações tanto globais quanto locais, sendo descartado o risco de desaparecimento do local, do tradicional, do histórico. Outro ponto crítico à homogeneização cultural seria a de que a globalização é um fenômeno desigual em sua distribuição ao redor do globo.

6.4 A Heterotopia como perspectiva na era da Globalização

Em decorrência da virada cultural (*cultural turn*) que foi tratada no capítulo anterior, houve uma explosão dos estudos culturais em Geografia a partir dos anos 1980. A essa constatação soma-se uma espécie de ideia de que a Geografia pode tudo estudar, principalmente por meio da subárea da Geografia

Cultural. Tal explosão de estudos culturais expõe o papel relevante da Cultura e dos sistemas sociais nas investigações sobre o espaço na condição pós-moderna. Como resultado dessa leva de estudos em cultura e espaço, Valverde (2019) indica algumas características que tipificam tais ensaios contemporâneos, como: a presença constante de elementos empíricos, oriundos das pesquisa de campo em contraposição aos aportes teóricos que são reduzidos; a negação da previsibilidade de resultados; a defesa de uma "geografia do que acontece", conforme prescrito pela teoria não-representacional; uma consciência não-essencializada; a quebra do "real" e a impossibilidade do total diante da complexificação do mundo; e a preferência por estudos de caso a partir da vida social.

A partir de Claval, a ideia de "uma geografia do que nós somos" (VALVERDE, 2019) toma forma, sendo algo tanto hedônico quanto conflitivo. A partir dos ritmos mais acelerados que a vida social está imersa, a velocidade dos fluxos e suas mudanças repentinas tendem ao culto do imediato, do efêmero, da curta duração. Nessa espécie de "império do indivíduo", em que os aspectos cumulativos dos espaços e seus movimentos se destacam, a ênfase nas práticas e nos movimentos compartilhados, a impureza do fim do século concretiza a negação do substancialismo (VALVERDE, 2019). A dificuldade de lidar com a referida ideia de "impureza", que também remete ao termo "híbrido", tem na própria resistência da adoção do termo "pós-modernidade" uma origem semelhante. O que seria possível entender é que o discurso da Pós-Modernidade é o resultado de reações específicas contra as formas estabelecidas pela Modernidade, assim como o fim dos limites que distinguem uma cultura superior (erudita) de uma inferior (popular).

Para Edward Soja (1941-2015) em seu conhecido livro "Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica" (*Postmodern geographies - the reassertion of space in critical social theory*), no exercício de localizar as origens das geografias pós-modernas, diz que "as primeiras vozes insistentes da geografia crítica humana pós-moderna surgiram no fim dos anos sessenta,

porém mal se fizeram ouvir no alarido temporal vigente" (SOJA, 1993). Nessa arqueologia do conhecimento acerca da teoria social crítica, aponta para os trabalhos do sociólogo estadunidense Charles Wright Mills (1916-1962) como proveitosos pontos de partida para a espacialização da narrativa histórica e reinterpretação do curso desta teoria por meio do mapeamento da imaginação sociológica a partir da racionalidade histórica.

Acontece que essa imaginação histórica, segundo Soja (1993), acaba sendo ferramenta de manutenção do *status quo* em razão de meramente racionalizar as condições existentes. É por isso que a imaginação histórica pode ser vista como emancipatória por "fazer a história" ao invés de presumi-la como certa. "O desenvolvimento da teoria social crítica girou em torno da afirmação de uma história mutável, em oposição a perspectivas e práticas que mistificam a mutabilidade do mundo" (SOJA, 1993). Soja se apropria do conceito de heterotopia de Foucault para descrever lugares e espaços que funcionam em condições não hegemônicas e que servem para entender que não existe uma singular cultura, mas sim sobreposições, coexistência. Por suas múltiplas camadas de significação, ou de relação a outros lugares cuja complexidade não pode ser vista imediatamente, o que os geógrafos culturais pós-modernos sugerem seria a entender o espaço como diferenciador, pois este qualifica, provoca, altera, diferencia e divide de maneira a não homogeneizar (VALVERDE, 2019), mesmo diante da tendência cultural da globalização tendo como pressuposto a cultura de massa e o avanço das transnacionais que estabelecem um padrão de consumo universal. Conforme aponta Hall (2006, p. 97) "os deslocamentos ou os desvios da globalização mostram-se, afinal, mais variados e mais contraditórios do que sugerem seus protagonistas ou seus oponentes".

Um exemplo clássico de análise espacial a partir da visão pós-moderna está no ensaio intitulado "Decompondo Los Angeles: rumo a uma geografia pós-moderna", que integra o livro "Geografia pós-modernas", de Edward Soja (1993). Nesse, o autor admite que a análise da desta cidade localizada na costa oeste dos

Estados Unidos da América é complexa e desafia as interpretações mais ortodoxas, pois ela "parece ilimitada e constantemente em movimento, nunca suficientemente quieta para ser abarcada, por demais repleta de 'outros espaços' para ser instrutivamente descrita" (SOJA, 1993, p. 267). Posto o desafio, Los Angeles é descrita como uma cidade que coloca em xeque os fundamentos em geografia urbana por se assemelhar a um verdadeiro simulacro.

A experiência urbana também é modificada pela condição imposta à circulação na cidade, sendo a urbanização para Claval (2007, p. 407) "tão evidente desde o início dos anos 1980, sendo o corolário da mundialização". A partir da construção das autopistas comumente chamadas de *freeways* entre os anos 1950 e 1980, a abertura de espaço aos automóveis em avenidas largas, com várias pistas, sem cruzamentos, tal como rodovias urbanas (LEE, 2016), a referida experiência vai-se tornando cada vez mais vicária, ou seja, substituta de um espaço de vida que anteriormente era resultado do seu uso e apropriação, estando a atual representação sob camadas de opacidade (SOJA, 1993). Por debaixo da cobertura semiótica de Los Angeles, segundo Soja (1993), estaria uma ordem econômica, uma estrutura nodal instrumental e uma divisão territorial do trabalho essencialmente exploratória que acoberta conflitos espaciais.

Diante desta revelação das relações de micropoder que estariam na essência da especialização da produção espacial, seriam os pós-modernos fatalistas? Caberia uma resposta bourdieana, onde essas revelações por si já serviriam enquanto elemento para a conscientização das relações e das lutas de classe oriundas da desigualdade que pauta a reprodução do capitalismo no espaço.

A obra publicada por Nigel Thrift e Sarah Whatmore (1959-), docente na Universidade de Oxford, "Geografia Cultural: conceitos críticos nas ciências sociais" (*Cultural Geography - critical concepts in the social sciences*), sistematiza as áreas de interesse para a geografia cultural pós-moderna. Os temas são os seguintes: Histórias e prática (*Histories and practice*), com os subtemas fundações

(*foundations*), mapas (*maps*), pesquisa (*survey*), trabalho de campo (*fieldwork*) e exploração (*exploration*); Identidades e consumo (*Identities and consumption*), com os subtemas situando o eu (*situating the self*), sexualidade e identidade (*sexuality and identity*), geografia do corpo (*geography of the body*), o eu como consumo (*the consuming self*) e o local como consumo (*the consuming site*); técnicas e não-representação (*techniques and [non]representation*), com subtemas imagem e representação (*image and representation*), sentidos (*senses*), resistência (*resistance*), locais (*sites*) e mobilidades (*mobilities*); materialidades e performance (*Materialities and performance*), com subtemas espaços de convivência (*living spaces*), encontros coloniais (*colonial encounters*), materializando conhecimentos (*materialising knowledges*), habitando paisagens (*inhabiting landscapes*) e espaços tecnológicos (*technological spaces*).

Os autores assinalam a intenção de mapeamento dos contornos principais da evolução e escopo da Geografia Cultural contemporânea por meio de um conjunto de artigos que ilustram tanto os temas, quanto os tipos mais significativos de trabalhos que estão sendo realizados. Nesta Nova Geografia Cultural (*New Cultural Geography*), conforme título autoatribuído (THRIFT e WHATMORE, 2007), partem de uma tríade temática: políticas de representação (*politics of representation*), noções de subjetividade (*notions of subjectivity*) e rejeição da ideia da Geografia enquanto um conjunto de processos de formação cultural.

Thrift e Whatmore (2007) entendem que essa divisão proposta tem, em sua forma de abordagens distintas, relevantes conceitos acerca das práticas modernas em Geografia Cultural, pois partem de uma disciplina construída historicamente que hoje propicia uma forma de dar sentido ao mundo e de ordená-lo de várias maneiras, muitas vezes muito potentes, que circulam na condução de relacionamentos sociais e de hábitos de pensamento. O interesse renovado pela Geografia Cultural, conforme sugere Claval (2007, p. 417) "liga-se, em grande medida, aos desafios colocados pela reafirmação dos valores diretamente confrontados num mundo encolhido e à exaltação dos fundamentalismos opostos".

PARTE II

A INSTITUCIONALIZAÇÃO SELETIVA E INVOLUNTÁRIA: ESTADO DA ARTE DA GEOGRAFIA CULTURAL NO BRASIL, 1990-2020

Capítulo 7

Contextualização Histórica da Geografia Cultural: A Pedra Fundamental por Zeny Rosendahl

Sendo a abordagem contextual proveniente do exercício historiográfico, para o entendimento de como a história da Geografia Cultural no Brasil entendemos que a busca por uma espécie de marco histórico, metáfora da pedra fundamental, é importante para a delimitação das origens de sua institucionalização. Na direção da compreensão do nascimento da Geografia Cultural em *terra brasilis*, há uma diferenciação entre a institucionalização da Geografia Cultural com o que aqui foi desenvolvido acerca do pensamento cultural da Geografia. Adiantamos que a primeira opção, a de entender a institucionalização da Geografia Cultural no Brasil, foi o foco desta pesquisa, mas vale uma breve retrospectiva para contornar o que poderia ser entendido enquanto geração espontânea dos temas culturais na Geografia.

O surgimento do interesse por pesquisas sobre espaço e cultura é anterior a esse processo de institucionalização da subárea no Brasil, sendo o que foi produzido de notável teor antropológico. Gilberto Freyre é um exemplo desta tendência, quando propôs construir uma análise da ecologia social da região Nordeste. Em sua obra Nordeste, publicada em 1937, o autor mescla elementos sociais e antropológicos com elementos da paisagem, organizando os capítulos a partir de relações entre a cana e a terra, as águas, os animais, as plantas e os homens.

A aproximação teórica da Antropologia com a Geografia em Freyre se deu pela aplicação dos fundamentos de análise da morfologia da paisagem baseada em Carl Sauer - daí a verificação de que os rumos entre as duas áreas se deram pela vertente cultural -. Nesta perspectiva saueriana, a valorização do cultural na

perspectiva antropocêntrica também é vista, pois "Afirma, contundente, o caráter antropocêntrico de seu pensamento" (DUARTE, 2005, p. 144) e valoriza a paisagem por conjugar os dados físicos e geográficos com outras dimensões que se encontravam, à época, além da sistematização científica.

Essa referência do passado em Freyre sobre o pensamento cultural é de grande valia para a Geografia. Preocupado com o entendimento, a diferenciação e a organização do espaço, pois evoca região e paisagem enquanto categorias de análise importantes, aponta interessantes elementos que podem traduzir uma possibilidade de tradição nos estudos culturais em Geografia, como em uma arqueologia do pensamento que, após décadas, pode ter influenciado o que entendemos enquanto Geografia Cultural.

A "moldura abrangente" (BERDOULAY, 2013) desta Geografia no Brasil tem no século XX o seu recorte temporal de gênese. Se no início deste século verificamos o embrião do pensamento cultural aplicado aos estudos espaciais, a autonomização da Geografia Cultural brasileira ocorreu só na outra metade, especificamente na década de 1990. Além da data original, há a pessoa e o lugar: a professora doutora Zeny Rosendahl na Universidade de São Paulo (USP).

Para a construção deste cenário embrionário da Geografia Cultural no Brasil, que justifica o recorte histórico do início do pensamento e produção acadêmica, foram utilizados os relatos da referida professora que trilhou sua vida profissional na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) e que atualmente está vinculada ao Programa de Pós-Graduação e Geografia (PPGEO) pela mesma instituição.

Conforme relatado por Zeny Rosendahl, a Geografia Cultural no Brasil, em sua origem, esteve relacionada com as áreas da Geografia da Religião e de Populações. A moral religiosa, com destaque à cristã, afeta o comportamento demográfico do Brasil, sendo a preocupação com o peso da religião na vida dos cidadãos o início de sua pesquisa no doutorado. A referida professora Maria Cecília França (1927-2010) foi professora na Universidade de São

Paulo e pode ser considerada pioneira no estudo da geografia da religião no Brasil (BERTONI, 2010; FRANGELLI, 2012), tendo a sua tese de doutorado, intitulada "Pequenos centros de função religiosa", sido defendida em 1972, também na USP. A tradução da famosa obra do geógrafo francês Yves Lacoste, "A geografia - isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra", pela editora Papirus, é de sua autoria.

O contato com essa produção científica foi de grande importância para assegurar a sua pesquisa lastro teórico em uma época de pouca ou quase inexistente produção nesta área e, também, ceticismo e resistência por parte da comunidade científica. O conhecimento de pesquisas alemãs e a publicação de Claval foram peças fundamentais para que, após a finalização de sua tese, ter se certificado que a linha de pesquisa em Geografia da Religião poderia ser desenvolvida no Brasil. Com isso, a Geografia Cultural renovada se apresentou enquanto possibilidade teórico-metodológica das pesquisas em religião por se interessar nas análises que valorizam o simbólico e vivências em termos de sentimento, ideais, ideologias e símbolos, permitindo então estudos acerca das imaterialidades da religião enquanto instância da cultura (ROSENDAHL, 2002). Com essa trajetória, Zeny permite a seguinte afirmação: "A Geografia Cultural nasceu na casa da Geografia da Religião".

Se o ano da defesa de seu doutorado foi 1994, podemos ter nesta data o ano da fixação da pedra fundamental da Geografia Cultura no Brasil, sendo o emprego da metáfora "casa" importante para verificarmos congruências de desenvolvimento nestes dois ramos. Rosendahl diz que "A Geografia Cultural no Brasil nasceu na Geografia da Religião pela necessidade do contexto", podendo ser entendido seu pensamento pelo argumento de que a vivência religiosa individual e de grupos sociais foi tardiamente investigada pela Geografia, o que reflete um desinteresse da comunidade geográfica com as questões relativas à cultural (ROSENDAHL, 2002). Para Patrícia Frangelli (2012, p. 42), "esse possível desinteresse tem sua raiz não somente na especificidade brasileira,

mas também no próprio desenvolvimento da disciplina, como demonstra a literatura da História do Pensamento Geográfico".

Frangelli (2012) apresenta relações diretas sobre a relação entre as Geografias Cultural e da Religião, o que fortalece a ideia de necessidade de contexto apontada por Rosendahl, sendo que tanto na abordagem cultural tradicional quanto na renovada, a Geografia da Religião recebe conhecimento. Também verifica que o subcampo da Geografia da Religião, apesar de ter se mostrado precursor no Brasil, se encontra no interior do campo da Geografia Cultural.

Neste exercício historiográfico de encontrar um marco da Geografia Cultural no Brasil, vale ainda citar o grupo de pesquisa que Rosendahl fundou na década de 1990 que veio a ser um dos responsáveis pela difusão desta linha de pensamento geográfico no país. A sigla NEPEC vem de Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre Espaço e Cultura, tendo sido criado em 1993, enquanto um grupo interessado na Geografia Cultural e sua difusão no Brasil. O Departamento de Geografia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro foi o local onde o núcleo foi instalado, e a professora Rosendahl foi a criadora, sendo que no ano de 2015 passou a ser coordenado pela professora doutora Mariana Lamego (IGEOG/UERJ). Zeny mostra mais uma vez a importante relação entre as áreas da religião e da cultura: "não imaginava que seria um núcleo de grande expressão no Brasil, mas surgiu disso: a religião me levou pra Geografia Cultural e da Geografia Cultural eu tentei trazer por meio de traduções, por publicações de livros, o que havia no exterior".

Um panorama sintético da trajetória da Geografia Cultural no Brasil foi traçado por Roberto Lobato Corrêa, sendo que as datas apresentadas se casam com sua análise temporal, dividida em três períodos:

> o primeiro momento, que pode ser visto como estendendo-se do começo da década de 1990 até o seu final, caracterizou-se pela não aceitação do subcampo que, percebido como novo, foi visto, como

> qualquer subcampo novo, como capaz de abalar as estruturas do poder acadêmico; o segundo momento, entre 2001 e 2005 aproximadamente, caracterizou-se por uma relativa aceitação do subcampo, incluindo aqueles que no primeiro momento foram os seus críticos. A geografia cultural passa a ser vista progressivamente como uma novidade interessante; o terceiro momento é o de sua vulgarização, no qual a antiga "novidade" é adotada, geralmente apressadamente, sem reflexões ou críticas consistentes, tendendo a cultura a ser tratada segundo noções do senso comum e por procedimentos usuais, positivistas em muitos casos (CORRÊA, 2009, p. 1).

Ainda na linha de apontar algumas datas que marcam a origem da Geografia Cultural brasileira, Corrêa e Rosendahl (2005, 2008 *apud* NABOZNY, 2014) destacam que em 2003 a *International Geographical Union* (IGU) organizou no Rio de Janeiro, por intermédio do *Working Group of Cultural Approach in Geography*, uma Conferência Regional sobre a Dimensão Histórica da Cultura, que pelo considerável volume de trabalhos de brasileiros inscritos no evento, "sinalizaria por uma inscrição completa da Geografia Cultural no Brasil a partir de um reconhecimento internacional" (NABOZNY, 2014, p. 104).

Por fim, das três décadas que passaram desde a notada origem da Geografia Cultural no Brasil, vale destacar mais uma vez: podemos ter na professora doutora Zeny Rosendahl e no Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre Espaço e Cultura (NEPEC) os pilares desta linha de pesquisa geográfica, tendo esses dois lançado a sua pedra fundamental.

Capítulo 8

A Geografia Cultural no Ensino Superior

8.1 Cultura na graduação em Geografia

A prospecção de dados relativos à oferta de disciplinas específicas em Geografia Cultural ou que orbitam temas sobre Cultura e espaço levou em consideração variáveis gerais como localização da instituição, estado, código do curso, nome da Instituição de Ensino Superior (IES), modalidade de ensino e tipo de graduação (licenciatura, bacharelado ou ambos). Das variáveis específicas no que dizem respeito aos dados específicos desta oferta em Geografia Cultural e/ou espaço e Cultura, consideramos se a instituição possui alguma disciplina sobre Geografia Cultural ou cultura e espaço, nome da disciplina, natureza (obrigatória ou optativa), período em que é oferecido, carga horária, ementa e bibliografia.

Foram investigados 304 cursos de Graduação em Geografia oferecidos por instituições públicas, sendo 65 na região Sudeste, 127 na região Nordeste, 46 na região Sul, 32 na região Centro-Oeste e 34 na região Norte do país, sendo selecionadas para análise apenas os cursos oriundos de instituições públicas em razão de estar serem os principais centros de formação e produção de conhecimento científico.

Na contagem da oferta por estado da federação, os destaques vão para Minas Gerais (37) e Piauí (32) e Maranhão (20). Se partimos para uma análise da distribuição espacial dos cursos de graduação em Geografia, verificamos que, até 2020, todas as regiões político-administrativas do Brasil contavam com mais de 30 cursos de formação de professores ou bacharéis com habilitação em Geografia. Além disso, é possível perceber que todas as unidades de federação apresentam, em seus devidos Instituto de Pesquisa,

seja nas áreas de ciências humanas, geociências ou de ciências exatas, pelo menos um curso que habilite o estudante a lecionar ou "bacharelar" em Geografia.

Chama atenção a quantidade de cursos ofertados nos estados de Minas Gerais e Piauí com mais de 30 locais que podem ser realizados a graduação em Geografia. Estima-se que mais de 20% de todos os cursos de graduação em Geografia no Brasil estão concentrados nesses dois estados. Outra observação importante é que os estudantes formados em Geografia nos estados do Piauí, Roraima e Sergipe não conseguem a dupla habilitação, sendo o curso voltado para formação exclusivamente de professores e não técnicos ou bacharéis na área. É importante salientar que a expansão dos cursos de Geografia em todo Brasil se deu em torno da profissão docente e não bacharéis, estando a formação de bacharelado concentrada nos eixos Sudeste-Sul.

Sobre modalidade de ensino, seja presencial ou a distância, é possível perceber que há estados que não oferecem cursos on-line de Geografia e outros estados que a quantidade de curso à distância supera o presencial, como destaque para Ceará, Mato Grosso, Pernambuco, Piauí, Roraima, Rio Grande do Sul e Sergipe; além disso, quase 50% dos cursos de ensino a distância estão localizados na região Nordeste.

A informação sobre a oferta da disciplina em Geografia Cultural e/ou espaço e cultura nos cursos de graduação em Geografia nas universidades públicas foi prospectada por meio da análise da grade curricular fornecida pelas instituições. Se a ideia foi verificar como se deu o crescimento em número e em proporção de cursos que apresentam tendência na abertura de disponibilidade em Geografia Cultural, por números absolutos é possível aferir essa ampliação. Porém, este dado é demasiado incipiente ao depararmos com as ementas, pois atende somente à variável "Possui alguma disciplina sobre Geografia Cultural ou cultura e espaço" que essa pesquisa estabeleceu para a prospecção dos dados. A resposta afirmativa serviu como base para descarte das instituições que absolutamente não ofereceram nada em

relação ao tema e, consequentemente, abertura de possibilidade de análise apenas das que nessa pesquisa são relevantes. Foi nesse processo que entendemos que muitos dos enunciados que afirmam possuir alguma disciplina nessa direção tendem a não trabalhar com Geografia Cultural, mas sim com temas relacionados à cultura, sendo a abordagem cultural inserida de maneira periférica.

Nas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) do curso de graduação em Geografia aprovado no primeiro semestre de 2022, no item 4 ("O Campo da Geografia: Reflexões Teórico-Conceituais na Estruturação das DCNs"), há uma histórico sobre as transformações epistemológicas no campo do conhecimento geográfico marcado pela quase completa nulidade com a dimensão da cultura no espaço. Podemos verificar que nessa renovação dos seus objetos de análise há a tendência à valorização do ambientalismo enquanto elemento-chave para a explicação das múltiplas interações entre natureza e sociedade. O que chama a atenção é a omissão do termo cultura, tão potente para as análises apresentadas neste documento que norteia os cursos de Graduação em Geografia. Quando citada é para complementar as múltiplas dimensões para a compreensão das relações socioambientais ("cultural, política, econômica, ambiental, etc.") e enquanto mais uma dentre várias sobre o perfil dos egressos ("O perfil esperado é o de habilitar os egressos a desenvolverem práticas profissionais baseadas no entendimento e respeito às diferenças socioespaciais, étnicas, culturais, político-ideológicas, religiosas e imbuídos de uma clara concepção de sustentabilidade focada no equilíbrio ambiental"), sendo mais uma vez enaltecida a dimensão do ambientalismo.

Nos documentos de identificação dos cursos essa predileção de uma(s) área(s) em detrimento da abordagem cultural e, em especial, da Geografia Cultural, é bastante evidente, o que fortalece a ideia de que apesar de haver uma quase completa oferta de disciplinas na área, os dados numéricos não são suficientes para corroborar este diagnóstico.

Os exemplos da tese de que na graduação Cultura é apresentada enquanto epifenômeno e de que é raso o seu aprofundamento teórico se dá pelo pouco número de referências especializadas na descrição dos cursos e atrelamento a outros objetos de análise, como nos cursos "Paisagens Brasileiras e Mundiais", "Transformações Socioculturais e Desenvolvimento Regional", "Formação Sócio-espacial" e "Geografia Urbana II".

Destacamos que a formação dos docentes vinculados aos programas de graduação apresenta recorrência com a Geografia Cultural no que diz respeito às palavras-chave de suas dissertações e teses defendidas, linhas de pesquisa, assim como na área de interesse informada e experiência de pesquisa. Também, a disciplina própria de Geografia Cultural foi encontrada nas grades curriculares de algumas universidades, mas de forma mais tímida em comparação aos programas de pós-graduação.

8.2 Ementas de Geografia Cultural na graduação

Foram escolhidas 5 (cinco) fichas de apresentação de disciplina sobre Geografia Cultural dos cursos de graduação em Geografia para exposição e análise, sendo uma para cada região político-administrativa do Brasil. Verificamos ser comum a sua atribuição obrigatória, tanto no bacharelado quanto na licenciatura, apenas quando os currículos passam pela reestruturação do projeto político do curso, tendo geralmente ocorrido na década de 2000 nas universidades federais e estaduais. Tanto nos contextos de disciplina optativa ou obrigatória, o curso é geralmente ministrado nos anos finais da graduação, entre o 7° e 8° períodos, e a carga horária gira em torno de 60 horas (teto verificado de 64 horas), com ⅔ das horas dedicadas às atividades teóricas e ⅓ para as práticas.

Ainda no contexto das similaridades, a Geografia Cultural aparece nos cursos presenciais e EAD, sendo a sua maior incidência no primeiro tipo. A maioria constava de ementas, sendo um resumo a seguinte: Matrizes teóricas e renovação epistemológica da Geografia Cultural. Os conceitos de cultura, subjetividades e

dimensões simbólicas do espaço (percepção, memória, identidade, emoções, medos e afetos). Dinâmicas espaciais e territorialidades das manifestações culturais (religião, artes, literatura, música, cibercultura e ciberespaço). Paisagem, lugar e formação sociocultural no contexto brasileiro e global. Metodologia de trabalho de campo popular e a Geografia Cultural no ensino.

Verificamos que a categoria lugar e a dimensão geográfica da religiosidade estão em todas as ementas, sendo a religião citada até mais de uma vez no mesmo documento. Sobre esse aspecto, podemos concluir sobre a influência da Geografia da Religião, vertente atrelada à gênese da Geografia Cultural pelas mãos da professora Zeny Rosendahl.

Dos paralelismos nas referências, apontam três obras comuns: (1) a escola francesa de Paul Claval, com o livro "A Geografia Cultural", originalmente lançada na França em 1995 e primeira edição no Brasil em 1999; (2) a perspectiva humanística de Yi-Fu Tuan, com o livro "Espaço e Lugar: a perspectiva da experiência", originalmente lançada nos Estados Unidos da América em 1977 e primeira edição no Brasil em 1983; e a coleção brasileira Geografia Cultural, organizada por Rosendahl e Roberto Lobato Corrêa, com destaque para o livro "Hierópolis: o sagrado e o urbano", de 1999. Desta forma, a recorrência da categoria lugar, conforme citado anteriormente, toma corpo pela predileção à abordagem fenomenológica, e a tradição francesa de análise de estudos de casos vem a rebote, escorando a tendência à descrição das diferentes tessituras espaciais a partir das abordagens das dimensões da Cultura, como tradições étnicas, lugares sagrados e profanos e intercâmbio migratórios.

Em suma, é perceptível que além das convergências acima, as fichas são dotadas de um teor de apresentação da Geografia Cultural, como uma disciplina com caráter mais introdutório de estudos, sendo muito voltadas a demonstrar os temas pertinentes ao campo, os desafios do estudo da Cultura na formação do espaço e temas correlacionados, como humanismo, imaginário e identidades, além da priorização de determinadas perspectivas do

pensamento cultural na Geografia. O que não aparece nas fichas ou que se dá de forma tímida, no que fundamenta a sua gênese, é a influência da antropologia por meio da escola geográfica alemã e nas referências bibliográficas básicas, que aparece de forma mais escassa na quantidade de obras em comparação à outras disciplinas, um aprofundamento maior em obras teóricas, assim como a pouca articulação com as diferentes perspectivas em Geografia Cultural.

8.3 Cultura na pós-graduação em Geografia

Um padrão parecido com os quadros dos cursos de Graduação foi empregado para as de Pós-Graduação em Geografia, tendo sido acrescido seu nível de oferta (Mestrado Acadêmico, Mestrado Profissional, Doutorado), data de criação, número de linhas de pesquisa, e possíveis informações adicionais. Para os dados específicos sobre como os programas de Pós-Graduação abarcam a Geografia Cultural e/ou espaço e Cultura, buscou-se se havia alguma disciplina ou linha de pesquisa sobre Geografia Cultural ou cultura e espaço, nome da disciplina/linha de pesquisa, natureza (obrigatória ou optativa), ementa e bibliografia.

Com um campo amostral mais reduzido, a oferta de cursos de Pós-Graduação *stricto sensu* em Geografia no Brasil totaliza 71 programas, sendo 23 na região Sudeste, 16 na região Nordeste, 13 na região Sul, 11 na região Centro-Oeste e 8 na região Norte do país, onde, neste caso, foram analisadas tanto instituições públicas, quanto privadas de ensino e pesquisa. Os programas de pesquisa de pós-graduação em Geografia no Brasil foram iniciados na década de 1970, a princípio, presentes nas capitais de São Paulo (USP/1971) e do Rio de Janeiro (UFRJ/1972) e, mais para o fim do período, foram abertos na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE/1976), e na Universidade Estadual Paulista (UNESP/1976-1977). Segundo SILVA e DANTAS (2010, p. 22), o destaque adquirido por esses cursos garantiu ampla visibilidade aos seus

professores-orientadores, ao mesmo tempo, em que favoreceu o desenho de enormes áreas de influência no território nacional.

O pioneirismo desses programas contribuiu para fundação de diversos núcleos de pesquisa em outras unidades da federação e permitiu um gradual aumento na aprovação de novos cursos. Ao longo desses 50 anos foram 71 programas de pós-graduação em Geografia criados em todo território brasileiro, uma média de 1,5 cursos por ano. No entanto, a distribuição não é equitativa, destacando o número de programas na região Sudeste (23). A quantidade de linhas de pesquisa também segue a mesma tendência, que é a de concentração no Sudeste, principalmente nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais.

Um paralelo com a discussão central do trabalho é que a Geografia Cultural também se inicia no Sudeste, especificamente na cidade do Rio de Janeiro, e depois ganha proporções nacionais, fundamentando a sua difusão no Brasil. Da busca específica sobre oferta de disciplinas ou linhas de pesquisa sobre Geografia Cultural ou cultura e espaço, o balanço foi o seguinte: 47 apresentam alguma disciplinas ou linha de pesquisa, 22 não possuem e 2 não responderam, ou seja, mais da metade, cerca de 66%, dos programas de pós-graduação em Geografia no Brasil pensam sobre a Geografia Cultural.

Ao comparar com os resultados da graduação, a pós-graduação está em uma colocação inferior no que diz respeito à oferta de disciplinas na subárea, o que pode estar relacionado com o contexto tardio da Geografia Cultural (CORRÊA e ROSENDAHL, 2008; ALMEIDA, 2009) e da difícil permeação dela nos programas de pós-graduação. Sobre este fato, Almeida (2009, p. 2009) argumenta:

> Também, deve-se considerar que, para isto, contribuiu a Geografia da USP, instituição que, até o início da década de 1990, permaneceu como a principal, e uma das raras, na formação de doutores em Geografia no Brasil. Seu corpo docente principal negava o projeto tradicional da geografia, valorizava a utilização de modelos

> econômicos de inspiração neoclássica ou neoliberal e enfatizava a concepção de que a verdadeira revolução na metodologia da geografia moderna só chegava a partir da geografia radical, adotando o materialismo histórico e dialético. Respaldados na busca de um novo papel político do saber e a formulação de um modelo nomotético para a geografia, como ciência social, os "uspianos" de maior destaque no cenário nacional, historicamente, defendiam, e vários ainda defendem, a visão ortodoxa do marxismo e a crença nesta como a via metodológica única e "verdadeira" geografia. Ora, essa postura intimidou que outras correntes teóricas e metodológicas, na própria USP, pudessem emergir e possibilitou que, em outras instituições de ensino, surgissem contracorrentes e o movimento de novas vias para o conhecimento geográfico, como o humanismo, a abordagem da geografia cultural já na década de 1990, que se fortaleceram após 2000.

É interessante que mesmo sendo o Rio de Janeiro, com destaque para a UERJ, o lócus primordial da Geografia Cultural brasileira, a USP também é protagonista por movimentos contraditórios, pois mesmo com esse custoso histórico de convívio com correntes neopositivistas, pós-estruturalistas, pós-modernas e outras perspectivas que fogem ao seu trivial agrário, econômico e urbano, foi dessa posição refratária que houve a difusão para outras instituições de pesquisa no Brasil.

8.4 Ementas de Geografia Cultural na pós-graduação

O crescente interesse ocorrido no meio acadêmico pela Geografia Cultural no Brasil toma corpo a partir da década de 2000 em razão do aumento do número de dissertações e teses defendidas, formação de novos núcleos e grupos de estudos, e, conforme afirma Almeida (2009, p. 255),

> o maior contato de brasileiros com geógrafos estrangeiros que adotam esta abordagem; o crescimento da pós-graduação e de linhas de pesquisa tratando de culturas em suas várias facetas e especializações nos programas de pós-graduação; a existência de

professores e pesquisadores que assumem a adoção desse enfoque; o diálogo mais frequente entre a Geografia e a Antropologia, as Ciências Sociais e a História, entre outras.

Dessa "coqueluche na pós-graduação" (ALMEIDA, 2009), as disciplinas ofertadas pelos programas de ensino e pesquisa raramente fazem direta referência ao termo Geografia Cultural, sendo uma possível pista para o entendimento do quadro de menor ranqueamento em relação com a sua oferta na graduação. O diálogo com a abordagem cultural na Geografia foi possível de verificação ao lermos as referências bibliográficas, sendo essas disciplinas relativas a fundamentos teóricos e epistemológicos da Geografia, metodologia da pesquisa em Geografia e história do pensamento Geográfico. Quanto aos conteúdos, mais uma vez as relacionadas com Geografia Urbana (apareceu também na graduação) apresentam temas da cultura inseridos de forma periférica, sendo a análise da paisagem cultural via expressões artísticas (instalações, pichação, grafite), por exemplo, um objeto de análise.

Para a melhor visualização do teor do conceito de Cultura dentro da Geografia, elegemos três fichas de disciplinas na pós-graduação onde foram possíveis encontrar interessantes propostas acadêmicas com as seguintes nomenclaturas: "Estudos temáticos em Geografia Cultural" (PPGEO-UFJF), "Abordagens contemporâneas em Geografia Cultural" (PPGeo-UFPE) e "Perspectivas teóricas para estudos culturais na Geografia" (PPGH-USP).

A análise se dá pela perspectiva de convergência entre esses três planos de ensino, pois parecem complementar as lacunas apontadas na apreciação realizada nas disciplinas de graduação. Sobre as ementas, há a proposta de entender a espacialização da Cultura na Geografia Humana por meio da "a investigação de vários fenômenos atuais com base em abordagens interdisciplinares que privilegiam o diálogo com a Antropologia, a Arquitetura e urbanismo, a Sociologia, a Ciência Política, etc." (PPGEO-UFJF). É interessante o teor de busca por uma atualização

das possibilidades de aplicação e desenvolvimento de estudos geográficos sobre as diferentes formas da Geografia Cultural, que se dá pela análise das "diferentes inserções da Geografia na temática cultural ao longo de seu desenvolvimento como disciplina" e avaliação das "possibilidades teórico-metodológicas da Geografia Cultural contemporânea" (PPGH-USP), sendo esse um atrativo caminho para discutir os conceitos chaves da Geografia numa perspectiva cultural, assim como para interpretar as influências e tendências da Geografia Cultural produzida no Brasil. Chama a atenção o termo "(re)trabalhar" que aparece na proposta acadêmica do PPGeo-UFPE quando se refere às técnicas, métodos, posturas filosóficas e analíticas, sendo uma espécie de revisitação do pensamento geográfico necessário para incorporar os aportes teórico-metodológicos para o estudo das temáticas tangentes da cultura e da Geografia.

Uma outra roupagem é dada aos estudos culturais, que deixa de ser fundamentalmente empírico, voltado aos estudos de caso pela influência francesa da gênese geográfica brasileira. Outros processos de diferenciação espacial, como, por exemplo, os relacionados a fragmentação do trabalho e das identidades são apresentados enquanto objetos de análise importantes para os estudos especializados da cultura, como "políticas patrimoniais, movimentos artísticos, consumo, indústria cultural, ações de gênero e de raça, renovação da periferia, políticas de empoderamento, estetizações, simbologias, entre outras formas de diferenciação existentes, promovem intervenções sobre o mundo que ultrapassam em muito o caráter banal que, por vezes, é associado aos estudos culturais" (PPGH-USP).

É interessante destacar o ponto levantado anteriormente por Almeida (2009) sobre a ortodoxa postura da USP frente a Geografia Cultural em seu movimento de anulação e complicada convivência com outras abordagens que fogem ao seu saber/fazer geográfico, pois é na disciplina da própria instituição que encontramos a seguinte justificativa: "O desenvolvimento de abordagens geográficas para estudos culturais nos últimos 40 anos tem

estabelecido dificuldades de diálogo entre a Geografia da USP e aquelas desenvolvidas no exterior, ainda que seja possível reafirmar o sentido derivativo da cultura. O desconhecimento das formas e dos sentidos discutidos para os estudos da cultura em um contexto geográfico pode enfraquecer as possibilidades de troca. Nesse sentido, esta disciplina pretende cumprir uma discussão que atualiza parte relevante dos debates da Geografia como um todo, e não apenas o de um subcampo específico" (PPGH-USP). Ao acarear essa passagem com a metodologia Berdoulay (2013) empregada nesta pesquisa, a abordagem contextual possibilita ampliar esses pontos relevantes da historiografia que acompanharam as orientações metodológicas das universidades e do pensamento geográfico, pois vemos uma brecha para a discussão da Geografia Cultural justamente no lugar onde não foi configurada tradicionalmente.

Capítulo 9

Caracterização da Produção Científica da Geografia Cultural Brasileira

A busca pela produção científica em Geografia Cultural no Brasil necessitou do estabelecimento de parâmetros nos momentos pré e pós prospecção de mestrados, doutorados e artigos científicos, pois ao longo da busca surgiram critérios que não foram tecidos *a priori*, ou seja, a definição de cortes temáticos fez parte concomitantemente da leitura e apreciação do material. Isso nos levou a elencar a dificuldade de entender uma Geografia Cultural pura, com contornos pré-estabelecidos sobre objetos de análise, metodologia e referenciais teóricos próprios. Sobre essa dificuldade, uma passagem do questionário aplicado a pesquisadores fortalece essa impressão: "*Acredito que esta perspectiva da Geografia Cultural como subcampo destaca a originalidade e o sentido de abordagens que não se encaixam nos cortes estabelecidos pelos demais subcampos. Assim, ampliamos as nossas possibilidades de investigação e os aportes interdisciplinares. A Geografia Cultural não necessita de um objeto único, ou de uma metodologia única, assim como estas não existem nos demais subcampos. Congrega-se dentro dela diferentes tradições de espacializar dinâmicas culturais*".

Desta suposta dificuldade há a possibilidade de visualização de potencialidades, pois a "falta de encaixe nos cortes estabelecidos" possibilita a ampliação de variáveis. Com isso, foram estabelecidos 5 (cinco) parâmetros para investigação sobre a produção científica no país em Geografia Cultural que funcionaram como critérios de preferências na busca dos trabalhos acadêmicos, a saber: (1) Área do conhecimento, que dentro das Ciências Humanas deveriam pertencer à Geografia; (2) Estudos de caso, pois ao longo da busca verificamos que há uma tendência nos estudos geográficos em cultura na valorização de pesquisas

empíricas; (3) Conceitos geográficos, com destaque às categorias de análise do espaço; (4) Referências e perspectiva teórica, com o uso de bibliografia de nomes da Geografia Cultural, e (5) Temas da Geografia Cultural, por meio das abordagens comuns à essa área.

Além da aplicação destes filtros, que servem como fio condutor nas discussões sobre a produção acadêmica desta área da Geografia, os estudos são iniciados pela apreciação das figuras das análises em rede geradas a partir das palavras-chave das pesquisas, podendo ser considerada uma sexta dimensão nos parâmetros desta investigação.

A análise de redes sociais (*social network analysis*), a ARS, foi empregada nesta etapa da pesquisa sobre produção científica como ferramenta metodológica fundamental para a interpretação dos dados provenientes das palavras-chave de dissertações, teses, artigos científicos e linhas de pesquisa dos grupos cadastrados no Diretório do CNPq. O objetivo central foi averiguar as relações existentes entre os agentes (palavras-chave e linhas de investigação), de forma a demonstrar com maior clareza as teias que se formam nas interações entre esses elementos.

A aplicação analítica de redes sociais, em conjunto com a abordagem contextual de Berdoulay, permitiu visualizar a conectividade entre os fenômenos estudados e apreender novas interpretações que não seriam possíveis sem essa técnica. Essa forma de análise de redes sociais tem como premissa básica a compreensão de que as relações entre pessoas, ideias e objetos são interconectadas e podem ser mapeadas e mensuradas. Segundo Shawn, Milligan e Veingart (2016), essa forma de pensar as interações sociais sempre intrigou cientistas de diversas áreas, como economistas, sociólogos e antropólogos. No campo das Ciências Humanas, a técnica tem sido empregada para compreender fenômenos históricos e geográficos, como demonstram os trabalhos de Gil e Barleta (2015) e Costa, Andrade e Maluly (2021).

A ferramenta se baseia na construção de grafos, onde cada palavra-chave ou conceito é compreendido como um "nó" e cada

conexão entre eles, uma "aresta". A partir desse grafo, é possível realizar uma série de operações para comparar os elementos da rede, como o cálculo de densidade e a aplicação de algoritmos de detecção de comunidades. A proximidade entre os nós pode ser derivada de duas formas: pela pertença a subconjuntos conectados do grafo (coesão) ou pela similaridade na estrutura de suas relações com outros entes (equivalência estrutural). A operacionalização da metodologia se deu por meio do software de uso livre *Gephi*, que permitiu a visualização gráfica das redes e a aplicação de diferentes algoritmos, como o ForceAtlas e o Frushterman-Reingold, adaptados conforme a quantidade e a natureza dos dados analisados, sendo aqui apresentados apenas os resultados obtidos após a análise desses materiais gráficos.

9.1 Dissertações de mestrado

Dos materiais disponíveis em repositórios *online*, um montante de 417 trabalhos, as palavras-chave das dissertações de mestrado entre as décadas de 1990 e 2020 submetidas a análise por redes apresentou 650 nós e de 1998 arestas. Há "nós" que se repetem frequentemente, aparecendo em diversas dissertações. Esse é o caso de palavras-chave como "Geografia Cultural", "Patrimônio cultural" e "Identidade", por exemplo, e estas seriam as mais esperadas em dissertações no âmbito da Geografia Cultural. Porém, há outros de interconexão relevante, como, por exemplo, "Música" e "Turismo". Desta maneira, para demonstrar não apenas a rede estabelecida entre essas palavras-chave, mas também o peso que possui cada uma na totalidade da análise, fatores de proporcionalidade foram implementados, aumentando gradativamente os nós que mais aparecem entre as dissertações e, finalmente, elencando os principais.

Toda a análise que essa ferramenta das redes nos apresenta o seguinte panorama sobre os mestrados em Geografia Cultural no Brasil: as pesquisas priorizam estudos de caso, são em sua maioria trabalhos empíricos, os temas dialogam entre si pela expressiva quantidade de arestas e, pela pouca atomização dos nós, os temas

são plurais e agregadores. A constatação apresentada, no nível de mestrado, tem consonância com o discurso das respostas obtidas na pergunta "O que você entende por Geografia Cultural?" aplicada no questionário, como as relacionadas com as palavras "espaço" no que dizem respeito ao entendimento dos diferentes arranjos espaciais.

O cruzamento da análise das redes com o questionário traz a impressão de que os mestrados assumem um papel mais relacionado a uma produção preocupada com a identificação das pluralidades espaciais, como as dimensões técnicas, concretas e simbólicas que se imprimem geograficamente por meio do olhar cultural. Ao recorrermos aos parâmetros de observação, é possível também afirmar essa tendência por pesquisas múltiplas, diversas, com um horizonte extenso de estudos de casos, que vão desde trabalhos em outras áreas do conhecimento, passam por escolas em Geografia Cultural também variadas e se apropriam de diversos temas dentro dessa área geográfica.

Quando se trata da área de conhecimento, mesmo tendo sido priorizada a busca por pesquisas dentro da Geografia, foi observado que outras especialidades também interessam, o que reforça a ideia de que a produção nesse nível da pós-graduação abrange um expressivo horizonte e corrobora com a ideia de difusão da Geografia Cultural. São exemplos de produções em Letras, Educação, História e Turismo.

No caso das Letras, damos os exemplos de duas pesquisas sobre. A primeira justifica o emprego de referenciais da Geografia Cultural para analisar a relação entre personagem e paisagem em alguns contos do autor paulista Valdomiro Silveira. Numa síntese que emprega autores das escolas francesa (Paul Claval) e da marxista Nova Geografia Cultural, que também possibilitou o emprego de textos de Milton Santos, o autor também inclui a concepção fenomenológica para enaltecer o simbolismo construído pelo indivíduo na paisagem. Outro trabalho que se apropria da Geografia Cultural nas Letras também se preocupa com a paisagem, mas coloca a categoria lugar como auxiliar para sua base de análise em

Geografia Humanista *stricto sensu*. Diante desse interessante arranjo, o autor busca a percepção do espaço na literatura.

Os trabalhos nas áreas de Educação, História e Turismo, de menor aprofundamento teórico em Geografia Cultural do que os de Letras, circulam numa tríade temática sobre construção de narrativas (destaque para Educação), patrimônio cultural (destaque para Turismo e História), e temas da Geografia Cultural renovada. A construção de narrativas ocorreu por meio do registro e análise do discurso de estudantes da Educação Básica, assim como professores no processo de formação deles, para o entendimento da percepção de elementos como a paisagem e o território que se situa a escola e, principalmente, educação escolar indígena. Patrimônio cultural aparece aplicado ao turismo enquanto propostas de roteiros baseados na ideia de turismo cultural, mas também na percepção da sociedade, sendo, mais uma vez, empregada a categoria paisagem enquanto aporte geográfico.

Os temas em Geografia Cultural renovada dialogam também com a construção de narrativas, sendo agora colocado a dimensão das resistências tecidas pela luta de segmentos e também recursos oriundos das artes. Se a expressiva produção que lança mão da Geografia Cultural em outras áreas do conhecimento pode indicar sua difusão, o segundo parâmetro, que são os estudos de caso, pode ser considerado o mais importante pela enorme abrangência de pesquisas sobre os mais diversos tipos de espaços e arranjos verificados. Pela grande repetição, escolhemos os temas de patrimônio cultural e comunidades tradicionais para a visualização de exemplos textuais.

Quando é tratado o patrimônio cultural imaterial, dimensões da identidade e da memória impressas no espaço geográfico são prospectadas de maneira interdisciplinar e em um exercício etnográfico, o que aponta para a tradição da escola alemã, primordial na Geografia Cultural. Junto às dimensões supracitadas, a perspectiva cultural em pesquisas sobre patrimônio cultural imaterial são marcadamente empíricas mas, também, atreladas às categorias geográficas. Ainda dentro de patrimônio

cultural, a produção em Geografia Cultural utiliza alguns ofícios das artes plásticas enquanto objetos de análise para o entendimento das expressões e impressões espaciais. A preservação do patrimônio cultural é mais um elemento de interesse e mais uma vez pode ser verificado que essas pesquisas realizam um exercício de provar o lugar às experiências das pessoas que o habitam. Além do cabedal relacionado aos processos de tombamento, papel do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e demais políticas públicas, a dimensão geográfica aparece na produção do espaço pelas vivências, compreensões e conflitos.

Comunidades tradicionais são corriqueiros estudos de caso nas dissertações de mestrado, como remanescentes de quilombolas, caiçaras e ribeirinhas, relacionadas com manifestações culturais relacionadas às práticas que permanecem no grupo há décadas e direta relação com o extrativismo, sendo esse fator de grande relevância para o viés geográfico da análise. Além do trivial perfil socioeconômico de pesquisas desse tipo, que contam com dados econômicos, sociais e culturais, além de iconografias com gráficos, fotos e mapas, verifica-se uma espécie de exercício para chancelar a pesquisa enquanto geográfica ao explicitar e relacionar de forma incisiva o espaço que habitam e produzem. Novamente, essa tendência na verificação de dados primários, reais, *in loco*, colocam o espaço em evidência. O espaço geográfico nas pesquisas sobre comunidades tradicionais também aparece no emprego das categorias da Geografia, como território, indo na direção da ideia de pertencimento e afirmação de um grupo. Vale destacar o conceito de patrimônio-territorial (COSTA, 2017), algumas vezes empregado para análises sobre práticas de resistência.

Na direção dos conceitos geográficos, terceiro parâmetro para a análise qualitativa dos mestrados, o questionário mais uma vez serviu para indicar os empregados com maior recorrência, sendo estes, além de espaço, lugar e paisagem. Atrelado à perspectiva cultural, lugar aparece como uma categoria que diferencia os agrupamentos humanos, estando relacionado mais uma vez com o empirismo por meio da relação com os costumes, tradições e

resistências, tanto históricas quanto contemporâneas, que propiciam singularidades. A análise do espaço geográfico pelo prisma dos lugares, numa perspectiva histórico-geográfica, conta com um maior número de produções e vão na direção do estudo de estruturas, heranças históricas, ideias, as quais continuam influenciando e transformando a consciência das pessoas e os processos que as redefinem em relação às vizinhanças, aos lugares, às redes sociais e à cidade (KINN, 2006, p. 6). Já as pesquisas que abordam o lugar em uma perspectiva contemporânea priorizam circuitos produtivos, como os de roteiros turísticos e os de certificação de Indicação Geográfica (IG) e Arranjos Produtivos Locais (APL).

A análise em rede nos possibilita observar que lugar é a palavra-chave cujo nó está mais próximo do termo Geografia Cultural, ou seja, é a categoria que mais apresenta diretas relações com essa área da Geografia. A partir dessa constatação, a análise mais profunda dos mestrados indica que muitos trabalhos que priorizam o lugar enquanto conceito abordam música, literatura e, principalmente, festas com motivos religiosos. Música tem no gênero RAP (*Rhythm And Poetry* - traduzindo, Ritmo e Poesia) o maior número de pesquisas, e sua manifestação no espaço por meio do movimento *hip hop*, que une além da música o grafite enquanto arte gráfica e o *break* enquanto dança. O *hip hop* se apresenta como a práxis do sujeito no espaço, tendo como resultado a sua lugarização (MACHADO, 2012). Também, lugar é trabalhado pela perspectiva crítica e pode ser entendido enquanto meio de apropriação e formatação de símbolos globais pela sociedade local, que imprime seus desejos, lutas e reivindicações específicas, numa espécie de antropofagia cultural.

Obras literárias foram empregadas enquanto recursos que estabelecem diálogos com a Geografia e chamam a atenção para as possibilidades de trabalho com fontes e materiais que não eram comuns até a renovação cultural. Mais do que a análise do conceito de lugar, a ênfase no emprego de materiais artísticos se destaca

nessas pesquisas, inclusive abrindo os seus resumos, como uma chancela que remete ao "Homem e a Terra", de Eric Dardel.

O quinto parâmetro de seleção dos trabalhos acadêmicos, que é sobre os temas da Geografia Cultural, vale ser adiantado, pois a categoria geográfica lugar é muitas vezes associada com música, cinema, artes plásticas, gênero e raça. A articulação da arte feita pela Geografia pode ser entendida por Alessandro Dozena (2020, p. 11), como

> a possibilidade de se constituírem em experimentações que transcendem os limites do raciocínio acadêmico formalmente instituído, e tornam-se campos capazes do estabelecimento de um interessante diálogo, plural e motivador. Penso ainda na possibilidade do entendimento de que geografia e arte são transversais à vida humana em suas múltiplas dimensões e envolvem criações: literárias, sonoras, relacionadas a: dança, teatro, desenho animado, arquitetura, escultura, pintura, cinema, design, gastronomia, fotografia, vídeos, cartografia e outras elaborações que se constituem em diálogos possíveis de práticas que enredam as experiências vividas espaço-artisticamente.

As fronteiras disciplinares ao serem articuladas, a despeito dos argumentos que soam enquanto falta de rigor científico, que Dozena (2020) faz questão de apontar como um motivo político para a consolidação das disciplinas científicas como instituições de poder, são vistas como tendência. No que diz respeito aos temas de gênero e raça sob o olhar da Geografia Cultural, o último (raça) é mais presente nas pesquisas entre esses dois que se relacionam com o conceito de lugar, sendo os termos negra(s) e/ou negro(s) presentes 21 vezes em títulos e palavras-chave. Ao realizarmos a análise temporal da recorrência desses termos, verificamos que a primeira vez que consta uma pesquisa desse tipo é no ano de 2006, sendo que até 2012, ano em que foi sancionada a Lei n° 12.711/2012, mais conhecida como Lei de Cotas, aparecem ao todo 6 vezes referências à raça (negra, no caso) ao longo de seis anos. Depois de 2012 até 2020 percebemos um salto no número de pesquisas, pois

ao longo de oito anos passam para 16 as que priorizam raça enquanto objeto de análise em Geografia. Assim, é possível inferir que políticas públicas voltadas às ações afirmativas, no caso para as voltadas ao ingresso no Ensino Superior, tiveram reflexo no tipo de produção em Geografia Cultural, tanto qualitativa (pesquisa sobre raça) quanto quantitativa (aumento da produção científica).

Conforme apontado anteriormente e retornando à análise da recorrência do conceito de lugar nos mestrados sobre Geografia Cultural, os trabalhos que tratam das dimensões do sagrado e do profano, estando dentro do tema da religiosidade, são numerosos e têm nas festas o seu respaldo geográfico, indo na direção da noção de evento pensada por Milton Santos: "A História que se faz e a História já feita; o futuro e o passado que aparece como presente" (SANTOS, 1999, p. 15). Os títulos das pesquisas sobre religião são relevantes indicativos dessa perspectiva de análise do presente por meio do "passado como realização já produzida" (SANTOS, 1999, p. 15) fornecida pela categoria evento, pois além de tratar de patrimônio histórico e produção do espaço, essa genealogia culmina em festas, sendo a festividade a concretização do evento. Lugar comum das pesquisas em religiosidade são as inúmeras citações à Professora Dra. Zeny Rosendahl, sendo tanto por referências indiretas de capítulos dos livros que compõem a coleção Geografia Cultural (EdUERJ), pois é uma das organizadoras juntamente com o Professor Dr. Roberto Lobato Corrêa, quanto por citações, com destaque ao artigo "Território e territorialidade: uma proposta geográfica para o estudo da religião", publicado originalmente em 2005.

A recorrência de pesquisas sobre religiosidade no espaço compreende plurais razões, como históricas quanto geográficas. Por termos sido uma colônia de exploração portuguesa, a religião (no caso a católica) fez parte enquanto política oficial de Estado, estados a formação do espaço brasileiro diretamente relacionada com essa dimensão. Dessa forma, identificar e compreender tais rugosidades religiosas no espaço é um trabalho do geógrafo. Soma-se a isso os eventos que giram em torno de irmandades, a questão

do patrimônio cultural, grupos de pesquisa e, do ponto de vista teórico, o respaldo que a temática produção da Zeny Rosendahl fornece.

A última categoria de análise do espaço da Geografia que se destaca é paisagem, com ênfase ao tipo paisagem cultural, que apesar de ser lugar-comum na Geografia, foram verificadas com razoável expressividade pesquisas nas áreas de arquitetura e desenvolvimento urbano, que na maioria das vezes foram omitidas na seleção em razão da especificidade desta pesquisa em priorizar a Geografia Cultural. Mais uma vez é notável o empirismo e a especificidade dos casos, que por sua vez nos colocam em um horizonte extremamente diverso de localidades no Brasil, ambientes rurais e urbanos, e de cronologia atemporal, pois são tanto sobre o passado quanto o presente. Por não ser uma produção uníssona, entendemos que seu emprego esteja relacionado pela influência da perspectiva humanística na Geografia Cultural, que além de ser muito citada nas respostas do questionário, se dá singularmente (não associada a outras categorias) ou como termo que abre a reposta, com um destaque hierárquico.

Paisagem cultural é referenciada a partir de Sauer em um movimento de distinção do que seria o natural e o cultural, onde "a cultura é o agente, a área natural é o meio, a paisagem cultural o resultado" (SAUER, 1998, p. 59). Esse é o mote teórico, o abre-alas epistêmico, o ponto de convergência que autoriza a Geografia a ser culturalista nos estudos sobre paisagem. A partir daí não há mais uma linha teórica que siga uma escola do pensamento cultural na Geografia, como poderíamos imaginar análises berkeleianas sobre paisagens culturais no Brasil a partir da concepção superorgânica da Antropologia de Kroeber, por exemplo, mas sim a adoção de uma gama de referências plurais do pensamento geográfico cultural, sendo este o último parâmetro de análise da produção acadêmica.

Foi na análise sobre o emprego do conceito de paisagem cultural que melhor pôde-se ver a característica teórico-epistemológica forjada na produção em Geografia Cultural no

Brasil. Conforme apontado, quando a discussão é sobre referências e perspectiva teórica, o uso de bibliografia de nomes da Geografia Cultural tem na escola saueriana o seu ponto de partida, na maioria das vezes, assim como Paul Claval. Sauer é empregado para fins de conceituação, já Claval para fins da historiologia da Geografia Cultural, como a sua proposta de divisão cronológica em três fases (CLAVAL, 1999).

Toda a análise precedente sobre mestrados forneceu as pistas necessárias para entender o que Corrêa (2009) escreveu sobre a natureza da Geografia Cultural, que ao realizarmos a análise das referências e perspectiva teórica, emerge a heterotopia epistemológica, pois "a Geografia Cultural não se constitui em um subcampo caracterizado por uma uniformidade epistemológica, presa a uma ortodoxia" (CORRÊA, 2009, p. 1). A heterotopia epistemológica, também apontada por Duncan (2000), que "estão ora justapostas, ora combinadas, matrizes distintas e posições individualizadas" (CORRÊA, 2009, p. 6), no caso dessa pesquisa é notada não pela forma vulgar, "tendendo a cultura a ser tratada segundo noções do senso comum e por procedimentos usuais, positivistas em muitos casos" (CORRÊA, 2009, p. 1), mas sim porque os fenômenos analisados são múltiplos e diversificados.

Outro exemplo de exercício multi e interdisciplinar aparece na pesquisa que busca articular paisagem física e subjetividade no poema "Morte e Vida Severina", escrito por João Cabral de Melo Neto em 1956. Para isso, o pesquisador lançou mão de um estudo de revisão bibliográfica "que tem como referencial teórico autores como: Monbeig (1940); Segismundo (1949); Ferreira (1990); Marandola (2007); Sousa (2008); Almeida (2010) e Marandola Jr e Gratão (2010)" (NETO, 2011, p. 7). A pesquisa assume que as reflexões apresentadas estão estruturadas sob o prisma da Geografia Cultural, e nessa dissertação que que demonstra a forma pela qual a poética cabralina permite o conversar entre a ciência da Geografia e a arte da Literatura, mais uma vez transparece à guisa um horizonte mais amplo de possibilidades e conclusões, que sem a heterotopia epistemológica isso provavelmente não ocorreria.

Faz coro a tendência heterotópica dos aportes teóricos nos estudos culturais o emprego de autores fora da Geografia. Um dos mais citados é o antropólogo Néstor García Canclini e o seu uso se dá por meio do uso do termo "hibridização", sendo que este parece ser "mais dúctil para nomear não só as combinações de elementos étnicos ou religiosos, mas também a de produtos das tecnologias avançadas e processos sociais modernos ou pós-modernos" (CANCLINI, 2003, p. 29). Nas pesquisas geográficas, seu emprego busca explicar mudanças e permanências no espaço geográfico que afetam as dimensões materiais, simbólicas e paisagísticas, envolvendo tanto o meio físico quanto a vida das pessoas.

Se podemos observar que há uma preocupação comum da produção científica em nível de mestrado seria que são trabalhos propositivos no entendimento das manifestações culturais enquanto ferramenta de organização do espaço. Também, observamos um ecletismo no emprego da teoria que embasa as pesquisas, que dificulta seu entendimento em uma perspectiva de coerência intelectual, respaldada também pelo pequeno referenciamento das correntes em Geografia Cultural. Somado a essa constatação, transparece a heterotopia epistemológica pela abrangência dos fenômenos estudados pela perspectiva cultural.

9.2 Teses de doutorado

A produção científica de teses em Geografia Cultural também seguiu os mesmos parâmetros de investigação estabelecidos para as dissertações, tendo sido fundamental a pesquisa "Abordagens culturais na geografia brasileira: uma compreensão", tese desenvolvida por Almir Nabozny no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), com orientação do Prof. Dr. Álvaro Luiz Heidrich, tendo sido defendida em 2014. O emprego auxiliar deste trabalho se deu por ter realizado a leitura de teses de doutorado do Banco de Teses da CAPES (1987-2012) em busca da compreensão "de que modo ocorreu o processo de autoidentificação das Geografias Culturais

no âmbito político científico da Geografia acadêmica brasileira" (NABOZNY, 2014, p. 9), ou seja, apresenta paralelismo com os objetivos desta pesquisa e fornece material pré-existente para fortalecer o entendimento sobre a produção em Geografia Cultural no Brasil.

São muitos os pontos de convergência entre esta pesquisa e a desenvolvida por Nabozny, que atualmente é docente na Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), sendo que aparecerão excertos fundamentais ao longo deste capítulo de maneira mais frequente e pontualmente em outras partes, mas vale apontar algumas diferenciações: sua análise dos doutorados vai até o ano de 2012 e a nossa avança até a década de 2020; por meio dos relatórios da CAPES, o autor investiga projetos de pesquisa dos docentes vinculados aos Programas de Pós-Graduação em Geografia, já essa pesquisa optou pela apreciação de outro tipo de produção científica, que foram os mestrados; também, a outra pesquisa tracejou a compreensão em leituras do periódico Espaço e Cultural (UERJ, 1995-2011), sendo que aqui a busca em relação a esse tipo de material se deu por meio das palavras-chave e de um espectro maior (e menos específico do ponto de vista temático) de revistas científicas.

Dos materiais disponíveis em repositórios *online*, foram totalizadas as palavras-chave de 160 (cento e sessenta) teses de doutorado entre os anos de 1990 e 2020 submetidas a análise por redes, tendo sido gerados 345 nós e 877 arestas. As interconexões entre as palavras-chave são muito mais tímidas do que nas dissertações e, ao mesmo tempo, a convergência se deu de forma extremamente intensa, dificultando a distinção entre os grupos e as suas relações.

A análise que essa ferramenta das redes proporcionou nos apresenta ao seguinte panorama sobre os doutorados em Geografia Cultural no Brasil: as pesquisas apresentam poucas variáveis pelo grau de profundidade dos objetos de análise estudados e são dissociadas de temas comuns, a exemplo dos parâmetros de seleção desta pesquisa (estudos de caso, conceitos geográficos, perspectiva

teórica e temas da Geografia Cultural), notada pela expressiva atomização das palavras-chave que aparecem na figura da análise em rede.

Pela trivial tendência à verticalização e aprofundamento dos objetos de análise de uma pesquisa em nível do doutorado, algo que reforça o quadro apresentado acima, essa falta de horizontalidades e articulação inter, multi e/ou transdisciplinar é vista no primeiro critério do parâmetro de investigação, que é área de conhecimento, pois há poucos trabalhos que extravasam a Geografia dentro das Ciências Humanas. Estão nas Letras a maior parte das teses fora da Geografia que se apropriam da Geografia Cultural enquanto aporte teórico e, diferentemente dos mestrados, que se preocupavam com a paisagem em grande parte, não há unidade de categoria de análise do espaço, objeto de análise ou localidade, pois há pesquisas sobre o Brasil e de outros países, o que reforça o quadro de dissociação.

Como a ideia é verificar a produção que prioriza a Geografia Cultural, como num esforço de refinamento para apurar as que seriam de temática sobre espaço e cultura, ou ainda pesquisas geográficas de teor cultural, vale referenciar a tese "A representação do espaço nos romances urbanos de Erico Veríssimo: Caminhos cruzados, Noite, O prisioneiro e Incidente em Antares" (2007), de Luzi Lene Flores Prompt e realizada no Programa de Pós-graduação em Letras da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), pois atribui à Geografia Cultural a tendência de estudar literatura vinculada à Geografia. Ademais, se interessa pela perspectiva ambivalente entre o meio físico e a percepção das pessoas proporcionada pela fenomenologia.

Da instância dos estudos de caso mais uma vez verificamos a valorização de pesquisas empíricas, sendo um interessante radar para essa predileção na seleção. Os temas mais recorrentes, constatados pela análise de redes, foram sobre paisagem cultural, patrimônio cultural, estudos sobre o espaço urbano, especificamente as periferias, e turismo cultural. Essa constatação é reforçada por Nabozny (2014, p. 246):

> Em geral, concebeu-se a confluência de esforços para pesquisas qualitativas em que as ações investigativas são associadas com tentativas de diálogos com os sujeitos investigados, ainda que pese a baixa exploração dos contextos dos saberes, a reflexibilidade e a posicionalidade do pesquisador. Esses sujeitos pesquisados compõem grupos minoritários, etnias específicas, comunidades tradicionais, etc., presentes frequentemente nas teses identificadas com a Geografia Social. E são justamente esses sujeitos "não mapeados" que protagonizam os últimos artigos analisados de Espaço e Cultura (final de 2010), figurando também como trabalhos que possuem mais lastros com a pesquisa de campo, entrevistas, dados empíricos, etc.

Esse empirismo não é uma evidência dotada de neutralidade, como se o trabalho de campo fosse puramente intrínseco à *práxis* da pesquisa geográfica, pelo contrário, é provido de intencionalidade. O teor é o de dar visibilidade às pessoas que produzem o espaço e a cultura.

> Também foi expressivo nas teses e nos artigos verificados o número de esforços em torno de técnicas de pesquisas qualitativas, como entrevistas em profundidade, mapas mentais (embora os mapas mentais tenham sido concebidos como metodologia em alguns casos), entre outras orientações, por vezes casadas com estratégias de pesquisas como pesquisa participante, "pesquisação", etc. Essas incursões, em geral, perseguem a ideia de dar visibilidade às "vozes, percepções" e outras expressões dos agentes sociais imbuídos nas pesquisas delineadas. Destarte, nesses modos de autoidentificação com as questões culturais, compondo com uma tradição teórico-metodológica na Geografia, aparece a preocupação mais direta com os modos de se fazer pesquisa e suas prováveis especificidades na ciência geográfica (Nabozny, 2014, p. 250).

Dos conceitos geográficos, terceiro parâmetro investigativo na produção científica, paisagem é o destaque nas pesquisas de doutorado, sendo o segundo maior nó da análise por rede, o que revela a sua expressiva atomização.

> Nas teses, há uma repercussão maior da ideia de paisagem, fenômenos que ajudam a atestar uma Geografia que seduz bastante os novos pesquisadores da Geografia brasileira. As operacionalizações de pesquisas, tanto nos projetos como nas teses, além de reportarem a objetos como obra de arte, a fotografia, cartografia social, dentre outros, figuram, sobretudo, pesquisas qualitativas e fundem numa linguagem científica de ordem compreensiva, menos preditiva/normativa. A paisagem (e as paisagens) também é compreendida enquanto representação, mas articulada às imagens e às formas espaciais no âmbito que são as artes plásticas (pintura) os mecanismos privilegiados de suas apreensões (Nabozny, 2014, p. 259-260).

Paisagem mais uma vez aparece em destaque na produção acadêmica em Geografia Cultural, e parece ser lugar comum, corroborada em excertos do questionário, como: "*Apesar da cultura ser um campo comum para o conjunto das ciências humanas, é a partir da geografia cultural que a paisagem carrega a marca da cultura e é o fator de diferenciação social*"; "*Em minha abordagem, o conceito fundamental dessa corrente é o de paisagem, pois compartilha explicitamente preocupações a propósito da relação da cultura e da política com o espaço*"; "*A paisagem é uma peça-chave da iconografia quando se trata de identidades espaciais*"; "*Não há possibilidade de se falar em paisagem separadamente de seus conteúdos e condicionantes culturais e políticos -- pelo menos no âmbito da geografia humana*"; e "*A paisagem é o grande teatro dos discursos, imagens e narrativas fundadoras de diversos recortes: cidades, lugares, espaços públicos, regiões, nações*."

O quarto parâmetro investigativo, o das referências e perspectiva teórica, a abordagem humanística possibilitada no contexto da Geografia Cultural renovada é notável. Aqui, o emprego metodológico da abordagem contextual se torna eficaz, pois a partir do afastamento das interpretações lineares e finalistas, o desenvolvimento desta subárea no Brasil é mais bem entendido quando verificados elementos históricos, conceituais, econômicos e sociopolíticos, ou seja, as pessoas que fizeram e ainda fazem a Geografia Cultural "são a sua própria cara". A tendência que

aproxima as grandes áreas da Geografia e da Filosofia e foca no sujeito e sua experiência enquanto gerador de ciência tem na já referenciada Profª. Drª Salete Kozel fundamental peça-chave para a influência da perspectiva humanística nos estudos culturais em geografia. Este fato pode ser corroborado em uma resposta da segunda pergunta do questionário, "A sua experiência de docência/pesquisa se relaciona com o tema 'espaço e Cultura' ou propriamente com a Geografia Cultural? Como isso ocorre?", sendo a seguinte: "*Desde o segundo ano da graduação estou envolvido com o tema, que me foi apresentado pela professora Salete Kozel, inicialmente na disciplina de Estudos de Percepção em Geografia*."

Sobre o papel da professora Salete Kozel, frequente nome que aparece como orientadora, e a evidência na perspectiva teórico-metodológica nas produções em nível de doutoramento, Nabozny (2014, p. 237-238) discorre:

> Em conluio com nossas questões de tese, que vislumbram explorar as ações dos grupos e/ou redes na articulação com os sujeitos/geógrafos e os discursos geográficos, a pesquisadora Salete Kozel Teixeira (UFPR/NEER) figura de forma peculiar: como aluna de pós-graduação tem a defesa da tese no ano de 2001 "Das imagens às linguagens do geográfico: Curitiba: a 'Capital Ecológica'" no Programa de Pós-Graduação em Geografia Física da USP, sob a orientação de Maria Elena Ramos Simielli, essa tese é vinculada a questão da percepção. Já em 2011, Kozel orienta a tese "Representações da Paisagem no Parque Nacional de Superagui: a Homonímia Sígnica da Paisagem em Áreas Protegidas", defendida por Helena Midori Kashiwagi, na UFPR, essa tese no banco de dados de teses da CAPES é vinculada a expressão Geografia Humanista.

Além de destacar a tese de doutoramento de Kozel, Nabozny (2014) faz questão de incluir outra pesquisa deste *hall* de linha de pensamento atrelada à perspectiva humanística. Sobre isso, mais uma vez a abordagem contextual serve como ferramenta para evidenciar a linha sucessória de pesquisas no Brasil que vão se interessar pelos estudos renovados sobre Cultura Ontológica, da

hermenêutica e da fenomenologia. Um exemplo é a pesquisa intitulada "As representações espaciais/simbólicas e os sentidos do lugar da festa do boi-à-serra em Santo Antônio de Leverger/MT" (2016), desenvolvida por Maisa França Teixeira no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Paraná, que para compreender o sentido do lugar de uma específica festa popular, recorre ao aporte teórico-metodológico da Geografia cultural em sua vertente fenomenológica a partir das seguintes categorias conceituais:

> O lugar existencial (Tuan) e o corpo-sujeito (Merleau-Ponty). A mencionada festa traduz a complexidade da fala e do corpo de seus participantes. O corpo é vida, tem sentidos dos símbolos, e a linguagem constitui-se em um campo fenomenológico que expressa a comunicação que se faz por signos e significados apreendidos pelos sentidos da percepção. A festividade, base argumentativa da tese, é interpretada pela dualidade das abordagens empirista e intelectualista embasadas no caminho fenomenológico e filosófico de Merleau-Ponty (2011[1]), bem como de Tuan (1983[2]) ao relacionarem os sentidos do lugar considerados um núcleo de valor por meio das relações emocionais que o definem (TEIXEIRA, 2016, p. 15).

Um recurso metodológico bastante empregado nas pesquisas desta filiação teórica são os mapas mentais. Desta forma, da mesma pesquisa Teixeira (2016, p. 179) alega:

> A metodologia utilizada por meio dos mapas mentais, observações e entrevistas procurou considerar a subjetividade dos sujeitos brincantes e a coletividade do lugar festivo. Assim, o universo festivo do Boi-à-Serra teve melhor compreensão, uma vez que os entrevistados destacaram proximidade com os significados simbólicos da festa, enquanto a observação e os mapas mentais favoreceram o contato da pesquisadora com a festividade e as representações associadas à manifestação no lugar da festa em pauta.

[1] Referente ao livro "Fenomenologia da percepção".
[2] Referente ao livro "Espaço e lugar".

Nabozny (2014) referenda a questão sobre os desafios enfrentados pelo fato de que consolidados programas de pós-graduação em Geografia passam a representar certa abertura para trabalhos que fogem uma lógica consolidada de uma tradição do fazer geográfico. Nesse contexto monolítico de cientificidade ancorada em uma tradição histórica e política, nomes importantes emergem nessa mudança de paradigma.

> Sem forjar uma ideia de pessoalização dos discursos, essas linhas de conexões e afastamentos de muito ilustram as primeiras preocupações de pesquisas angariadas por Lívia de Oliveira, do mesmo modo que referenda o nosso argumento de um tensionamento entre discursos que visam a promover mudanças, mas que se estabelecem diretamente no tensionamento (fronteira) e, por vezes, no diálogo com uma tradição do fazer geográfico (NABOZNY, 2014, p. 239).

Além de Salete Kozel na UFPR, no mesmo paralelo teórico-metodológico humanístico em Geografia Cultural foi acima citada a Profª. Drª. Lívia de Oliveira (1928-2020), que foi docente na Universidade Estadual Paulista (UNESP) de Rio Claro, uma das líderes do Grupo de Pesquisa Geografia Humanista Cultural (GHUM) e fundadora da revista Geograficidade, publicação vinculada à Universidade Federal Fluminense (UFF), assim como tradutora dos livros do geógrafo sino-estadunidense Yi-Fu Tuan (1930-2022) para o português. Além da sua vasta produção, Lívia orientou 20 alunos de mestrados e 19 teses de doutorado durante sua vida acadêmica e participou como componente de outras 50 bancas de defesa, de mestrado e doutorado (GEOGRAFIA, 2020).

Dos trabalhos orientados por Lívia, pesquisas qualitativas são proeminentes e termos muito recorrentes são lugar, significado, percepção e experiência, sendo a singularidade das pessoas que vivem e ocupam o espaço, real preferência dos estudos humanísticos, elemento transversal no discurso. A análise dos trabalhos orientados por Lívia de Oliveira tende a uma tríade de relações entre fatos históricos, aspectos geográficos e elementos

culturais. A historicidade e a geograficidade se dão muito pela predileção da categoria lugar enquanto quesito escalar, pois parecem fornecer pistas que traduzem a identidade das pessoas ao longo do tempo e no espaço. A cultura transparece como um elemento de amálgama, que une a dimensão social e técnica com o meio físico, sendo a dimensão que perdura nos espaços pelos anos.

Outro nome recorrente nas orientações das pesquisas foi o da Profª. Drª. Maria Geralda de Almeida (1948-2022), professora e pesquisadora vinculada à Universidade Federal de Goiás (UFG). Dentre uma diversa gama de casos estudados, são mais frequentes comunidades ribeirinhas, festas populares e, em destaque, a manifestação da religiosidade no espaço, com ênfase ao cristianismo pelo histórico da formação territorial do Brasil. Sobre estes trabalhos, chama a atenção a pesquisa intitulada "O protestantismo nas territorialidades e na identidade territorial da comunidade quilombola Kalunga - Goiás" (2016), de Rosiane Dias Mota pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Goiás, por articular um extenso arcabouço teórico em Geografia Cultural renovada com Geografia da Religião. Além de apresentar um notável aprofundamento teórico e alinhamento das referências a uma escola da perspectiva culturalista, esse trabalho, assim como outros do Instituto de Estudos Socioambientais (IESA) da UFG, centro de pesquisa este de destaque no volume de produção, dedicam partes da redação para a exposição e debate teórico da Geografia Cultural, seja a clássica ou a renovada, como que em um movimento de chancelamento desta perspectiva. Na tese citada acima, chega a contar com um apêndice específico sobre Geografia Cultural e Geografia da Religião.

Como o parâmetro agora analisado é o da perspectiva teórica, vale também ressaltar a interessante detecção de que as pesquisas orientadas pela professora Maria Geralda se apresentam de forma muito explícita enquanto produções em Geografia Cultural. Seja pelo aprofundamento do arcabouço teórico apontado acima ou ainda pela apresentação da metodologia na introdução, chegam até

a abrir a redação do resumo. As pesquisas orientadas pela professora servem como gancho para analisar os temas da Geografia Cultural, último parâmetro, pois conforme apontado, é grande a diversidade de estudos de casos e muitos são os exemplos aqui pontuados. Observa-se paralelismo com os mestrados, pois são muito parecidos os temas, a saber: música, cinema, e gênero. Incluímos aqui corpo como mais uma dimensão de análise.

A análise em rede das palavras-chave acusa música enquanto um dos temas mais pesquisados nos doutorados e uma referência comum são os artigos do estadunidense George O. Carney. Expoente para os estudos geográficos que lançam mão da música, principalmente a sua vertente popular, não erudita, seu livro "*The sounds of people and places: readings in the geography of music*" (1978) é clássico referenciado, mas seus textos traduzidos e publicados no periódico Espaço e Cultura e na coleção Geografia Cultural da UERJ são mais comuns. Sua parceria com a geógrafa singapurense Lily Kong é considerada como uma das mais importantes na área de Geografia e Música.

> Ambos publicaram não apenas trabalhos empíricos que abordam a atividade musical dos Estados Unidos e Cingapura, respectivamente, sobre a ótica espacial, mas também desenvolveram análises sobre este subcampo de estudo, cada qual apresentando diferentes linhas de pesquisa já exploradas pelos geógrafos e, além disso, oferecendo propostas de agendas de pesquisa para os novos geógrafos que se interessam pelo tema (CASTRO, 2009, p. 10).

Quando música (inclui também o termo som) é o tema de estudo, verificamos a inserção de partituras musicais nos anexos e no corpo do texto de algumas pesquisas. A isso entendemos que há um conhecimento prévio de teoria musical por parte do pesquisador e que este fato tem peso na preferência da análise geográfica por música. A interpretação de letras musicais nas pesquisas geográficas brasileiras apresenta diversidade de abordagens, interesses e tratamentos metodológicos, que para

Panitz (2016) têm valorizado significativamente a diversidade musical do país e suas relações com as afetividades, as identidades regionais e nacionais, a construção de territorialidades e de discursos geográficos, e as transformações do espaço urbano.

Panitz (2016) visualiza ao menos três abordagens teórico-metodológicas sobre Geografia e música: (1) a calcada na fenomenologia e hermenêutica por meio da Geografia Humanista, sendo que esta utilizou largamente a letra da canção como fonte de pesquisa; (2) em Geografia Social e Cultural, cuja tradição crítica da Geografia brasileira se aporta em referenciais teóricos de outras disciplinas das humanidades e que nesta utiliza-se não só as letras das canções como também a perspectiva do som, as espacialidades da atividade musical e os discursos dos atores produtores da música no espaço; (3) e as voltadas ao ensino de Geografia que empregam a música como elemento lúdico para a construção de conceitos geográficos.

Cinema e Geografia é uma relação já consolidada na academia, sendo considerada uma linha de pesquisa específica que vem sendo chamada no Brasil de "Geografias de Cinema".

> A Geografia Cultural contemporânea engloba, dentre tantas outras linhas de pesquisa, as Geografias de Cinema. As Geografias de Cinema surgem do diálogo entre a Comunicação Social e a Geografia Social, com interfaces entre as representações audiovisuais e as representações sociais. São pesquisas qualitativas desenvolvidas através das técnicas de pesquisa da narratologia fílmica e da análise fílmica, dentre outras. O objeto de estudo das Geografias de Cinema não são os filmes, mas sim as diversas geograficidades que deles podem emergir e suscitar questões de análise diversas para os geógrafos e geógrafas (MOREIRA, 2017, p. 206).

Para Moreira (2017), o país tem tido papel de destaque no desenvolvimento de trabalhos deste teor e conta com uma tríade de tendências na produção de teses: (1) o uso do cinema como recurso didático para o ensino de Geografia, com adesão intermediária dos pesquisadores; (2) a análise de um ou mais temas geográficos a

partir da obra de um cineasta, com o menor número de produção acadêmica; e (3) a de uma tema geográfico específico (cidade, paisagem urbana e rural, região específica), sendo a que apresenta maior adesão entre os pesquisadores.

A análise fílmica do cinema moderno e contemporâneo parece nos apresentar a um novo meio para a análise do espaço geográfico, pois

> por muito tempo, a Geografia utilizou-se do cinema como um recurso puramente didático. Porém esta pesquisa busca comprovar que o cinema, com seus simbolismos e discursos, opera também como um meio de acesso às representações mentais de espaços reais e imaginados, que antes estavam atreladas apenas às experiências corporalizadas, ou seja, às experiências do espaço vivenciado (RADEK, 2018, p. 455).

O movimento observado pelas teses das Geografias de Cinema parece propor uma outra possibilidade de análise do contexto socioespacial que não fique restrito apenas ao trabalho de campo ou de gabinete, mas enquanto uma perspectiva panorâmica para o entendimento e divulgação da Geografia.

As pesquisas sobre gênero trabalham em menor número o conceito de gênero de vida e em expressiva quantidade o gênero feminino interseccionadas com papéis de gênero e seu empoderamento em variados cenários, como em comunidades ribeirinhas, período eleitoral, processos de mudança dos cenários socioespaciais em decorrência da industrialização e urbanização e manifestação popular. A particularidade destes estudos é sintetizada por SUREK (2011), sendo que buscam o entendimento de como ocorre a apreensão da realidade pelas mulheres e a construção da espacialidade feminina determinada pelas relações de gênero.

A inclusão do objeto de análise corpo enquanto um tema da Geografia Cultural não se deu pela sua recorrência de pesquisas, mas sim pelo ineditismo e sintonia com o que há de mais recente

nas perspectivas do pensamento cultural na Geografia, ao que Valverde (2019) chama de "debate na Pós-modernidade", sendo a sexta perspectiva da Geografia Cultural. Corpo não é o único tema de interesse desta escola culturalista, sendo o tema antecedente, gênero, outro exemplo. Referenciado anteriormente e brevemente analisado, estudos de gênero fazem coro com as pesquisas da *New Cultural Geography* que bebem da abordagem marxista para o estudo da cultura de uma forma revisitada, pois não pautam suas narrativas na revolução, mas trilham seu discurso por meio das lutas do fazer diário, ao que Valverde (2019), quando disserta sobre essa perspectiva culturalista pós-moderna, sugere a tendência ao abandono dos quadros estanques e justapostos em nome da proposição de um entendimento e movimento diante das flutuações (da contemporaneidade).

São duas as pesquisas que diretamente têm o corpo enquanto objeto de análise: "Vestida de noiva - as espacialidades da mulher na cerimônia de casamento: uma abordagem comparativa entre Campo Grande e Paris" (2016), de Raquel Lage Tuma pelo Programa de Pós-graduação da Universidade Federal de Goiás e "Geografias do corpo: por uma geografia da diferença" (2014), de Camila Xavier Nunes pelo Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. É importante destacar que apesar de comungarem o objeto de análise, são bem diferentes nos seus estudos de caso, assim como na maneira em que os analisa. Quanto aos que as une, destacamos a experiência trabalhada pelas pesquisadoras, ambas mulheres, que parece envolvê-las com o objeto de pesquisa, além da própria importância do corpo na concepção da Geografia, tida como escala, circunstância e objeto de investigação. Também, o que de mais importante as une são as semelhanças com a teoria não-representacional derivada do Construtivismo Social, algo que pertence à escola culturalista pós-moderna.

A primeira pesquisa objetivou a investigação das espacialidades da noiva como personagem de casamentos heterossexuais e, para isso, relacionou o corpo e ritualística do

casamento. A experiência banal aqui toma corpo na teoria não-representacional pela possibilidade de a observação participante permitir ao investigador explorar a experiência geográfica através do corpo da noiva. Vale também destacar que a pesquisadora trabalhou profissionalmente como organizadora de eventos, fazendo com que sua experiência conte nessa performance, e elementos que interessam nos estudos pós-modernos, como a efemeridade dos típicos frames dos eventos de casamento, da "geografia do que acontece", do *kitsch* (mesmo que de maneira não consciente por parte da pesquisadora), estão bastante presentes.

A segunda pesquisa é um mergulho na teoria não-representacional na Geografia Cultural pelas linguagens corporais assumirem destaque e pela ênfase na diferença e singularidade das experiências no espaço. O interesse pela performance é um dos destaques desta teoria por revelar as relações sociais que podem ser de grande valia para estudos em Geografia Cultural, sendo amplamente analisada na pesquisa. Sobre isso Nunes (2014, p. 101) entende que

> o sujeito contemporâneo incursiona por inúmeras e diferentes lutas hermenêuticas em que seu corpo é mídia e sua performatividade está profundamente envolvida em uma variabilidade composta por estímulos e fluxos comunicativos muito intensos.

Por se concentrar nas práticas, sua análise fornece as informações necessárias para o entendimento inteligível do mundo. Desse modo, a pesquisa reconhece e legitima as manifestações em suas especificidades por meio das práticas espaciais que geram diferentes investimentos sobre o corpo e que influenciam no proeminente de subjetificação (NUNES, 2014), pois sendo cada sujeito único, sua construção na relação intersubjetiva que estabelece com as outras pessoas também os situam no tempo e no espaço em toda a sua multiplicidade.

Da complexa análise do material a partir da análise em rede, percebemos que a despeito dos objetos de análise indicados por

meio das palavras-chave, o que chama a atenção é a ênfase das pesquisas no aporte teórico da Geografia humanista. Apesar da escassa articulação dos termos, entendemos que "paisagem" e "identidade" já poderiam apontar a uma predileção para esses estudos pós-estruturalista, que, ao estarem conjugados em um arranjo por proximidade com "periferia", indicaram também diálogo com outras perspectivas, principalmente a crítica, pela preocupação das reivindicações do coletivo pautadas pela comunidade periférica, e também de gênero, raça, renovação da periferia e políticas de empoderamento, impulsionados por "identidade".

9.3 Artigos científicos

Outra ferramenta para a prospecção de dados sobre a subárea da Geografia Cultural foi desenvolvida, sendo agora um quadro sobre a produção científica a partir de artigos publicados em periódicos brasileiros especializados na área da ciência geográfica. O modelo utilizado incluiu as seguintes variáveis: nome do periódico, ISSN, área de conhecimento, classificação Qualis, periodicidade, ano de criação, instituição responsável, editor responsável, análise das edições (com títulos, resumos e palavras-chave dos artigos).

A ideia de formatação deste quadro a partir das variáveis apresentadas foi entender tanto a quantidade de artigos publicados sobre Geografia Cultural e/ou espaço e cultura, assim como abordagens culturais na Geografia brasileira, o que levanta tanto informações importantes para um panorama geral da produção científica no Brasil, quanto especifica quais são os principais temas e estudos de caso contemplados nestas produções. Por isso, acrescentamos a variável "análise das edições", sendo este espaço destinado à inserção dos títulos dos artigos científicos, resumo e palavras-chave, possibilitando uma melhor visualização dos temas.

Foram 75 (setenta e cinco) as revistas científicas selecionadas, sendo que a leitura dos artigos norteou a inclusão ou exclusão dela nessa etapa de análise de periódicos, sendo que a impressão da potencialidade de diálogo, aproximação com o tema ou efetividade de afiliação deste material com a vertente em Geografia aqui pesquisada foram consideradas. Como a abrangência prospectiva se deu em escala nacional, entendemos que essa etapa da pesquisa assumiu uma posição de fornecer um panorama deste tipo de produção no Brasil, que se assemelha ao que chamamos de estado da arte. Sobre isso, as variáveis forjadas apresentam potencialidade para outras pesquisas mais específicas, como a possibilidade de levantamento dos nomes mais recorrentes na equipe editorial, a recorrência das localidades estudadas em pesquisas empíricas, assim como os mais expoentes centros de produção quando verificada a variável "filiação acadêmica", ou ainda a investigação cronológica para desvendar o ritmo de produção de artigos publicados em periódicos especializados nas últimas décadas sobre Geografia e Cultura.

Nesta pesquisa, elegemos a variável palavras-chave dos artigos científicos para, em um primeiro momento, buscar entender a predileção dos tipos de pesquisas publicadas e, a partir desta inspeção, aprofundar o estudo no que diz respeito às aproximações teóricas e emprego dos conceitos geográficos e temas em Geografia Cultural. Deste agrupamento de informações primárias, disponíveis em periódicos *online* que contam com ISSN e/ou e-ISSN, resultou na análise em rede. Podemos verificar que a quantidade de nós é similar à da análise relativa às dissertações de mestrado - 620 nós -, mas a quantidade de arestas aproxima-se da análise dos Grupos CNPq, - 1525 arestas. Foram analisadas palavras-chave de 266 (duzentos e sessenta e seis) artigos de 15 (quinze) periódicos diferentes. Evidentemente há uma gama de periódicos a serem analisados, mas a amostra se faz pertinente a partir do momento em que ela converge com as redes demonstradas anteriormente e apresentam tendências que rumam de forma gradativa ao aumento com o incremento do campo amostral.

Os 620 nós indicam que a rede compõe-se de pouco menos do que o dobro da quantidade de dados apresentados nas análises (doutorados e grupos e linhas de pesquisas). Já as 1525 arestas apontam para uma interconexão significativa entre as palavras-chave. Assim como na análise de grupos e linhas de pesquisa, ter mais arestas indica uma menor dispersão dos elementos analisados, tendo em vista que eles compõem uma rede mais interconectada. No caso específico dos artigos analisados, a necessidade de apontar as discrepâncias tornou-se mais significativo do que demonstrar suas complementaridades e paralelismos, isto porque determinadas palavras-chave demonstraram uma força gravitacional muito intensa, sendo elas "Geografia", "Cultura", "Identidade", "Território" e "Turismo". Notamos que, diferentemente das análises de doutorados e grupos de pesquisa, há uma hierarquia muito maior nos elementos componentes da rede analítica.

Para a compreensão de como os artigos empregam e articulam as palavras-chave, ao considerarmos que essa pesquisa trabalhou em escala nacional, decidimos que as amostras deveriam contemplar, no mínimo, uma publicação por região político-administrativa do Brasil, seja a localidade estudada enquanto objeto de análise ou a origem da filiação acadêmica da revista.

Temos mais uma vez percebido que a busca por produções acadêmicas que se assumem enquanto da Geografia Cultural, inclusive com letras maiúsculas, é menos recorrente do que as tidas enquanto culturalistas, de abordagem cultural em Geografia ou, ainda, que se interessam pela perspectiva cultural no espaço geográfico.

Uma palavra-chave recorrente foi "Identidade" e pôde-se verificar que está associada com a produção do espaço pela vivência do indivíduo e do coletivo a partir das dimensões sociais, culturais e simbólicas. Neste sentido temos pesquisas sobre a cidade enquanto fonte de inspiração para poesia musicada, relações a partir da análise da paisagem, discussão entre imigração, fronteira e influência na culinária, e a dimensão do sagrado abordada pela Geografia da Religião. Ainda sobre essa palavra-

chave Vallega (2003 *apud* ALMEIDA, 2009) opina sobre sua recorrência ser resultado da influência da primeira das duas vertentes da Geografia Cultural atual, que é a tradicional, pois

> a geografia cultural tradicional, geralmente, é caracterizada pela persistência do interesse por alguns temas como: modo de vida e uso dos recursos naturais por um dado grupo social como indígenas, quilombolas, marisqueiras entre outros; também, pela difusão territorial das manifestações culturais; as regiões ou territórios culturais homogêneos e as especificidades culturais de territórios singulares (ALMEIDA, 2009, p. 249).

Ressaltamos que "Identidade" está atrelado a pesquisas do tipo estudo de caso. Isso se fortalece pelo fato de os pesquisadores dominarem a especificidade dos fenômenos, visto que, na maioria das vezes, são oriundos das próprias localidades investigadas. Com isso, é nítida a predileção pela vertente humanística enquanto base teórica, sendo essa subjetificação oriunda dos sentimentos das pessoas que vivem nestes espaços. Também, a pesquisa por meio de relatos é instrumento fundamental, sendo a construção a partir da relação entre esse indivíduo e o espaço geográfico observado por Nabozny (2014), que percebe nas pesquisas vinculadas à expressão "Geografia Cultural" uma acepção de cultura enquanto fenômeno local, com nuance performática de identidades, hábitos e costumes, do mesmo modo como são enfatizadas as fragilizações das "culturas autóctones" resultantes dos processos de modernização.

Almeida (2009) ainda entende que no contexto dessa Geografia Cultural tradicional os interesses pelos temas relacionados com a palavra "Identidade" são provenientes de uma herança da influência francesa que buscam entender transformações relativas à evolução do espaço geográficos a partir dos diferentes arranjos espaciais. Além da busca pelo entendimento das situações concretas, como verticalização, aparelhos urbanos, fluxos etc., é interessante observarmos os termos "práticas cotidianas" e "diferentes significações"

supracitados, que esses estudos culturais dão ênfase ao/s sujeito/s que habitam e se deslocam no espaço. Nessa mesma leitura, para Almeida (2009) ainda se destacam os estudos sobre o comportamento religioso das culturas, isto é, "as influências exercidas pelas religiões sobre os costumes de um dado grupo social, os sistemas alimentares e comportamentos sociais" (ALMEIDA, 2009, p. 249-250), ou seja, o diagnóstico vai totalmente de encontro ao espaço amostral de artigos que articulam o conceito de identidade por meio da Geografia Cultural.

A palavra-chave "Turismo" se aproximou de "Patrimônio Cultural", "Natureza", "Sustentabilidade" e "Ecoturismo", e mais uma vez observamos essa tendência de base epistemológica no estruturalismo e que faz uso de métodos analíticos que lhe dão uma natureza homogênea atribuída à herança francesa que marcou a Geografia desenvolvida no Brasil. São exemplos pesquisas sobre zona rural, turismo cultural e uso do patrimônio, territórios quilombola e caiçara, e feira e evento cultural.

As publicações sobre territórios autóctones apresentam metodologia similar no procedimento da pesquisa-ação, e quando se trata de desenvolvimento econômico, comungam com a ideia de que o turismo pode ser uma possibilidade se for conduzido de maneira condizente com as especificidades do lugar, a despeito do turismo de massa, predatório. Também sobressaem outras necessidades específicas do lugar que não estão apenas relacionadas com o turismo, pois, como se trata de território de resistência, a organização social aparece como necessária para o seu fortalecimento político no que diz respeito ao diálogo com o Estado. Parece que o sentimento de pertença que resulta nas relações de horizontalidade e solidariedade, apesar de constantemente ameaçadas pela lógica econômica vigente e interesses hegemônicos dos mais diversos, encontra solução na proposição de um desenvolvimento mais coeso nesses casos. Dessa forma, não seria qualquer tipo de desenvolvimento econômico o esperado pelas comunidades, sendo papel do geógrafo propor medidas para organização do espaço que levem em consideração a

dimensão cultural. Esse discurso de verificação e prospecção de dados locais, como se as forças do capital social fossem ascendentes e dependentes exatamente de outra lógica a não ser das transnacionais e de grandes corporações para a valorização do espaço e desenvolvimento da economia, também são verificadas em pesquisas sobre zona rural, feiras e evento cultural. A ideia não é a sobreposição de um e consequente anulamento do outro, mas a verificação de uma certa coexistência entre os atores locais com os de escala mais ampliada.

A refuncionalização do patrimônio cultural é quase uma marca dos artigos sobre turismo. Da perspectiva teórica, a topofilia de Tuan é assinalada enquanto necessidade de esforço para criar empatia no visitante (turista) em relação à vida e aos valores de uma comunidade, em que Silva (2014) entende ser apenas possível por meio da interpretação do patrimônio.

Do termo mais atomizado, que foi "Geografia", estão circundados "Geografia Humanista", "Espaço Geográfico", "Lugar" e "Paisagem", sendo esse arranjo condizente com as categorias que essa abordagem fenomenológica invoca. A proximidade com "Geografia", assim como com "Geografia Cultural" e a presença desse arranjo na região que mais concentra nós indica que a perspectiva humanista é a mais presente nos artigos publicados.

Publicações centradas em lugar e paisagem são as mais numerosas, o que dificulta observar uma perspectiva teórica destas categorias, assim como são diversos os seus empregos e derivações, como paisagens sonoras e não lugar. Como esta pesquisa apresenta um panorama e caminha no sentido de entendimento do que é mais recorrente na produção geográfica sobre cultura, entendemos que o tratamento de lugar na perspectiva da Geografia humanística e sob a ótica do geógrafo sino-americano Yi-Fu Tuan se dá como um espaço de vivências e experiências adquiridas através do tempo e percebido por meio dos sentidos; já o conceito de paisagem recorre ao pensamento de Augustin Berque que, fundamentado na fenomenologia, compreende a paisagem como uma expressão da relação entre o ser humano e o meio

Das relações entre espaço geográfico e lugar, a partir do conceito de topofilia, Tuan (1980) descreve o elo afetivo entre a pessoa e o lugar a partir do que chama de postura cultural. Para Silva (2014), ao analisar o processo de tombamento do centro histórico de Antonina (PR), entende que a preservação da memória histórica "pode aumentar a autoestima da comunidade, trazendo sentimento de identidade" (SILVA, 2014, p. 136) deste lugar. Da importante relação entre a história com o espaço na construção da ideia de lugar, a memória coletiva tem lugar garantido.

Sobre as escolhas de artigos que priorizam paisagem e referenciam a abordagem teórica mais comum, a da escola humanística, foram pinçados dois sobre o sentimento da paisagem, sendo bastante evidente os sentidos humanos nos ensaios geográficos. No artigo "O calor descortinando paisagens: um 'olhar' sobre a cidade de Teresina-PI" o autor propôs estudar as paisagens de uma cidade à luz da Geografia Cultural e concluiu que esse desafio "é, sem dúvida, muito inquietante, porque supõe recortar alguns pontos para fechamento, quando, na verdade, existem inúmeros horizontes e ângulos em aberto para análise e discussão" (ANDRADE, 2020, p. 444). O que essa pesquisa revelou foi que a vegetação tem funcionalidade em razão de suas sombras amenizarem o desconforto térmico.

A outra publicação, "Habitar o terroir do vinho: o sentimento da paisagem de Mendonza, Argentina", foi escolhida por chamar a atenção pela sua construção sobre a relação entre seres e natureza, "tomando como base o conceito de 'habitar poético' de Heidegger, a fenomenologia espacial de Dardel e a geografia emocional de Andreotti" (GABARDO, 2021, p. 113).

> Estas reflexões abrem um campo para a geografia das emoções, ao tratar da relação subjetiva e afetiva dos sujeitos com as paisagens que elaboram. As narrativas permitiram também destacar o papel do sabor como uma forma de registro geográfico, o conceito de terroir como profícuo para compreender a experiência fenomenológica do

> sabor e o vinho como mediador desta relação entre o gosto e a expressão da paisagem (GABARDO, 2021, p. 126).

As dimensões sensíveis da experiência são muito evidentes no texto deste pesquisador, sendo quase impossível uma investigação desta feita exclusivamente em gabinete. Vale novamente aqui incluir a dimensão do empírico, dos dados qualitativos e curiosos recursos narrativos, como o emprego das palavras "perfumadas", "sabor" e "beber" para criar essa esfera simbólica do *terroir*.

A prospecção da produção em Geografia Cultural no Brasil a partir de levantamento bibliográfico tem no periódico "Espaço e Cultura" da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, assim como na coleção de livros com o mesmo nome, a sua principal referência. Além da produção de artigos e ensaios feitos no Brasil, é o grande repositório para acesso aos textos fundamentais traduzidos para o português acerca desta subárea da ciência geográfica.

Do último arranjo propiciado pela análise em rede, "Território" provocou tendências interessantes pela proximidade com "Tradição", "Territorialidade", "*Hip Hop*" e "Memória". Em um primeiro momento, podemos estabelecer algumas relações sobre território nos trabalhos publicados, sendo os seguintes tipos: referentes ao tradicionalismo baseados em um regionalismo cultural, territórios e territorialidades em conflito e disputa, e, por fim, relações entre arte e território, onde entra o termo "*Hip Hop*".

Quando referentes ao tradicionalismo baseados em um regionalismo cultural, temos numerosas pesquisas sobre identidade gaúcha, sendo aqui selecionados exemplos sobre territorialidades históricas e de expansão, e da região Centro-oeste, que parece refletir no protagonismo do Instituto de Estudos Socioambientais (IESA) da Universidade Federal de Goiás (UFG), visto a numerosa produção deste núcleo no balanço dos mestrados e doutorados.

A territorialidade gaúcha vista pelo aspecto de que chamamos de histórico diz respeito à presença da cultura italiana enquanto rugosidade preservada pelos seus descendentes do estado do Rio

Grande do Sul, sendo essa uma singularidade dos territórios originais dos chamados colonos. Para a sua verificação, mais uma vez foi imprescindível o olhar do pesquisador em campo, pois além de coleta de dados de materiais, a apreciação qualitativa da paisagem cultural e do lugar aparecem no discurso. A preferência do autor no emprego da categoria território se deu pela opção de debater as relações de poder e da apropriação espacial somado às suas dimensões material e imaterial, pois é tecido pela apropriação espacial do espaço geográfico no qual o homem passa a estabelecer relações distintas de poder,

> mas também envolve questões como sentimento, emoção, linguagem, que são aspectos da imaterialidade. Além disso, o território pode ser sonhado, ideológico, ou imaginado, já que, às vezes, este permanece apenas na lembrança e pensamento do grupo social ou do indivíduo, podendo efetivar ou não a materialidade territorial (MANFIO e PIEROZAN, 2019, p. 146).

Desta citação, a evidência do autor recai na reterritorialização dos colonos italianos no Brasil, tendo em vista que estes imigrantes do final do século XIX e início do XX passaram a reproduzir sua cultura na ideia de se fazer a América. É por essas marcas híbridas do passado, de sincretismo entre Brasil e Itália, que a pesquisa se desdobra verificando as permanências nos dias de hoje. Costumes, dialetos e tipo de produção são os elementos empíricos deste enraizamento cultural-identitário que provocou a valorização da história e da cultura, "potencializando um sentimento de pertença dos sujeitos locais" (MANFIO e PIEROZAN, 2019, p. 146). Mais do que aspectos de permanência no espaço, entendemos que o emprego da categoria território se daria enquanto fator de resistência oriunda da tradição/tradicionalismo frente aos signos contemporâneos da globalização.

O que foi chamado de territorialidade de expansão pode ser observado no estudo de caso sobre os Centros de Tradições

Gaúchas (CTG), que são núcleos de divulgação da cultura gaúcha a partir do processo migratório. Para Colasante (2015, p. 323)

> Os migrantes gaúchos buscam preservar um pouco da sua tradição através da construção dos CTGs, o que materializa sua territorialidade em várias regiões do país. Por esta razão, é extensa a rede de tradições gaúchas não só pelo Brasil, mas em outros países, refletindo uma cultura extremamente expansionista e coesa.

Da literatura nacional, o emprego sobre território em cultura se dá de forma recorrente por meio da tríade entre Milton Santos, Marcos Aurelio Saquet, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), e Rogerio Haesbaert da Costa, da Universidade Federal Fluminense (UFF). Sobre o último, lance-se mão de sua ideia de desterritorialização e da concepção em quatro vertentes de território, em especial à cultural, que aborda a dimensão simbólica e mais subjetiva do território (HAESBAERT, 2011). A reterritorialização pelo semblante da cultura nestes artigos está na ideia de novas formas de socialização em territórios não originais. Já em territórios originários, a sua marca é a da resistência e busca pela permanência motivada pela disputa territorial.

Luta, permanência e resistência são termos comumente utilizados e relacionados a essas pesquisas pela própria situação em que se situam estes estudos de caso, sendo novamente as derivações no emprego de território articuladas. Questões de gênero são abordadas numa conjunção de pautas reivindicadas que complementam esse movimento de busca por reconhecimento, autonomia e organização do território. A dimensão cultural quando perpassada por esse debate, com ênfase ao feminismo, pode ser entendida enquanto ferramenta de equilíbrio social.

> (...) para estas mulheres o único meio de acabar com as violências de gênero contra seu povo e seus territórios seria a expulsão dos invasores de seus territórios e o resgate cultural de suas ancestralidades. O segundo ponto elencado por elas é a união entre as mulheres, o que podemos chamar de Sororidade. Com isto podem

> quebrar o outro ponto que consideram fundamental: a quebra do machismo sistemático dos homens indígenas com relação às mulheres. Para elas, educar os homens sobre os conceitos de equidade de gênero e feminismo são as ferramentas que resolveriam, em grande parte, estas violências (SANTOS e SILVA, 2020, p. 496).

Como sugere a citação, a educação é um meio para alcançar esse equilíbrio. Outros artigos sobre o tema também seguem essa linha e apontam para o ensino de Geografia. Um exemplo é o Parecer CNE nº 03/2004, ligado à Lei nº 10.639/2003, que tornou obrigatório o ensino de História da África e das culturas afro-brasileiras na educação básica.

A última análise, ainda pelas tendências a partir da palavra-chave "Território", foi orientada pelo nó "*Hip Hop*", que mesmo parecendo ser excepcional dada a sua alta especialidade enquanto fenômeno cultural, já vimos sua recorrência nos trabalhos de mestrado por ser o gênero musical *rap* o com maior número de pesquisas sobre, e, sendo o *hip hop* uma expressão artísticas baseado no *rap*, na dança *break* e nos grafites nos muros, este último também consta na imagem da análise de rede, reforçando a predileção por artigos sobre essa expressão de cultura popular de origem estadunidense.

Dos artigos analisados é bastante evidente a preferência da análise geográfica pela vertente crítica-radical tendo em vista o emprego de referências nacionais e internacionais desta, como Ruy Moreira (UFF), Pierre Bourdieu (1930-2002), David Harvey (*City University of New York*), e, em destacada preferência, o professor Milton Santos, que empresta suas palavras a respeito da identificação de processos globais, como globalização, a sociedade de consumo e a sociedade de informação. Para além do campo material da cultura, a subjetividade é levada em consideração, o que reforça a tendência de diálogo em Geografia Cultural com a perspectiva humanística, como indica Nabozny (2014), e como no artigo de Laitano (2004) o conceito de subjetividade é emprestado do filósofo e psicanalista Félix Guattari (1930-1992), ganha mais

força o ecletismo entre as geografias crítica e humanística, indicada também por ZANATTA (2017) quando chama um subitem em seu artigo de "Similaridades e complementaridade entre as abordagens geográficas: Marxista, Humanista e Cultural".

Félix Guattari (1930-1992) e Gilles Deleuze (1925-1995) criticam o marxismo ao mostrar que a subjetividade não pertence apenas à superestrutura, mas também à infraestrutura do capitalismo. A partir desse princípio de que o sistema cria subjetividades distintas conforme a classe social, o hip hop periférico constrói um sentido de pertencimento entre os jovens. Essa vivência, para Laitano (2004, p. 38)

> é marcada pela existência de amigos presos, mortos ou drogados, pela existência do tráfico, do revide e pela influência dos traficantes na comunidade. E a figura da Identidade é o que afirma e diferencia o Sujeito na sociedade: ser negro e ser pobre, portanto em um grupo de exclusão. Tais figuras substantivam a subjetividade que se constrói nas redes de significação dos sujeitos, no espaço reticulado.

As relações entre arte e território que produzem subjetividades permitem criar, produzir e difundir canções onde são possíveis verificar formas de interferências capitalistas de ordem global e as ações de sujeitos do circuito inferior da economia que procuram alternativas frente às imposições desta ordem hegemônica (CAMPOS e MARQUES, 2008). No contexto das periferias brasileiras

> as letras de músicas nos possibilitam realizar uma abordagem da vida através de uma dimensão imaterial. Procurar reconhecer a vida de parcela significativa da população das grandes cidades brasileiras é uma alternativa para alcançar versos e narrativas que revelam as maneiras de viver ou de conviver em uma cidade e possibilidades de reinventar o cotidiano. Estas apropriações por elementos que vivem o cotidiano nestas cidades nos demonstram como sentem as ações globalizadoras que os atingem, como vivem em um ambiente de exclusão e de necessidades e como pensam em modificar esta

> realidade. A partir de algumas letras de rap é possível identificar situações em que pessoas que se tornem sujeitos se inserem nesta realidade através da criação e de experiências que realizam (CAMPO e MARQUES, 2008, p 250).

A análise de redes sociais (ARS) aplicada aos artigos sobre *hip hop* revela que o movimento cultural mobiliza diversos conceitos da Geografia. Entre eles, destacam-se circuitos, fluxos, redes, centro e periferia, paisagem urbana, desigualdade socioespacial, globalização e o circuito inferior da economia. Essa riqueza temática aproxima os artigos de outras produções científicas. O panorama dos periódicos assemelha-se ao das dissertações de mestrado, pois ambos priorizam estudos de caso e pesquisas empíricas, apresentando comportamento similar na estrutura de nós e arestas. Por outro lado, as teses de doutorado indicam uma preferência teórica pelo "ecletismo superficial" entre as Geografias Crítica e Humanística. Essa articulação serve como respaldo teórico comum nas publicações, funcionando como o amálgama das tendências observadas no mestrado e no doutorado.

9.4 Grupos e linhas de pesquisa

A prospecção dos grupos de pesquisa foi norteada pelas linhas de pesquisa que apresentavam aproximação com temas da Geografia Cultural e enunciados com estudos culturais em Geografia, tendência de métodos e teorias, assim como professores líderes de grupos que tenham orientado pós-graduandos em pesquisas que foram levantadas na lista de mestrados e doutorados desta tese. A busca se deu no Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e priorizou, além da especificidade das linhas de pesquisa supracitada, Ciências Humanas e Geografia enquanto área predominante. Também, deste dos grupos, foram incluídos núcleos e redes de pesquisa justificados pela análise da tese de Nabozny (2014), novamente referenciada por ter tecido análise

sobre os discursos, as ações e as representações dos agentes que integram três grupos/redes de pesquisas frontalmente antenados com a Geografia Cultural, sendo esses o Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Espaço e Cultura (NEPEC), o Núcleo de Estudo em Espaço e Representações (NEER) e o Grupo de Pesquisa Geografia Humanista Cultural (GHUM).

Da década de 1990 a 2020 foram encontrados e analisados 57 (cinquenta e sete) grupos com linhas de pesquisa em Geografia Cultural e demais estudos sobre espaço e cultura. Deste inventário, 8 (oito) não pertenciam diretamente à área predominante em Geografia, sendo essas Antropologia, Filosofia e Geociências com um grupo, Educação com dois grupos e, em destaque, Letras e Linguagens com três grupos. Desta quantificação é interessante a conclusão de Corrêa (2009) sobre os três momentos em que divide a Geografia Cultural no Brasil e fortalece a ideia de que a terceira fase

> trata-se de uma popularização do campo de estudo dentro e fora da disciplina da Geografia, consolidando-se em outras áreas de investigação acadêmica das Ciências Humanas, sobretudo, nos Estudos Literários (ALVES, 2008, 2010, 2011 *apud* TERRERI, 2015, p. 30).

O histórico dos grupos de pesquisa e da consolidação de redes que produzem e se interessam em conhecimento sobre Geografia Cultural tem seu marco histórico na criação do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Espaço e Cultura (NEPEC) em outubro de 1993, pertencente ao Departamento de Geografia da UERJ, evento que marca o primeiro momento da trajetória deste subcampo da Geografia no Brasil (CORRÊA, 2009). Esse marcador temporal, junto com a publicação da Revista Espaço e Cultura (a partir de 1995) e o Simpósio Nacional Sobre Espaço e Cultura em 1998 são tidos enquanto elementos de esforço para a inserção da Geografia Brasileira num percurso de valorização da dimensão espacial da cultura (NABOZNY, 2014).

O NEPEC (2022) apresenta enquanto seus objetivos "resgatar uma tradição geográfica que privilegia a cultura, entendido em sua acepção mais ampla" e "desenvolver estudos e pesquisas que coloquem em evidência as relações entre espaço e cultura, isto é, desenvolver atividades objetivando mostrar a dimensão espacial da cultura", sendo bastante evidente seu interesse as temáticas da retomada da Geografia Cultural caracterizada pela análise em suas dimensões materiais e não materiais. Sobre isso, em sua criação três linhas de investigação constituíram os temas centrais das pesquisas que se desenvolveriam. A primeira linha, espaço e religião, já se constituía em tema de interesse de Zeny Rosendahl que nessa época, concluíra sua tese de doutoramento sobre o centro de peregrinação de Porto das Caixas, na Baixada Fluminense. A segunda linha referia-se ao tema espaço e cultura popular, enquanto a terceira privilegiaria as relações entre espaço e simbolismo. Permeando estas duas linhas estava o interesse de Roberto Lobato Corrêa na geografia cultural como outro caminho para a compreensão da ação humana (NEPEC, 2022).

Sobre esses três temas centrais de pesquisa do NEPEC, Nabozny (2014, p. 47) aponta para "uma vastidão de temáticas e orientações", ao que Corrêa e Rosendahl (2017, p.77) traduzem enquanto uma produção caracterizada pela "diversidade teórica, metodológica e temática, que estão necessitando de uma avaliação mais acurada, a qual demanda mais tempo de pesquisa".

Wolf-Dietrich Sahr (2009) tece críticas à tendência na qual a produção em Geografia Cultural brasileira se aportou pela influência do NEPEC, acusando-a de esquecimentos de outras Geografias Culturais em nome de "reservar-se o direito da solidificação da ciência, neste caso à Geografia Cultural" (SAHR, 2009, p. 270). De forma bastante incisiva, o pesquisador chama a produção do NEPEC de "Geografia Cultural 'carioca'" e defende que esaa "representa apenas uma Geografia Cultural no Brasil" (SAHR, 2009, p. 270). A essa pluralidade de vertentes, o pesquisador entende que o NEER seria um exemplo de grupo de

pesquisa descolonizador que apresenta abordagens diferentes do grupo do Rio de Janeiro (SAHR, 2009).

O Núcleo de Estudo em Espaço e Representações (NEER) tem a sua fundação em outubro de 2004 quando realizada a sua primeira reunião com a participação especial do Prof. Dr. Paul Claval (Universidade de Paris IV), e do Prof. Dr. João Carlos Nucci (UFPR), convidado do grupo de pesquisa Planejamento da Paisagem. Seus membros originais eram o Prof. Dr. Dario de Araújo Lima (FURG), a Profª Drª Salete Kozel (UFPR) e o Prof. Dr. Sylvio Fausto Gil Filho (UFPR) (NEER, 2022).

Ainda que a diversidade de formação dos pesquisadores convidados a compor esse grupo possa ampliar por demais as áreas de investigação, o fio condutor que o fundamenta é o da Geografia Social e Cultural e

> tem em comum a inserção nas áreas cultural, social e ambiental, com presença também em planejamento e educação. Nessa perspectiva, o NEER se propôs a ampliar e aprofundar a abordagem cultural na Geografia, focando nas questões relacionadas aos estudos sobre o espaço e suas representações, entendendo as representações como uma ampla mediação, que permitem integrar o social e o cultural, além de contemplar a temática do ensino de Geografia, sobretudo no Brasil (KOZEL e GIL FILHO, 2014, p. 13).

Sahr (2009), ao comparar o NEER com o NEPEC observa que as abordagens são diferentes, tendo em vista que no mais recente grupo elas se focalizam na percepção, representação, estruturação, ação e territorialização, e se baseiam, assim, numa geografia social com um viés cultural. “Predomina conceitualmente o 'agir' e a processualidade, deixando o 'significado' a um segundo plano” (SAHR, 2009, p. 271).

Essa comparação nos fornece pistas sobre as preferências nas escolas em Geografia Cultural, pois podemos aferir que o NEPEC tem maior interesse no aporte teórico fornecido pelas escolas da metade do século XX, como a francesa e a inglesa relacionada a Nova Geografia Cultural, e o NEER, pela ênfase no agir, aos

debates da pós-modernidade da virada do século atual. Também, podemos aferir que o NEPEC pensou em fazer o lugar central em Geografia e Cultura focando no Rio de Janeiro, já o NEER em fazer lugares múltiplos dos seus simpósios como numa difusão para o Brasil inteiro.

O último grupo de pesquisa da tríade dos grupos mais reconhecidos enquanto pertencentes à Geografia Cultural é o Grupo de Pesquisa Geografia Humanista Cultural (GHUM), que foi fundado em 2008 e tem a sua sede na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal Fluminense (UFF). Inicialmente o grupo se estruturou a partir da linha de pesquisa intitulada "Epistemologia e Metodologia da Geografia Humanista Cultural" para fins de estudo das matrizes filosóficas, teóricas, conceituais e institucionais em diferentes países, onde cada integrante possuía um tema nesta linha, que funcionava como eixo aglutinador dos interesses (GHUM, 2022). Atualmente soma-se a essa linha de pesquisa inicial mais outras duas, sendo essas "Geografia e Arte" e "Lugar, Paisagem e Experiência".

O Prof. Dr. Werther Holzer (Universidade Federal Fluminense) e a saudosa Profª. Drª Lívia de Oliveira (Universidade Estadual Paulista de Rio Claro) foram os fundadores do GHUM, claramente interessados em pesquisas da escola humanista em Geografia Cultural, e a partir desses três grupos apresentados podemos ver outros núcleos de pesquisas foram criados na primeira década do século XXI, atestando a difusão da Geografia Cultural no Brasil (CORRÊA e ROSENDAHL, 2017). Essa difusão pode ser corroborada pelos atuais 57 (cinquenta e sete) grupos de pesquisa mapeados.

Na década de 1990 foram formados apenas 3 (três) grupos de pesquisa, sendo o crescimento visto exatamente no século XXI, com 14 (catorze) novos na década de 2000, 38 (trinta e oito) na década de 2010 e 2 (dois) até o ano de 2020, teto temporal desta pesquisa. O ano de 2017 foi quando mais foram criados grupos, 7 (sete) no total, seguido de 2015 e 2019, com 6 (seis) em cada um destes anos. Devido ao grande volume de material levantado, os nomes das

linhas de pesquisa foram submetidos a uma ferramenta de análise de redes sociais (ARS). O panorama gerado revela que os estudos culturais e o ensino de Geografia se destacam no mapeamento. Esses eixos centrais dialogam diretamente com os demais temas, consolidando uma rede interconectada de interesses de pesquisa.

São 10 (dez) grupos de pesquisa que contam com ensino de Geografia em suas linhas de pesquisa (17,54% do total), sendo que a maioria conta com essa linha conjugada com alguma especificidade, como "Abordagens teórico-metodológicas e práticas para o ensino de Geografia Cultural", "Cultura(s) e ensino de Geografia", "Ensino de Geografia e educação no campo, quilombola e indígena" e "Ensino de Geografia, relações étnica-raciais, sexualidade e ambiente". Como é possível ver, há direta relação entre a Geografia Cultural e a intenção didática, verificada também pela proximidade entre os nós na figura.

No mapeamento da rede social, o conceito central de Geografia Cultural ancora o termo "Comunidades e povos tradicionais", estabelecendo conexões com "Sistemas de Informações Geográficas", "Desenvolvimento Rural" e "Turismo cultural". Essa estrutura é teoricamente integrada pelas vertentes Crítica e Humanística, que encontram na abordagem cultural o seu ponto de amálgama. Sobre a curiosa relação entre os sistemas de informação geográficas (SIG) e a abordagem humanista, Nabozny (2014) ao analisar teses autoidentificadas com essa linha teórica, discorre:

> no caso humanista, vem acoplado com a problematização e/ou representação de possíveis patrimônios culturais, de tal modo que sinaliza um encontro pretérito entre o humanismo e uma discussão geográfica sustentada por modelos espaciais, os quais são, em determinadas instâncias, tipos idealizados de representação do espaço. Todavia, desse feitio, são delineadas expressões de conteúdos simbólicos, valores, dentre outras formas de atribuir sentidos. Isso se desvencilha de qualquer relação com o neopositivismo (NABOZNY, 2014, p. 239).

Sobre esse desvencilhamento intencional com o neopositivismo, Nabozny (2014) justifica que as questões referendadas dos SIGs não remetem a quantificações, mas os relacionam com um eixo importante na figuração metodológica para um planejamento de ordenamento do território, podendo ser corroborada essa sua constatação pelos outros temas deste arranjo, como "Desenvolvimento rural" e "Turismo rural", que caminham na direção de produções vinculadas às questões de temário socioambiental e de sustentabilidade na produção do espaço.

Na trama formada entre Geografias crítica (marxista) e humanista pela perspectiva Cultural, presentes ainda neste arranjo, Zanatta (2017) sobre essa fusão entende que similaridades e complementaridade entre as abordagens geográficas são respostas aos limites das interpretações do mundo centradas nos paradigmas básicos da ciência moderna, sendo que as geógrafas e os geógrafos redimensionam o discurso geográfico por meio da aproximação de linhas de pensamento que até a década de 1980 eram concebidas como opostas. Sobre a aproximação entre as abordagens humanista e culturalista, diz:

> A recente atenção dada às experiências em sociedade, à teia de relações que os indivíduos tecem entre si, à forma pela qual instituem suas comunidades, organizando-as e identificando-se com o território no qual vivem, acabou por aproximar os encaminhamentos humanista e cultural da Geografia contemporânea. Não obstante, o primeiro interessa-se especificamente pelo indivíduo, pela sua singularidade, pelo caráter insubstituível da pessoa e de seus laços com os 'outros' e o segundo dá especial ênfase aos aspectos coletivos, aos grupos e à sociedade. Todavia essas perspectivas não se excluem, ao contrário, complementam-se (ZANATTA, 2017, p. 234).

Na cooperação entre os teóricos da Geografia marxista e humanista no contexto da Geografia Cultural, Cosgrove (2013, p. 6) postula:

> uma tradição humanista dentro do materialismo histórico oferece a estrutura dentro da qual mantém e esclarece os interesses tradicionais da geografia cultural e fornece um contraponto à tendência dentro da geografia radical de reduzir sua problemática a uma espécie de determinismo econômico.

O mapeamento das linhas de pesquisa evidencia o principal achado deste estudo sobre a Geografia Cultural no Brasil. Embora Corrêa (2009) caracterize essa produção acadêmica brasileira como um subcampo desprovido de uniformidade epistemológica e livre de ortodoxias, há uma clara preferência pelas perspectivas crítica e humanista. Essa tendência justifica-se pelo equilíbrio analítico: a vertente crítica oferece maior inteligibilidade às dimensões materiais da cultura, enquanto a abordagem humanista aprofunda a compreensão de seus aspectos imateriais.

A análise temporal dos grupos de pesquisa pode ser efetivada em vista do processo de formação ao longo dos anos e os locais destas agremiações, tendo sido apresentado anteriormente o ritmo pelas décadas, que apontaram para os anos 2010 enquanto período de maior crescimento no número de grupos de pesquisa. Entendemos que os motivos para essa ascensão neste momento são mais externos ao debate cultural em Geografia do que endógenos, como se a expansão dos grupos fosse fruto direto da difusão promovida pelo maior debate nesta subárea. Com certeza é tangente esse maior interesse pela Geografia Cultural como decorrência do maior fluxo de produção e oferta de cursos específicos, mas as políticas públicas do Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) é um elemento mais concreto para o entendimento desse fenômeno. Implantado no governo Lula a partir de 2007, tendo havido também uma primeira fase de expansão do Ensino Superior

Federal, denominada Expansão I, que compreendeu os anos de 2003 a 2007 (BARROS, 2015 *apud* BIZERRIL, 2018), o REUNI aumentou as vagas e expandiu a rede universitária, principalmente das universidades federais pelo processo de interiorização dos *campi* na perspectiva de atender o interior do país. O mapeamento histórico revela que a maior parte dos grupos de pesquisa surgiu em universidades e institutos federais. Durante a década de 2010, período de vertiginoso crescimento acadêmico, a política de interiorização impulsionou a criação de núcleos fora do eixo Sul-Sudeste. Apesar dessa descentralização, os estados de Minas Gerais e do Paraná lideraram o avanço numérico no período, com a abertura de oito e sete novos grupos, respectivamente.

As respostas do questionário aplicado nesta pesquisa trazem fragmentos valiosos para refletir sobre a evolução dos grupos de pesquisa. O cenário inicial da Geografia Cultural na década de 1990 era tímido e instável, marcado pela lenta consolidação do subcampo. Contudo, as duas últimas décadas subverteram esse horizonte com a expressiva ampliação de grupos e produções acadêmicas. A inclusão desses relatos visa reforçar as análises anteriores, dada a clara convergência entre os dados quantitativos e as percepções dos pesquisadores.

Quando perguntados "Como você avalia a seguinte afirmação: a abordagem cultural contribuiu e contribui para a renovação do pensamento geográfico brasileiro.", o entrevistado aponta para a necessidade de mapeamento dos trabalhos e grupos de pesquisa no seguinte intervalo de tempo: "*Creio que a Geografia Cultural e/ou Geografia Humanista tem estimulado um giro de pensamento e de práticas disciplinares, o que é evidenciado fora do Sudeste. Creio, fortemente, que é urgente um mapeamento dos trabalhos desenvolvidos por geógrafos do Norte, do Nordeste, do Centro-Oeste nos últimos 10 ou 15 anos, dos respectivos grupos de pesquisas em consolidação ou consolidados.*"

O que foi feito e apresentado neste capítulo numericamente parece guarnecer a esse pedido, e os resultados podem ser relacionados com a pergunta, sobre a conexão entre a Geografia Cultural e a renovação do pensamento geográfico brasileiro, pois

as respostas afirmativas remeteram à essa consolidação dos estudos culturais tendo em vista o surgimento de novos grupos de pesquisa, como em "*Concordo plenamente. A Geografia cultura foi e continua sendo um respiro de criatividade e inventividade no cenário da Geografia brasileira. Eventos, mesas, grupos de pesquisa são cada vez mais ampliados.*"

Outra possibilidade de análise temporal dos grupos de pesquisa pode ser tecida empregando os próprios enunciados das linhas de investigação para o entendimento de suas variâncias, mudanças e permanências. Das variações de pesquisas no que diz respeito aos temas, linhas e interesses, não foram verificados relevantes mudanças, como em uma ruptura de um paradigma que tenha se estabelecido.

Uma análise mais detalhada da horizontalidade de interesses nas linhas de pesquisa revela o forte apelo ao empirismo. Esse foco é ilustrado por eixos como "Turismo Religioso, Festa e Lugar", "Cartografias Sensíveis: a Arquitetura, a Cidade e a Prática Fenomenológica", "Autonomias, Resistências e Emancipações de Povos e Comunidades Tradicionais" e "Tecnologias Sociais para a Convivência com o Semiárido". Em contrapartida, as investigações sobre teoria e método aparecem em menor escala, representadas por proposições como "História e Epistemologia da Geografia Moderna", "Epistemologia da Fenomenologia" e "Circulação das Ideias e História dos Saberes Geográficos".

Das permanências e mudanças, a quantidade de linhas de pesquisa pouco variou ao longo dos anos quando analisadas agremiação por agremiação, permanecendo com uma média de 5 (cinco) por grupo. Quanto às mudanças, estas foram observadas na especificação crescente do objeto de estudo, que se traduz em mais especificação dos métodos e objetos de estudo. Nessa análise comparativa, breves enunciados (mas de grande abrangência investigativa) compõem, por exemplo, as linhas de pesquisa do prisioneiro NEPEC, como "Espaço e Cultura", "Lugar e Religiosidade" e "Ontologia e Epistemologia" na década de 1990. Dessa essa verticalização epistêmica dos anos seguintes, temos

exemplos como "Memória e Justiça no Meio Rural Paraibano" na década de 2000, "Identidades e Socioespacialidades no Sertão Alagoano" na década de 2010 e "Território e Interseccionalidades: Raça, Gênero, Sexualidade e Questões Sociais no Processo de Construção Espacial".

Para o fechamento deste capítulo, vale destacar o seguinte pensamento da referenciada professora Salete Kozel sobre o papel fundamental dos grupos de pesquisa para o desenvolvimento da Geografia Cultural no Brasil:

> Embora a maioria dos geógrafos brasileiros tenham sua formação na USP ou UFRJ, oriundos da tradicional geografia francesa, ao formar seus núcleos de pesquisa nos programas de pós-graduação, passaram a desenvolver pesquisas em áreas que tangenciam o humanismo, cultura e representação, não encontrando parceiros para dialogar em suas pesquisas. Assim, foi pensado em estabelecer uma rede de pesquisadores que integrasse programas e grupos de pesquisas com vistas à interlocução e parcerias, estimulando as práticas em educação, extensão e gestão sobre a abordagem cultural e a geografia, estimulando o uso e o debate sobre metodologias que tratem as questões pertinentes às diversidades culturais na atualidade regional, rural, urbana e dos territórios tradicionais (KOZEL, 2013, p. 16).

Dos tradicionais centros irradiadores de formação geográfica no Brasil, a formação também tradicional, clássica que funda aqui essa ciência parece também ser uma dificuldade para a abertura e absorção de outras perspectivas, seja em suas pesquisas, na sala de aula ou demais ambientes e níveis deste universo acadêmico. Sendo assim, a formação desses grupos de pesquisa parece ter sido fundamental para a promoção de espaços de debates não necessariamente ortodoxos do ponto de vista teórico tradicional, onde suas existências podem ser metaforizadas enquanto verdadeiras "reservas ecológicas" que coabitam plurais pensamentos, tanto crítico quanto humanista, marxista e renovado, sendo em sua prática e essência, cultural.

Considerações Finais

Uma Síntese dos Caminhos Percorridos

A análise da trajetória da Geografia Cultural no Brasil realizada nesta pesquisa debruçou-se sobre o seu percurso ao longo de trinta anos. Trata-se de um caminho marcado por momentos distintos: desde a sua gênese e fixação inicial em um centro de pesquisa na cidade do Rio de Janeiro, passando — e ainda passando, de certa maneira — pela complexa aceitação no meio acadêmico, até alcançar o contexto mais recente, em que pulsa como uma das subáreas da Geografia de maior interesse por parte de graduandos, professores e pesquisadores.

Neste cenário de terreno irregular — ora mais acidentado, ora menos —, percebe-se que a difusão da subárea nas universidades e centros de pesquisa brasileiros vem sendo marcada pela ascensão, atestada marcadamente pelo montante da produção científica. Essa produção expressa-se, sobretudo, em artigos publicados, seguidos por dissertações de mestrado e teses de doutorado. Embora se trate de um balanço quantitativo tradicional, a prospecção desses materiais — quando comparada empiricamente com outras áreas, somada ao ritmo de produção entre a década de 1990 e as duas subsequentes (2000 e 2010) — revela um quadro de expressiva relevância acadêmica. Neste interim, vale evocar a máxima de Don Mitchell de que "todos querem ser geógrafos culturais agora" (MATHEWSON e SEEMANN, 2008 apud ALMEIDA, 2013, p. 35).

Ao levar em consideração essa trajetória de efetiva difusão no cenário acadêmico nacional, entende-se ser este um fundamento central para a hipótese desta tese: o de que a inserção da Geografia Cultural atuou no processo de transformação dos conceitos e métodos da Geografia brasileira para além dos limites de seu próprio subcampo. Todavia, sabendo que os enunciados da Cultura dentro da Geografia são plurais e não obedecem a uma

tradição única ou a uma evolução linear do pensamento, fez-se necessário recuar às perspectivas geográficas em Cultura a partir da história do pensamento geográfico-cultural. Assim, a verificação das tendências aqui instituídas serviu como aporte teórico para evidenciar o ecletismo que caracteriza a Geografia Cultural no Brasil.

A exposição da diversidade do pensamento cultural na Geografia desenvolveu-se por meio do resgate teórico de escolas tradicionais e da exposição dos fundamentos e objetos de análise das vertentes mais recentes. Percorreu-se a dimensão ontológica dos estudos culturais ratzelianos, a Escola de Berkeley e o conceito de superorgânico, a excepcionalidade da cultura na Geografia Francesa, a perspectiva humanística e seu impacto pela via da psicologia comportamental e da filosofia, a influência dos *Cultural Studies* no desenvolvimento da Nova Geografia Cultural e o debate na Pós-Modernidade centrado na corporeidade e nos estudos não-representacionais do espaço.

Antes de aportar nas filiações e tendências teórico-metodológicas consolidadas no Brasil, foi preciso resgatar as origens desse movimento para precisar o seu recorte histórico. Garantia-se, assim, que a abordagem contextual fundamentasse os ritmos temporais de consolidação da subárea a partir de um lastro histórico específico: a cidade do Rio de Janeiro, na década de 1990, sob o protagonismo da Professora Doutora Zeny Rosendahl. A riqueza dos depoimentos concedidos revelou que a influência direta da Geografia da Religião na gênese da Geografia Cultural é um marco estruturante da produção brasileira. Trata-se de mais uma evidência da transformação para além do subcampo, visto que a dimensão espacial da religiosidade acabou incorporada a cursos e abordagens diversas, como o patrimônio cultural na Geografia Urbana e na Geografia do Turismo. Cumpre ressaltar, do mesmo modo, o papel pioneiro de Lívia de Oliveira nas traduções e adaptações da Geografia Humanística, garantindo o prolongamento dos debates culturais no país. Ambas as

pesquisadoras imprimiram impactos duradouros na Geografia brasileira como um todo.

Com o intuito de ilustrar o impacto inicial dessa abordagem nos estudos em Geografia Humana no Brasil, recorreu-se a metáforas da Geografia Física, especificamente da sismologia. O hipocentro desse "abalo" localizou-se no Rio de Janeiro — mais precisamente no Departamento de Geografia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), onde se liberou energia a partir de 1993 com a criação do Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre Espaço e Cultura (NEPEC) por Zeny Rosendahl. Por sua capacidade de aglutinação, sistematização e debate, o NEPEC projetou contribuições que extrapolaram os temas e métodos de seus fundadores. Por sua vez, a localização dos epicentros — os pontos da superfície onde o tremor é sentido — revelou-se difusa, dada a espacialização de grupos de estudo, laboratórios e centros de pesquisa por diversas universidades. Para além das localizações, buscou-se compreender a profundidade focal (a distância entre hipocentro e epicentros), mensurada nesta tese pelo exame sistemático do acervo acadêmico que traduz o itinerário da Geografia Cultural no Brasil.

Para operacionalização a apreensão dessa profundidade focal e compreender a estrutura subjacente a esse campo teórico, a adoção da Análise de Redes Sociais (*social network analysis*), ou ARS, em articulação com a abordagem contextual, provou ser uma estratégia de elevada eficácia. A aplicação da ARS permitiu revelar a "heterotopia epistemológica" que caracteriza a Geografia Cultural brasileira. A técnica não apenas ilustrou a conectividade entre os fenômenos e pesquisadores, mas permitiu mapear a estrutura interna das pesquisas, identificando as escolas de pensamento predominantes (como a humanística e a crítica), bem como as suas zonas de diálogo e de silenciamento. A análise demonstrou que a diversidade de enfoques (Berkeley, Francesa, Humanista, Nova Geografia Cultural) não se traduz em compartimentos estanques na produção acadêmica nacional, mas sim em uma complexa rede

de influências que se sobrepõem e se complementam na prática da pesquisa geográfica no Brasil.

A investigação da espacialização da subárea confirmou a ampliação de seus horizontes, constatando-se uma oferta quase generalizada de disciplinas sobre Geografia Cultural — ou correlatas às relações entre espaço e cultura — no território nacional. Contudo, embora os números absolutos indiquem um cenário motivador, o exame das ementas revela que os conteúdos culturais muitas vezes são abordados de forma periférica. Privilegiam-se os fenômenos culturais em si em detrimento de suas relações estritamente espaciais, e a própria denominação das disciplinas frequentemente sinaliza um teor secundário ou introdutório.

No âmbito da pós-graduação, percebem-se as permanências de uma institucionalização seletiva, derivada do contexto tardio em que a Geografia Cultural se firma no Brasil (CORRÊA e ROSENDAHL, 2008), somada à hegemonia de um modelo nomotético na Geografia (ALMEIDA, 2009, 2013). Isso se evidencia na menor abrangência formal dos programas e na oferta restrita de disciplinas específicas. Como na graduação, as ementas da pós-graduação ainda trazem pouca menção direta ao termo Geografia Cultural, a seus objetos específicos ou às suas bibliografias de referência. Não obstante esse quadro na estrutura curricular formal, é na pós-graduação que se observa o mais expressivo e crescente interesse pela subárea.

A identificação de mais de quatrocentas dissertações de mestrado, quase duzentas teses de doutorado e mais de 75 revistas científicas que veiculam pesquisas em interface com a abordagem cultural consolida essa trajetória de ascensão no ensino superior em menos de três décadas. Considerando que o levantamento delimitou-se aos acervos *online* — e sabendo que a digitalização sistemática teve início apenas em meados dos anos 2000 —, é bastante provável que o montante real da produção seja ainda superior.

No universo dessa produção, verifica-se um forte paralelismo entre as dissertações de mestrado e os artigos científicos no tocante ao perfil da ciência produzida. Ambas as modalidades priorizam estudos de caso empíricos e demonstram predileção por temáticas convergentes. Conforme também apontado por Nabozny (2014), os vínculos principais incidem sobre a cultura compreendida como fenômeno local, identidades, hábitos e costumes, destacando-se os modos de vida e o uso de recursos naturais por grupos sociais — frequentemente populações tradicionais —, bem como a difusão de manifestações culturais e a produção do espaço mediante rugosidades na paisagem, singularidades do território e especificidades do lugar. Nesse rol de preferências, a religiosidade e suas múltiplas dimensões (o sagrado, o profano, as festas, os templos) atuam como uma dimensão sincrônica constante.

No plano teórico-metodológico, a análise conjunta de mestrados e artigos reafirma a convergência entre esses materiais, sendo as dissertações o campo mais translúcido para a identificação de tendências e afiliações. Esse quadro aproxima-se do que Corrêa (2009) e Duncan (2000) conceituam como heterotopia epistemológica. A ausência de uniformidade epistemológica manifesta-se na marcante variação do emprego de conceitos derivados de matrizes distintas da Geografia Cultural — desenvolvidas, sobretudo, a partir de Berkeley na primeira metade do século XX. Essa justaposição de quadros teóricos tanto pode representar uma estratégia deliberada para dar conta de fenômenos múltiplos e complexos que orbitam a cultura, quanto pode sinalizar o uso banalizado de conceitos decorrente do desconhecimento das origens e debates do pensamento geográfico-cultural.

Por sua vez, as teses de doutorado — em função da maior profundidade exigida e da menor variação de objetos de análise — constituíram o material ideal para a visualização dos aportes teóricos de fundo. Destacam-se a marcante influência da abordagem humanística (focada na percepção e na subjetividade) e o emprego da abordagem crítica (voltada às representações sociais e materiais no plano coletivo). Como infere Zanatta (2017), as

possibilidades da abordagem cultural contemporânea são múltiplas: a convergência entre a Geografia Humanista (fundada na fenomenologia) e a Geografia Radical (alicerçada no materialismo histórico-dialético) torna-se possível pela complementaridade na interpretação das dimensões imaterial e material da cultura no espaço. Contudo, nota-se com frequência um ecletismo superficial entre essas duas correntes na produção brasileira, sob a premissa de um suposto compartilhamento de pressupostos sobre o significado da cultura. Embora Cosgrove (2013), em "Em direção a uma geografia cultural radical: problemas da teoria", defenda que a Geografia Cultural possa atuar como prática revolucionária ao desvelar a ação simbólica na produção da paisagem e ao criticar as formas de alienação capitalista, o pouco aprofundamento das bases da *New Cultural Geography* na produção brasileira revela ainda certa fragilidade na articulação analítica dessas vertentes.

A metáfora da profundidade focal permitiu captar essas finas nuances da produção acadêmica ao longo de trinta anos. O panorama teórico-metodológico de sua institucionalização (1990–2020) encontra-se sintetizado no esquema a seguir:

Esquema do panorama teórico-metodológico
de 1990 a 2020 da Geografia Cultural no Brasil.



Organização: Bruno Picchi.

Esse panorama analítico evidencia a permanente influência do pensamento francês, marca originária da Geografia acadêmica no Brasil em razão das missões universitárias fundacionais na Universidade de São Paulo (USP), cujos traços se perpetuaram na formação de docentes egressos de sua pós-graduação. Nessa tradição, a cultura foi reiteradamente tratada como um epifenômeno — subalterna no plano teórico em relação às esferas política e econômica —, o que historicamente dificultou o diálogo com abordagens culturais desenvolvidas no exterior. Como consequência, a apropriação por vezes acrítica dos conceitos enfraqueceu as possibilidades de debate denso, resultando na articulação superficial entre as perspectivas crítica e humanística. Nessa apropriação eclética, a dimensão simbólica do indivíduo (oriunda da fenomenologia) surge frequentemente atrelada à materialidade (via crítica socioeconômica ou resistência ao meio técnico-científico-informacional) como um requisito para que a pesquisa cultural obtenha legitimidade perante os padrões tradicionais da disciplina.

Nesse ambiente de ampliação do diálogo, Almeida (2009) reforça a tese de um "rico mosaico com pouca coerência metodológica", fenômeno também verificado em escala internacional. No Brasil, esse ecletismo reflete-se nos grupos de pesquisa e em suas linhas de investigação, que corroboram a predileção pelos estudos empíricos. Destaca-se que a formação desses grupos foi decisiva para a difusão da subárea: diante do difícil acolhimento nos centros tradicionais de formação, a interiorização e a migração para novas instituições foram indispensáveis para abrir espaço a novas abordagens. Assim, os epicentros da Geografia Cultural encontram-se hoje difusos no território nacional: na Região Sul (com destaque para as pesquisas na UEPG e na UFPR em Paraná); no Centro-Oeste (com a UFG); e no Sudeste (pela tradição do NEPEC na UERJ). Adicionalmente, o NEER (Núcleo de Estudos em Espaço e Representação), por sua estrutura descentralizada e itinerância de colóquios, atua como um vetor fundamental de expansão da subárea.

Esses achados justificam os adjetivos atribuídos no segundo capítulo, intitulado "A institucionalização seletiva e involuntária: o estado da arte da Geografia Cultural no Brasil, 1990-2020". A institucionalização deu-se de forma seletiva porque a Geografia Cultural não penetrou de forma homogênea em todas as universidades, mantendo-se restrita ou tímida em função da formação acadêmica tradicional dos corpos docentes. E deu-se de forma involuntária porque o expressivo aumento da produção científica e o poder de capilaridade da subárea não decorreram de um planejamento institucional centralizado, mas sim da ação orgânica e persistente dos grupos de pesquisa. Esse movimento não apenas consolidou a subárea, mas oxigenou o fazer geográfico como um todo.

No debate conceitual, Valverde (2019) pondera que as definições, metodologias e objetos da Geografia Cultural Tradicional, Humanista, Nova Geografia Cultural e Geografias Pós-Modernas são frequentemente confundidos, quando deveriam ser compreendidos como respostas a questões distintas. Essa perspectiva sistematizada contrapõe-se ao caráter excepcionalista da tradição francesa — defendida por Claval (2007) a partir da ideia de uma linha evolutiva única da cultura. O emprego excepcional e fragmentado da cultura no processo de institucionalização reforça a constatação de que o estado da arte teórico-metodológico da Geografia Cultural no Brasil é, no presente momento, mais bem apreendido sob a noção de heterotopia epistemológica.

Por fim, cabe registrar que o uso da grafia em maiúsculas para Geografia Cultural ao longo deste trabalho (salvo em citações diretas) constituiu uma escolha deliberada. Buscou-se afirmar e reafirmar a sua condição de subárea autônoma da ciência geográfica, dotada de marcos teóricos próprios e expressiva produção científica. Trata-se de reconhecer que a Geografia Cultural goza do mesmo *status* epistemológico dos demais ramos da Geografia e que, a julgar pelo seu ritmo de difusão, continuará a expandir suas fronteiras na pós-graduação, na graduação e nos centros de pesquisa. Sua consolidação alterou o cenário acadêmico

brasileiro ao demonstrar que o estudo das relações entre espaço e cultura extrapolou os limites do subcampo, projetando-se sobre a Geografia como um todo e dialogando com áreas extra geográficas — o que confirma plenamente a hipótese central desta tese.

Quanto às tendências e perspectivas futuras, a Geografia Cultural brasileira dispõe hoje de maturidade quantitativa e alcance nacional. Respaldada por um exercício teórico-metodológico cada vez mais apurado e consciente de suas múltiplas matrizes, a subárea reúne todas as condições para se firmar como uma das abordagens mais vigorosas, influentes e expoentes da Geografia contemporânea na investigação das complexidades do mundo atual.

Referências

ABBAGNANO, N. *Dicionário de filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

ALMEIDA, M. G. de. Aportes teóricos e os processos epistemológicos da geografia cultural. *Geonordeste*, São Cristóvão, ano XIX, n. 1, 2008. p. 33-54.

ALMEIDA, M. G. de. Fundamentações teóricas e perspectivas na Geografia Cultural. *Geografia e Pesquisa*, Ourinhos, v. 7, n. 2, p. 28-43, 2013.

ALMEIDA, M. G. de. Geografia cultural: contemporaneidade e um flashback na sua ascensão no Brasil. In: MENDONÇA, F. de A.; LÖWEN-SAHR, C. L.; SILVA, M. da (org). *Espaço e tempo:* complexidade e desafios do pensar e do fazer geográfico. Curitiba/Antonina: ADEMADAN, 2009. p.243-260.

ALMEIDA, M. G. de. Território quilombola, etnodesenvolvimento e turismo no nordeste de Goiás. *Ra´ega*, Curitiba, v. 40, p. 130-144, ago. 2017.

ANDERSON, B.; HARRISON, P. *Taking-place: non-representational theories and geography*. Surrey: Ashgate Publishing, 2010.

ANDRADE, C. S. P. de. O calor descortinando paisagens: um "olhar" sobre a cidade de Teresina-PI. *Geografia:* Publicações Avulsas, Teresina, v. 2, n. 1, p. 444-461, jan./jul. 2020.

BARROS, N. C. C. de. Especiação na antropogeografia de Frederico Ratzel. *Revista de Geografia*, Recife: UFPE – DCG/NAPA, v. 24, no 1, jan/abr. 2007.

BATISTA, M. R. de S. *O patrimônio cultural através da fotografia e a fotografia como patrimônio cultural: interfaces entre fotografia e*

patrimônio. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2017.

BELLENZIER, A. P. *O pombo urbano:* paisagens do outro. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014.

BERDOULAY, V. A abordagem contextual. *Espaço e Cultura*, [S.l.], n. 16, out. 2013. p. 47-56.

BERDOULAY, V. *A escola francesa de geografia:* uma abordagem contextual. São Paulo: Perspectiva, 2017.

BERTONI, E. Pioneira na geografia da religião. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 2 dez. 2010. Cotidiano.

BIZERRIL, M. X. A. A expansão das universidades federais brasileiras e sua potencial contribuição ao desenvolvimento do país. In: *CONFERÊNCIA FORGES*, 8., 2018, Lisboa.

BOAS, F. *Anthropology and modern life.* Nova Iorque: The Norton Library, 1962.

BOAS, F. *General Anthropology*. São Francisco: D. C. Heath and Company, 1938.

BOBSIN, A. da S. *Galpões do Vale do Rio Três Forquilhas (RS):* hibridismo e paisagem cultural. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

BOMFIM, P. R. de A. Pierre Gourou, civilização e trópicos. *Terra Brasilis* (Nova Série), 9, 2017.

BONFIM, W. M. F. *Os filigraneiros de Natividade, Tocantins:* patrimônio imaterial, identidade e turismo. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Tocantins, Porto Nacional, 2019.

BRUNHES, J. *Human geography.* Londres: George G. Harrap & Co., 1920.

CALVENTE, M. del C. M. H. Questões sobre identidade territorial caiçara e turismo de base local. *Revista da ANPEGE*, [S.l.], v. 11, n. 16, p. 151-172, 2017.

CAMPOS, M. C.; GALLINARI, T. S. Permanência e resistência das comunidades remanescentes de quilombos no Paraná. *Geosaberes*, Fortaleza, v. 8, n. 15, p. 131-142, mai./ago. 2017.

CAMPOS, R. R. de. A escola alemã de geografia. *Geografia*, Rio Claro, Vol. 26 (2): 9-67, agosto 2001.

CAMPOS, R. R. de; MARQUES, E. R. C. O rap como uma possibilidade para o ensino de geografia. *Geografia*, Rio Claro, v. 33, n. 2, p. 235-252, mai./ago. 2008.

CANCLINI, N. G. *Culturas Híbridas:* Estratégias para entrar e sair da modernidade. São Paulo: Edusp, 2003.

CARDOSO, E. S. Paisagens e lugares ribeirinhos – conflitos e identidade no baixo curso do Rio de Ondas, Barreiras, Bahia. *OLAM – Ciência & Tecnologia*, [S.l.], v. 1, n. 2, p. 59-79, jun./dez. 2013.

CARVALHO, M. B. de. Ratzel: releituras contemporâneas. Uma reabilitação? *Revista Terra Livre*, n. 13, ago 1997.

CASTRO, D. de. Geografia e música: a dupla face de uma relação. *Espaço e Cultura*, [S.l.], n. 26, p. 7-18, jun./dez. 2009.

CELESTINO, L. F. *A produção do espaço urbano em Cachoeira/BA:* patrimônio cultural no contexto dos espaços concebidos, percebidos e vividos. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.

CLARKE, J. Taking a cultural turn? Struggles over the social in social policy. In: COOK, I. et al. *Cultural turns/geographical turns: perspectives on cultural geography.* Nova Iorque: Routledge, 2000, p. 54-65.

CLAVAL, P. A contribuição francesa ao desenvolvimento da abordagem cultural na geografia. In: CORRÊA, R. L.;

ROSENDAHL, Z. (Org.). *Introdução à geografia cultural.* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. p. 147-166.

CLAVAL, P. *A geografia cultural.* Florianópolis: Ed. da UFSC, 2007.

CLAVAL, P. A geografia cultural: o estado da arte. In: ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R. L. *Manifestações da cultura no espaço*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999. p. 59-98.

CLAVAL, P. O papel da nova geografia cultural na compreensão da ação humana. In: ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R. L. *Matrizes da geografia cultural.* Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001. p. 35-86.

COLASANTE, T. A territorialidade gaúcha no norte do Paraná: apontamentos sobre identidade, migração e cultura nos Centros de Tradições Gaúchas. *Geosaberes*, Fortaleza, v. 6, número especial (2), p. 312-324, 2015.

CONCEIÇÃO, T. C. F. da; CARNEIRO, R. N. Cultura, feira de negócios e espaço em Pau de Ferros-RN. *GEOTemas*, Pau de Ferros, v. 11, p. 1-19, 2021.

CORRÊA, R. L. A paisagem geográfica – uma bibliografia. *Espaço e Cultura*, [S.l.], n. 4, p. 50-54, jul. 2013.

CORRÊA, R. L. Carl Sauer e a escola de Berkeley – uma apreciação. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Org.). *Matrizes da geografia cultural*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001. p. 9-34.

CORRÊA, R. L. Conferência região cultural – um tema fundamental. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Org.). *Espaço e cultura: pluralidade temática*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2008. p. 11-43.

CORRÊA, R. L. Sobre a geografia cultural. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*. [online]. 2009.

CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. A geografia cultural brasileira: uma avaliação preliminar. *Revista da ANPEGE*, [S.l.], v. 4, n. 04, p. 73-88, jul. 2017.

CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. Geografia cultural: introduzindo a temática, os textos e uma agenda. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Org.). *Introdução à geografia cultural*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. p. 9-18.

COSGROVE, D. E. Em direção a uma geografia cultural radical: problemas da teoria. *Espaço e Cultura*, [S.l.], n. 5, p. 5-29, jun. 2013.

COSGROVE, D. E.; JACKSON, P. Novos rumos da geografia cultural. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Org.). *Introdução à geografia cultural*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. p. 135-146.

COSTA, E. B. Ativação popular do patrimônio-territorial na América Latina: teoria e metodologia. *Cuadernos de Geografía:* Revista Colombiana de Geografía, Bogotá, v. 26, nº 2, jul.-dez. 2017. p. 53-75.

COSTA, E. B.; ANDRADE, A. B.; MALULY, V. S. Lo urbano y la economía espacial de Brasil en el siglo XVIII. *América Latina en la Historia Económica*, v. 28, n. 3, 2021. p. 1-28.

DARDEL, E. *O homem e a terra: natureza da realidade geográfica*. São Paulo: Perspectiva, 2011.

DE LA BLACHE, P. V. Les genres de vie dans la géographie humaine: premier article. *Annales de géographie*, Paris, v. 20, n. 111, 1911, p. 193-212.

DUARTE, R. H. "Com açúcar, com afeto": impressões do Brasil em Nordeste de Gilberto Freyre. *Tempo*, 10 (19). 2005.

DUNCAN, J. S. Após a Guerra Civil: reconstruindo a geografia cultural como heterotopia. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. *Geografia cultural: um século (2)*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2000. p. 61-83.

DUNCAN, J. S. O supraorgânico na geografia cultural americana. *Espaço e Cultura*, Rio de Janeiro, n. 13, p. 7-33, jan/jun. 2002.

DUNCAN, J. S. O supra-orgânico na geografia cultural americana. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Org.). *Introdução à geografia cultural*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. p. 63-102.

FELIPPE, M. F. *(Re)Conhecendo o ciclo hidrossocial:* os movimentos da água na comunidade quilombola da Tapera (RJ). Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2019.

FERREIRA, N. S. As pesquisas denominadas "estado da arte". *Educ. Soc*. [online]. 2002, vol.23, n.79, pp.257-272.

FORTUNATO, I. *Pateo do Collegio*: um lugar na cidade de São Paulo. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2014.

FRANGELLI, P. A geografia da religião no Brasil: intelectuais pioneiros, propostas e metodologias de estudo. *Espaço e Cultura*, n. 31, p. 40-65, jan/jun. 2012.

GABARDO, W. Habitar o terroir do vinho: o sentimento da paisagem de Mendonza, Argentina. *GeoTextos*, [S.l.], v. 17, n. 27, p. 113-128, jul. 2021.

GARBUIO, M. *Percepções da sociedade sobre o patrimônio cultural edificado de Ponta Grossa/PR:* Colégio Estadual Regente Feijó, Estação Paraná e Vila Hilda. Dissertação (Mestrado em Gestão do Território) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2019.

GEOGRAFIA. Agraciamento da geografia à Lívia de Oliveira e a seu legado. *Geografia*, Rio Claro, v. 45, n. 1, p.187-188, jan-jun. 2020.

GIL, T. L. Elites locais e suas bases sociais na América Portuguesa: uma tentativa de aplicação das social network analysis. *Revista Brasileira De História & Ciências Sociais*, 3(6). 2015.

GIL, T.; BARLETA, L. Formas alternativas de visualização de dados na área de História: algumas notas de pesquisa. *Revista História*, São Paulo, v. 173, p. 427-455, 2015.

GOMES, A. C. R. *Patrimônio cultural imaterial*: o tradicionalismo sul-rio-grandense e a multiterritorialização da identidade. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2010.

GOMES, P. C. da C. *Geografia e modernidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2016.

GONZAGA, T. P. de A. *Da arte ao ofício à produção de um lugar*: o Alagamar: Pirambu (SE). Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2009.

HAESBAERT, R. *O mito da desterritorialização:* do "fim dos territórios" à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade.* Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HARTSHORNE, R. *The nature of geography:* a critical survey of current thought in the light of the past. Pensilvânia: Association Lancaster, 1939.

HOLZER, W. A geografia fenomenológica de Eric Dardel. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. *Matrizes da geografia cultural*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.

HOLZER, W. Paisagem, imaginário, identidade: alternativas para o estudo geográfico. In: ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R. L. *Manifestações da cultura no espaço*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999. p. 149-168.

HOLZER, W. *Um Estudo Fenomenológico da Paisagem e do Lugar:* A Crônica dos Viajantes do Brasil do século XVI. 1998. 257 fls. (Tese). Universidade de São Paulo. Departamento de Geografia. São Paulo, 1998.

JAMESON, F. *El giro cultural*: escritos seleccionados sobre el posmodernismo 1983-1998. Buenos Aires: Manantial, 2002.

KINN, M. G. *Negros congadeiros e a cidade*: costumes e tradições nos lugares e nas redes da congada de Uberlândia-MG. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

KOZEL, S. Um panorama sobre as geografias marginais no Brasil. In: HEIDRICH, A. L; COSTA, B. P da; ZEFERINO PIRES, C. L. *Maneiras de ler:* geografia e cultura. Porto Alegre: Imprensa Livre, 2013.

KOZEL, S.; GIL FILHO, S. F. Rememorando a trajetória... 10 anos de NEER. *Núcleo de Estudos em Espaço e Representações*, 2022.

LAGARES, M. *A festa de São João Batista:* da genealogia dos lugares às redes sociais e a (re)conformação do território. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2009.

LAITANO, G. S. Os territórios, os lugares e a subjetividade: construindo a geograficidade pela escrita no movimento hip hop, no bairro Restinga, em Porto Alegre/RS. *Espaço e Cultura*, [S.l.], n. 17-18, out. 2013.

LEE, T. B. Before-and-after maps show how freeways transformed America´s cities. *Vox*, 2016.

LEOPOLDINO, A. P. de C. C. *Romances de vida-seca:* diálogos entre geografia e literatura nos lugares "das Alagoas". Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.

LÉVY, J. Qual o sentido da Geografia Cultural?. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, Brasil, n. 61, p. 19-38, ago. 2015.

LIMA, J. da S. A abordagem contextual de Vincent Berdoulay: desmistificando a história do pensamento geográfico. *Geografia*, Rio Claro, v. 43, n. 2, p. 357-360, mai./ago. 2018.

MACHADO, C. G. R. *O ensino da geografia e o hip hop*. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

MALANSKI, L. M. Éric Dardel – o homem e a terra: natureza da realidade geográfica. *Terr@ Plural*, Ponta Grossa, v. 9, n. 1, jan-jun. 2015. p. 135-142.

MALAQUIAS, D. R. *Música caipira de concerto*: territorialidades e trajetórias da viola e violeiros no âmbito caipira. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2019.

MANFIO, V.; PIEROZAN, V. L. Territórios, cultura e identidade dos colonizadores italianos no Rio Grande do Sul: uma análise da Serra Gaúcha e da Quarta Colônia. *Geousp – Espaço e Tempo (Online)*, [S.l.], v. 23, n. 1, abr. 2019. p. 144-162.

MARTIN, S. et al. OpenOrd: An Open-Source Toolbox for Large Graph Layout. *Proceedings of SPIE – The International Society for Optical Engineering*, jan, 2011.

MARTINS, L. de L. Friedrich Ratzel. *GEOgraphia:* Revista do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, v. 3, n. 5, 2001. p. 92-94.

MATHEWSON, K.; SEEMANN, J. A geografia histórico-cultural da Escola de Berkeley: um precursor ao surgimento da História Ambiental. *Varia Historia*, Belo Horizonte, v. 24, n. 39, p. 71-85, jan/jun, 2008.

McCORMACK, Derek. *Refrains for moving bodies*: experience and experiment in affective spaces. Duke University Press: Durham and London, 2013.

MEC. Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) do curso de graduação em Geografia. *Conselho Nacional de Educação*, 2022.

MELLO, J. B. F. de. Descortinando e (re)pensando categorias espaciais com base na obra de Yi-Fu Tuan. In: CORRÊA, R. L.;

ROSENDAHL, Z. *Matrizes da geografia cultural.* Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.

MIKESELL, M. W. Posfácio: novos interesses, problemas não resolvidos e tarefas que persistem. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. *Geografia cultural: um século (2)*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2000. p. 85-109.

MITCHELL, D. *Cultural geography:* a critical introduction. Oxford: Blackwell Publishers, 2000.

MITCHELL, D. Não existe aquilo que chamamos de cultura: para uma reconceitualização da ideia de cultura em geografia. *Espaço e Cultura*, [S.l.], edição comemorativa, p. 81-101, mai. 2013.

MORA, J. F. *Dicionário de filosofia*. Lisboa: Dom Quixote, 1978.

MORAES, A. C. R. *Geografia: pequena história crítica.* São Paulo: Annablume, 2007.

MORAES, A. C. R. *Ideologias geográficas*. São Paulo: Annablume, 2005.

MORÁN, E. *Ecologia humana das populações da Amazônia.* Petrópolis: Vozes, 1990.

MOREIRA, T. de A. *O espaço público da cidade de Salvador (BA) no cinema do início do século XXI*. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

MORGAN, L. H. *Evolucionismo cultural:* textos de Morgan, Tylor e Frazer. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

MOURA, S. G. da C. et al. Lugar, memória e identidade: uma análise das transformações da Vila Cearense em Araguaína – TO. *Caminhos da Geografia*, Uberlândia, v. 20, n. 69, p. 360-370, mar. 2019.

MOYSÉS, M. *Circuito RAP do Distrito Federal:* território usado e lugar. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2018.

NABOZNY, A. *Abordagens culturais na geografia brasileira:* uma compreensão. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

NASCIMENTO, F. C. do. *Afetividades em enquadramentos:* os discursos das experiências de lugaridade em O Senhor dos Anéis – a sociedade do anel. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2017.

NEER. Memória. *Núcleo de Estudos em Espaço e Representações*, 2022.

NEPEC. O que é o NEPEC? *Espaço e cultura*, 2022.

NETO, J. E. P. *Uma viagem paisagística pelas zonas geográficas na obra Morte e Vida Severina de João Cabral de Melo Neto.* Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Goiás, Catalão, 2011.

NETTO, M. M. *A geografia do queijo minas artesanal.* Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2011.

NUNES, C. X. *Geografias do corpo*: por uma geografia da diferença. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

OLIVEIRA, A. F. de. *Cozinhar e festar:* os sabores do divino na festa de Pirenópolis, Goiás. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual de Goiás, Anápolis, 2020.

OLIVEIRA, L. de. Percepção da paisagem geográfica: Piaget, Gibson e Tuan. *Geografia*, Rio Claro, v. 25, n. 2, p. 5-22, ago. 2000.

OLIVEIRA, L. de. *Percepção do meio ambiente e geografia:* estudos humanistas do espaço, da paisagem e do lugar. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2017.

PAIVA, D. Teorias não-representacionais na Geografia I: conceitos para uma geografia do que acontece. *Finisterra*, Lisboa, n. 106, p. 159-168, dez. 2017.

PAIVA, D. Teorias não-representacionais na geografia II: métodos para uma geografia do que acontece. *Finisterra*, Lisboa, n. 107, p. 159-168, abr. 2018.

PANIS, M.; OLIVEIRA, M. R. da S. Turismo, patrimônio cultural rural e imigração italiana: a refuncionalização espacial na Colônia Maciel – Município de Pelotas/RS. *Terra Livre*, São Paulo, ano 25, v. 1, n. 32, p. 189-200, jan./jun. 2009.

PANITZ, L. M. *Redes musicais [re]composições territoriais no Prata:* por uma geografia da música em contextos multi-localizados. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

PEET, R. Radical geography in the United States: a personal history. *Antipode*, v. 17, set 1985, p. 1-7.

PINTO, Y. A. R. G. *Neorrurais no espinhaço meridional e a ressignificação da paisagem cultural*. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Diamantina, 2019.

PROMPT, L. L. F. *A representação do espaço nos romances urbanos de Érico Veríssimo*: Caminhos cruzados, Noite, O prisioneiro e Incidente em Antares. Tese (Doutorado em Letras) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2007.

RADEK, J. C. C. *Percursos da cinematografia ocidental e representações da violência urbana no cinema brasileiro*. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018.

RATZEL, F. Antropogeografia. In: MORAES, A. C. R. (Org.). *Ratzel.* São Paulo: Ática, 1990.

RATZEL, F. *The history of mankind.* Londres: MacMillan, 1989.

RIBAS, A. D.; VITTE, A. C. O curso de geografia física de Immanuel Kant (1724-1804): cosmologia e estética na construção epistemológica da ciência geográfica. *Raega – O Espaço Geográfico em Análise*, [S.l.], v. 17, p. 103-111, jun. 2009.

RODRIGUES, L. F.; GARCIA, D. T. Do churrasco griego e la argen(chi)na: práticas cotidianas, cartografias transfronteiriças. *Revista GeoPantanal*, [S.l.], n. 27, p. 83-95, jul./dez. 2019.

ROSENDAHL, Z. Construindo a geografia da religião no Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 13, 2002, João Pessoa. *Anais...* João Pessoa: UFJP, 2002. 1 CD-ROM.

RYAN, J. R. Introduction. In: COOK, I. et al. *Cultural turns/geographical turns: perspectives on cultural geography.* Nova Iorque: Routledge, 2000, p. 9-12.

SAHR, W. Portos e Sertões – reflexões sobre uma geografia cultural à la bresilienne. In: MENDONÇA, F. de A.; LÖWEN-SAHR, C. L.; SILVA, M. da (org). *Espaço e tempo*: complexidade e desafios do pensar e do fazer geográfico. Curitiba/Antonina: ADEMADAN, 2009. p.261-288.

SANTOS, C. J. dos. *As práticas de apropriação da cultura hip-hop pela juventude soteropolitana:* um estudo a partir do lugar. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

SANTOS, D. M.; SILVA, M. das G. S. N. A luta das mulheres indígenas pela manutenção do território tradicional Arara. *Ciência Geográfica*, Bauru, vol. XXIV, n. 2, jan./dez. 2020.

SANTOS, M. O território e o saber local: algumas categorias de análise. *Cadernos IPPUR*. Rio de Janeiro: UFRJ/IPPURR, 1999, p. 15-26.

SAUER, C. O. A morfologia da paisagem. In: ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R. L. *Paisagem, tempo e cultura*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998. p. 12-74.

SAUER, C. O. Desenvolvimentos recentes em geografia cultural. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Org.). *Geografia cultural: um século (1).* Rio de Janeiro: EdUERJ, 2000a. p. 15-98.

SAUER, C. O. Geografia cultural. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Org.). *Geografia cultural: um século (1)*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2000b. p. 15-98.

SEEMANN, J. Em busca do lugar de Franz Boas na geografia cultural. *Espaço e Cultura*, Rio de Janeiro, n. 19-20, p. 7-21, jan-dez, 2005.

SEEMANN, J. Friedrich Ratzel entre Tradições e Traduções: uma breve abordagem contextual. *Terra Brasilis* (Nova Série), 1, p. 1-17, 2012.

SERPA, A. *Por uma geografia dos espaços vividos*: geografia e fenomenologia. São Paulo: Contexto, 2019.

SHAWN, G.; MILLIGAN, I.; VEINGART, S. *Exploring big historical data: the historian´s macroscope*. Londres: Imperial College Press, 2016.

SILVA PIMENTEL, M. A.; RIBEIRO, W. C. Populações tradicionais e conflitos em áreas protegidas. *Geousp – Espaço e Tempo (Online)*, São Paulo, v. 20, p. 224-237, 2016.

SILVA, G. H. de A. *A paisagem em Valdomiro Silveira:* um estudo de contos de Leréiais. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2017.

SILVA, G. H. de A. *A paisagem musical rondoniense*: poéticas de uma urbanidade beradera. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2016.

SILVA, J. B. da; DANTAS, E. W. C. A pós-graduação em Geografia no Brasil: uma contribuição à política de avaliação. *Revista da ANPEGE*, [S.l.], v. 2, n. 2, p. 21-37, jan. 2005.

SILVA, R. R. de S. A contribuição do turismo cultural e do uso do patrimônio para a valorização do espaço e do sentimento de lugar. *Geousp – Espaço e Tempo (Online)*, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 129-139, 2014.

SOJA, E. W. *Geografias pós-modernas*: a reafirmação do espaço na teoria social. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993.

SORRE, M. J. A noção de gênero de vida e seu valor atual. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. *Geografia cultural:* uma antologia (1). Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012. p. 317-364.

SUREK, C. L. C. *As mulheres de roça velha – Araucária (PR):* as do lugar e as que chegaram. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011.

TEIXEIRA, M. F. *As representações espaciais/simbólicas e os sentidos do lugar da festa do boi-à-serra em Santo Antônio de Leverger/MT.* Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2016.

TERRERI, G. A. P. *A formação da paisagem em Dinâmica Subtil, de António Ramos Rosa*. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2015.

THIESSE, A-M. Ensinar a nação pela região: o exemplo da Terceira República francesa. *Educação* (UFSM), Santa Maria, p. 13-28, abr. 2009.

THRIFT, N. Introduction: dead or alive? In: COOK, I. et al. *Cultural turns/geographical turns: perspectives on cultural geography.* Nova Iorque: Routledge, 2000, p. 1-6.

THRIFT, N. *Non-representational theory*: space, politics, affect. Nova Iorque: Routledge, 2008.

THRIFT, N.; WHATMORE, S. *Cultural geography – critical concepts in the social sciences*. Nova Iorque: Routledge, 2007.

TUAN, Y. *Paisagens do medo.* São Paulo: Editora UNESP, 2005.

TUAN, Y. Rootedness versus sense of place. In: THRIFT, N.; WHATMORE, S. *Cultural geography*: critical concepts in the social sciences. New York: Routledge, 2004.

TUAN, Y. *Topofilia:* um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo: Difel, 1980.

TYLOR, E. B. A guide-book to the study of Man and Civilization. *Gateway to Ratzel´s history of mankind*, 2009.

TYLOR, E. B. Introduction to history of mankind. In: BUCHLI, V. *Material culture: critical concepts in the social science*. Nova Iorque: Routledge, p. 207-214, 2004.

UC BERKELEY. *History of the Department of Anthropology at Berkeley*. Disponível em: <https://anthropology.berkeley.edu/about/history>. Acesso em: 21 mar. 2020.

VALVERDE, R. R. H. F. Abordagens culturais em geografia. *Grupo de pesquisa em geografia cultural e social*, 2019. Disponível em: <gpgeocs.blogspot.com>. Acesso em: 23 nov. 2019.

WAGNER, P. L.; MIKESELL, M. W. *Readings in cultural geography*. Chicago: The University of Chicago Press, 1962.

WILLIAMS, R. *Cultura*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

ZANATTA, B. A. A abordagem cultural na Geografia. *Revista Temporis(ação)*, v. 9, n. 1, p. 224-235, mar. 2017.

Sobre os Autores

Bruno Picchi
Bruno Picchi é graduado em Geografia (licenciatura e bacharelado com ênfase em análise ambiental e geoprocessamento) e Pedagogia, ambas pela Universidade Estadual Paulista (UNESP - Rio Claro, 2008 e NEaD, 2019). Realizou especialização latu sensu em Gerenciamento Ambiental pela Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz da Universidade de São Paulo (ESALQ - USP, 2011). Mestre em Geografia na área de Organização do Espaço pelo Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista (PPGG - UNESP - Rio Claro, 2011) e doutor em Geografia Humana pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH - USP, 2023). Sua experiência e atuação em pesquisas são nas áreas de Geografia Regional, Cultural, Epistemologia e também em Educação, especificamente do ciclo básico. Integrante do CLIO MNEMOSINE - Centro de Estudos e Pesquisas em História Oral e Memória (IFMA) e do Grupo de Pesquisa em Geografia Cultural e Social da Universidade de São Paulo (GPGEOCS - USP). Iniciou suas investigações sobre Espaço e Cultura ainda na graduação e parte dos resultados das pesquisas sobre o movimento Manguebit do Recife (PE) podem ser ouvidos no programa "Cordão de Caranguejo" da dAdA RAdiO, disponível em dadaradio.net.

Zeny Rosendahl (Prefaciadora)
Professora Permanente do Programa de Pós-Graduação em Geografia - PPGEO/UERJ; Possui graduação em geografia (UERJ), tem os graus de Mestre (UERJ) e Doutorado em geografia pela Universidade de São Paulo - USP (1994), Pós-doutorado pela Universidade Sorbonne - París IV (1997) - França. Fundou o Programa de Extensão em Estudos Avançados em Geografia, Religião e Cultura (PEAGERC), o Núcleo de Estudos e Pesquisas

sobre Espaço e Cultura (NEPEC) e o Periódico Espaço e Cultura na UERJ. Tem atuação de pesquisa contínua, desde 1994, na área de Geografia, com ênfase em Geografia Cultural, atuando principalmente na temática da religião nos seguintes temas: difusão e abrangência da fé; território e territorialidade religiosa; espaço e lugar sagrado: percepção e simbolismo; cidades-santuário e/ou hierópolis; religião, hipermodernidade e ciberespaço. Desenvolve pesquisas sobre a estratégia religiosa da Igreja Católica no Brasil de 1500 aos dias atuais; a dinâmica espacial da fé na hipermodernidade; gênero, religião e espaço e; (in)tolerância religiosa, visando maior aprofundamento conceitual e empírico, através das marcas e matrizes dos comportamentos étnico-religiosos no contexto, espaço e tempo, da cultura-mundo. Líder do grupo de Pesquisa / CNPq / NEPEC em Rede e integrante da Comissão de Abordagem Cultural em Geografia da União Geográfica Internacional - Cultural Approach in Geography (IGU).

A linguagem clara do autor, no seu caminhar, faz (com que) essa publicação seja considerada o Manual da Geografia Cultural.

O mérito desse livro está em oferecer ao leitor, aluno de graduação e pós-graduação, o saber para criar novas experiências, novos olhares na interpretação da ciência geográfica. A memória e a renovação estão presentes.

Zeny Rosendahl



Pedro & João Editores
Pedroejoaoeditores.com.br

ISBN 978-65-265-3171-6